

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JULIANNA KELLY SOUZA BEZERRA DE AZEVEDO

A DÍVIDA DA VIDA: REDES CLIENTELISTAS NA SAÚDE “DE FAVOR”

**Natal, RN
2012**

JULIANNA KELLY SOUZA BEZERRA DE AZEVEDO

A DÍVIDA DA VIDA: REDES CLIENTELISTAS NA SAÚDE “DE FAVOR”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais-PPGCS, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador (a): Profa. Dra. Luciana de Oliveira Chianca

Natal, RN
2012

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Azevedo, Julianna Kelly Souza Bezerra de.

A dívida da vida: redes clientelistas na saúde "de favor" /
Julianna Kelly Souza Bezerra de Azevedo. – 2012.

151 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de
Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais, Natal, 2012.

Orientadora: Prof.^a Luciana de Oliveira Chianca.

Área de concentração: Sociologia e Antropologia Política.

1. Clientelismo. 2. Saúde. 3. "Favor" 4. Redes. I. Chianca,
Luciana de Oliveira. II. Universidade Federal do Rio Grande do
Norte.

RN/BSE-CCHLA
316.334.3(813.2)

CDU

JULIANNA KELLY SOUZA BEZERRA DE AZEVEDO

A DÍVIDA DA VIDA: REDES CLIENTELISTAS NA SAÚDE “DE FAVOR”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais-PPGCS, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais em 27/6/2012.

Profª. Dra. Luciana de Oliveira Chianca, UFRN/UFPB

Prof. Dr. Edmilson Lopes Júnior, UFRN

Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna, UFSCar

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico pela bolsa de mestrado que permitiu minha dedicação às leituras e ao campo, possibilitando a realização dessa pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais da UFRN: os seminários de pré-qualificação e qualificação contribuíram para a direção que esse trabalho tomou. Nesse mesmo sentido, agradeço aos meus estimados colegas os quais observaram algumas das questões que nos fizeram avançar nessa discussão. De um modo particular, sou grata a Dannyel Rezende pelas nossas conversas sobre os desenganos, os desafios e as recompensas da pesquisa social. Aos professores e secretários do programa, obrigada pelos ensinamentos e apoio.

De uma forma especial, sinto-me grata também à minha orientadora, Luciana Chianca, que me apresentou a Antropologia, disciplina que deu sentido a minha prática de pesquisa. Chianca assumiu e prosseguiu com a orientação desse trabalho mesmo à distância e, embora eu seja candidata ao título de mestra em Ciências Sociais, a forma como ela me iniciou na Antropologia e conduziu essa e outras etapas da minha formação acadêmica foram fundamentais em todo esse processo.

Como não agradecer aos meus pais, responsáveis diretos pela minha formação humana? A eles não apenas dedico esse trabalho, mas afirmo que, sem a sua ajuda e dedicação, ele não teria sido possível.

A Dinarte Paulino, Katya Mendes e Fernanda Dantas, pois cada um, à sua maneira, deram-me suporte para o desenvolvimento desse trabalho mesmo sem estarem próximos das Ciências Sociais.

Agradeço aos usuários da Oestana, sujeitos e colaboradores fundamentais desse trabalho, com os quais eu me emocionei, refleti, aprendi e melhorei tanto como Cientista Social quanto ser humano ao longo desses quatro anos de convivência. Obrigada por permitirem que eu entrasse em suas vidas.

A lembrança se estende também aos funcionários e dirigentes da Oestana, os quais compartilharam suas ideias e opiniões comigo mesmo durante suas rotinas de trabalho. De uma forma especial, agradeço a Higor que, com sua atenção e cuidado, facilitou o desenvolvimento dessa investigação.

“A vida é desde sempre dívida enquanto vida”.

Arthur Schopenhauer.

RESUMO

A relação entre “prefeitos” e “pacientes”, usuários de uma “casa de apoio” em Natal, RN, apresenta traços de uma política clientelista tradicional ao mesmo tempo em que ocorre num contexto urbano e moderno, regido por uma instituição formal, o Estado. A Oestana, como é chamada essa “casa de apoio”, oferece diárias pagas pelas Prefeituras de cidades da Mesorregião do Oeste Potiguar de onde se deslocam doentes em busca de tratamento médico-hospitalar na capital. Essa assistência logística inclui tanto serviços pagos como acomodação, alimentação, transporte, etc. quanto aqueles não pagos tais quais informações, apoio e materiais hospitalares de uso pessoal, por exemplo. Ao acessar tais serviços, os “pacientes”, na maioria dos casos, assumem também uma dívida com o provedor de tais benefícios (o “prefeito”) que é eventualmente saldada com o voto nas eleições municipais. Para entender o significado social, político, simbólico e, sobretudo, vital dessa relação, desenvolvemos esse trabalho a partir de observação direta, envolvendo entrevistas com os usuários da Oestana e visitas regulares a essa Casa, as quais revelaram uma relação política operada por elementos como a moral e a sujeição, mas resignificada por novas categorias sociais como a afetividade e a lógica das redes.

Palavras-chave: Clientelismo. Saúde. “Favor”. Redes.

ABSTRACT

The relationship between “mayors” and “patients” who use a “Casa de Apoio” in Natal, RN, shows us some traditional political features and at the same time happens in an urban and modern context, regulated by a formal institution, the State. The Oestana, as is named this “Casa de Apoio”, offers daily that are paid by some City Halls located in the West of Rio Grande do Norte where people go away to capital from which they have medical and hospital care. This assistance includes paid services like accommodation, food, transportation, etc., as well as services that aren’t paid as information, support and hospital material, for example. When the “patients” access these services, they will gain a debt with a service’s provider (the “mayor”) which it’s eventually paid with the vote in the municipal elections. The goal is to understand the social, the political, the symbolic and mainly the life meaning of this relationship. Our research was developed by interviews with Oestana’s users and regular visits to this house that showed a political bond regulated by moral and subjection, but is reconfigured by new social categories as the affection and the logical networks.

Keywords: Clientelism. Health. “Favor”. Networks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa da distribuição das “Casas de Apoio” em Natal.....	14
---	----

LISTA DE SIGLAS

CRAS- Centro de Referência em Assistência Social.

DNOCS- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

FNS- Fundo Nacional de Saúde.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social.

M.A.U.S.S- *Mouvement Anti-Utilitarist das les Sciences Sociales.*

NOBS- Normas Operacionais Básicas.

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PRC- Partido Republicano Conservador.

PSB- Partido Socialista Brasileiro.

SUS- Sistema Único de Saúde.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
O QUE É UMA “CASA DE APOIO”?.....	11
A “CASA DE APOIO OESTANA”.....	15
O CAMPO NA OESTANA E A PARTIR DELA.....	20
1 FAVOR DE QUEM? O VALOR E O PREÇO DE UMA DÍVIDA.....	25
1.1 “AQUI, TODO MUNDO SE CONHECE”: A DINÂMICA DA RELAÇÃO “PREFEITO-PACIENTE”.....	25
1.1.1 “Quando você gosta da pessoa como pessoa”.....	35
1.2 “QUEM PRECISA, SE HUMILHA. NÃO QUER SABER COMO VEM”.....	41
1.3 OS SERVIÇOS DA OESTANA: AFIRMAÇÃO DE UM DIREITO OU CONCESSÃO DE UM FAVOR?.....	52
1.4 A DÍVIDA DA VIDA.....	58
1.4.1 A Retribuição de um favor: “quem ajuda quer ser ajudado”.....	63
1.4.2 Voto: dádiva ou mercadoria?.....	72
1.4.3 “Votar por dinheiro está errado”: a moral nas relações eleitorais.....	78
2 CLIENTELISMO: LIMITES E ALCANCES.....	82
2.1 QUANDO O ESTADO PATROCINA.....	83
2.2 VELHAS HISTÓRIAS, NOVOS ATORES? REPENSANDO AS MODALIDADES DE PODER LOCAL.....	94
2.3 CLIENTELISMO: UM FENÔMENO CONTEMPORÂNEO.....	97
2.4 O CLIENTELISMO POLÍTICO COMO DESIGUALDADE SOCIAL.....	108
3 A POLÍTICA DO FAVOR.....	111
3.1 A “POLÍTICA” QUE OS OUTROS FAZEM	111
3.2 A POLÍTICA DE REDES.....	121
3.3 AS REDES E O (SEU) PODER.....	129

REFERÊNCIAS.....	136
ANEXOS.....	146

INTRODUÇÃO

O QUE É UMA “CASA DE APOIO”¹?

Existe um serviço voltado para saúde que compreende o acolhimento e o acompanhamento de pessoas que viajam periodicamente de cidades localizadas no interior do Estado do Rio Grande do Norte para Natal, a sua capital. Tal deslocamento ocorre porque nesta cidade há uma concentração dos tratamentos médico-hospitalares oferecidos a nível estadual e, conseqüentemente, devido à distância percorrida, faz-se necessário o pernoite ou a permanência por dias na capital potiguar.

Esse serviço é oferecido por casas basicamente especializadas na acomodação, alimentação e transporte daquelas pessoas. Entretanto, por lidar com um ramo singular da hotelaria, ou seja, por serem voltadas para hóspedes doentes e estes não serem familiarizados com a cidade do Natal, essas casas oferecem também (como serviço não pago) uma assistência específica que compreende agendamentos de consultas, reservas de passagens, encomendas de medicamentos e auxílio individual aos que não conseguem se locomover.

Em alguns casos, esse serviço (ainda não pago) também pode incluir gaze, soro, esparadrapo, povidine (P.V.P. I), seringas descartáveis, coletores (frascos) para exames, etc. que auxiliam no tratamento ambulatorial dos doentes, assistindo-os quando atravessam um período pós-cirúrgico ou enfermidades expostas. Esse material é geralmente doado por clínicas e laboratórios às casas por meio do contato estabelecido na marcação de exames e consultas ou até mesmo pelas Prefeituras através das Secretarias Municipais de Saúde.

Ainda é comum a presença de “despachantes”² que são pessoas contratadas pelas Prefeituras para encaminharem e receberem exames nas clínicas e hospitais e assistirem os doentes durante o tratamento, fornecendo-lhes orientações sobre o local da consulta, horários, modo de proceder nas unidades de saúde, a quem e para onde se dirigir, etc. Além disso, faz parte do ofício de “despachante” acompanhar os doentes quando necessário, isto é, nos casos

¹ As aspas duplas (“”) fazem referência aos termos e categorias dos interlocutores de pesquisa, realçam mudança de sentido, bem como destacam ideias, conceitos, obras e citações diretas dos autores utilizados. Neste caso, elas serão seguidas de referência autor/data.

² A figura do “despachante” confirma o fato das relações que atravessam a Oestana estarem inseridas em um contexto hierarquizador, pois ele media o acesso dos doentes aos serviços de saúde de uma forma mais rápida e cômoda para estes últimos. Sendo assim, os “despachantes” são espécies de assessores ou de “padrinhos para baixo” (DA MATTA, 1997, p. 236), mediando a relação entre os outros e o Estado.

em que o quadro clínico pode ter complicações que demandam procedimentos de urgência como cirurgias e transferências de unidade ou quando eles vêm sozinhos a Natal.

Essas casas são públicas (pois acolhem o público em geral), mas algumas são estatais e outras privadas, sendo que as categorias nativas as identificam como “de graça” ou “pagas”. Estas últimas são particulares e se enquadram no perfil de pousada, sendo assim, a compra das diárias tanto pode ser efetuada pelas Prefeituras como por qualquer pessoa que o queira fazer. Por outro lado, quando a Casa é mantida por uma Prefeitura, somente doentes e “acompanhantes”³ daquela cidade podem ficar instalados. No primeiro caso, não é o doente quem salda o débito referente aos gastos de sua estadia, mas a Prefeitura de sua cidade ou de uma forma mais específica a Secretaria de Saúde Municipal⁴, pagando-o individualmente. No segundo, os recursos municipais são usados diretamente nas despesas, como alimentação, transporte, combustível, água, etc., e os funcionários públicos municipais são relocados para trabalharem como cozinheiros, faxineiros e motoristas⁵.

Existem também “Casas de Apoio” “filantrópicas” nas quais se enquadram a Casa Durval Paiva de Apoio à Criança com Câncer, a Casa de Apoio Nazinha Lamartine, mantida pelo Hospital Varela Santiago, e o GACC (Grupo de Apoio à Criança com Câncer), cuja assistência fornecida às crianças em tratamento contra o câncer inclui a sua hospedagem e de seus “acompanhantes” (quando estes precisam se deslocar do interior). Assistindo adultos que fazem o mesmo tipo de tratamento citado, atuam a “Casa de Apoio missão Atalaia de Jesus” e a “Casa de Apoio Irmã Gabriela”.

Além das casas já mencionadas e da Oestana, loco dessa pesquisa, tivemos conhecimento da existência de mais 12 (doze) “Casas de apoio” na cidade do Natal, totalizando um número de 18 (dezoito) casas. O “Albergue Noturno de Natal”, popularmente conhecido como “Albergue do Onofre”, foi a primeira casa voltada para assistência de pessoas advindas do interior. Ele é vinculado a uma instituição chamada “Sociedade Espírita Cultura e Assistência” e foi fundado em 1949 por José Augusto da Costa, um médium natural de Macau, RN, que em meados do século XX mudou-se para Natal ao lado da família e com a ajuda de amigos e doações construiu um espaço que incentiva e dá suporte a atividades

³ Quando o doente não tem condições, seja pelo agravamento do seu quadro de saúde ou por se encontrar incapaz de cuidar de si próprio, a presença de alguém que seja responsável por ele e que o assista individualmente durante as consultas se faz necessária. A essas pessoas que, geralmente, são familiares, vizinhos ou “conhecidos” é dado o nome de “acompanhantes”.

⁴ Na grande maioria das vezes, é o Prefeito quem efetua o pagamento pessoalmente.

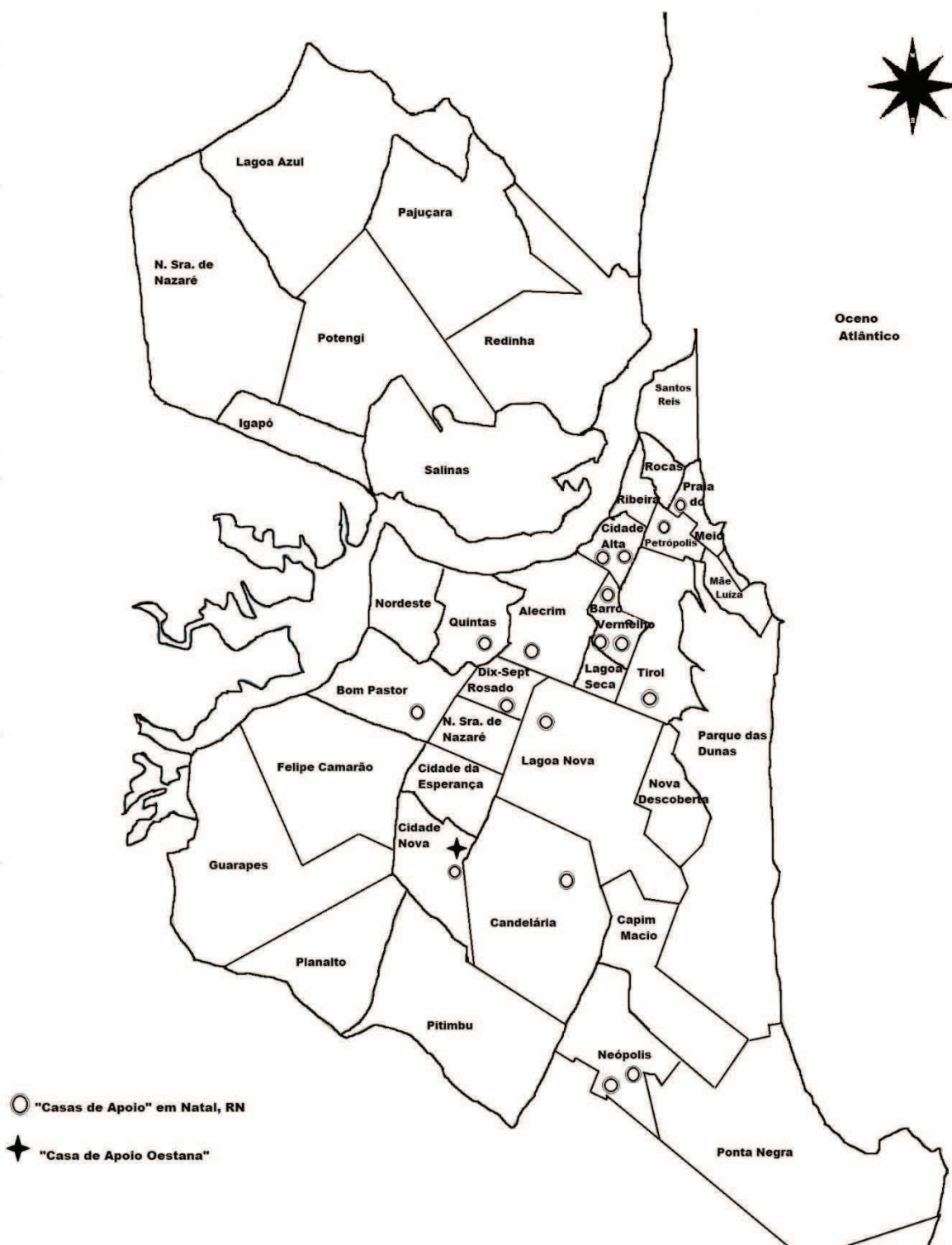
⁵ Em geral, essas funções já eram desempenhas em seus antigos locais de trabalho.

lúdicas e recreativas, bem como acomoda grupos artísticos, sendo voltado, sobretudo, para a guarida de interioranos.

A estadia no albergue não se dá sempre e necessariamente devido aos deslocamentos que têm a saúde como fim, porém, em função da proximidade geográfica com o Hospital Universitário Onofre Lopes, os “albergados” geralmente são pessoas em tratamento médico ou “acompanhantes”. O albergue funciona com recursos dos convênios mantidos com 8 (oito) Prefeituras Municipais e de doações de órgãos públicos e privados.

Compõem a lista de “Casas de apoio” ainda: a “Casa de Apoio Senhora Santana”, a “Pousada Rocha de Luz”, a “Pousada Bom Lugar”, a “Casa de Apoio de Pilões”, a “Casa do Alexandriense”, a “Casa de Apoio de Areia Branca”, a “Casa de Apoio de Florânia”, a “Casa de Apoio Ana Kátia Santiago”, a “Casa de Apoio Nossa Senhora da Candelária”, a “Casa de Apoio de São José do Seridó” e a “Casa de Apoio de Doutor Severiano”. Abaixo, a localização de cada uma delas na cidade do Natal.

Figura 1- Mapa da distribuição das “Casas de Apoio” em Natal



Em geral, a distribuição das “casas de apoio” na cidade do Natal obedece à localização das unidades de saúde nos bairros. Assim, as imediações de bairros como Tirol, Petrópolis e

Dix-Sept Rosado, que acomodam as principais clínicas e hospitais da cidade, apresentam o maior número destas casas. Por outro lado, alguns bairros da Zona Sul, sobretudo, Ponta Negra, Capim Macio e Nova Descoberta não fazem parte do circuito de serviços e atendimentos voltados para a saúde, comportando um número menor de “pousadas”.

Além de comprarem serviços dessas casas especializadas, as Prefeituras também alugam apartamentos e *kitchenettes*⁶ nos quais as pessoas ficam instaladas durante todo o tratamento de saúde. Quando isso ocorre, o funcionamento e a organização desses “pousos” variam de acordo com as Administrações Municipais, isto é, em algumas Casas “o prefeito faz a feira”, “paga uma pessoa para limpar”, em outras, os responsáveis pela limpeza da casa e pelo abastecimento de alimentos são os próprios doentes (quando as condições financeiras e de saúde lhes permitem) e seus acompanhantes.

Além das demandas de saúde que são consequência direta da centralização dos serviços médicos e da distância entre as cidades dos doentes e a capital do RN, a proximidade entre “prefeitos” e “pacientes” e, até mesmo, a existência do “mito” de que os serviços médicos da capital são mais eficientes⁷, alguns fatores políticos específicos, que serão explorados ao longo desse trabalho, explicam a existência dessas “Casas de apoio”.

A “CASA DE APOIO OESTANA”

Esse trabalho de dissertação é fruto de uma pesquisa de campo que desenvolvemos desde 2007, em uma “Casa de apoio”⁸, de nome Oestana, que acolhe e fornece assistência logística (alimentação, transporte e alojamento), sobretudo, “a quem é do interior”⁹ e precisa realizar tratamento médico ou acompanhamento hospitalar em Natal, RN. Como já foi exposto, a Oestana não é a única Casa dessa natureza na capital potiguar, mas é a que assiste o

⁶ O itálico distingui palavras estrangeiras.

⁷ É comum ouvirmos sobre casos em que a pessoa deixa de se tratar em um polo de saúde regional, por exemplo, para vir a Natal no intuito de conhecer a cidade.

⁸ “Casa de apoio” ou “pousada” é a designação dada pelos seus dirigentes, usuários, e funcionários. Uma discussão mais detalhada a respeito do conceito de casa foi feita em outro trabalho (AZEVEDO, 2009, p. 23). Contudo, esclarecemos que “casa de apoio” diz respeito ao modo pelo qual dirigentes, usuários e funcionários se referem a esse espaço cuja natureza será explicitada mais adiante, já Casa é o modo pelo qual nos referimos à uma instituição, seja ela de natureza pública ou privada, especializada em acolher pessoas em tratamento de saúde. De todo modo, ambas as noções fazem parte de um quadro de referência simbólico que evidenciam o espaço da casa como “segmento tradicional que representa um meio de ligação com a totalidade” (DA MATTA, 1997, p. 231).

⁹ Como observa Chianca (2007, p.46) a partir da experiência migrante em Natal, RN, “interior” aqui é retratado enquanto um território simbólico que “representa a categoria que se opõe à capital”, mas não necessariamente como algo que faz parte de uma experiência passada. Na Oestana, essa categoria é produzida e experimentada no presente, mas não é obrigatoriamente reconstruída a partir de um esforço de memória.

maior número de pessoas ¹⁰, apresentando um quadro de serviços mais amplo e por esse motivo ela aciona uma expressiva demanda a nível da Mesorregião do Oeste Potiguar.

A princípio, me interessei por conhecer o lugar pelo fato de também “ser do interior” e perceber que essa realidade continha semelhanças com a minha própria trajetória. Minha condição de estudante-migrante me trouxe uma identificação suplementar com aquele lugar e com as pessoas que por ali transitavam, só sendo possível estabelecer um distanciamento suficiente para realizar a pesquisa depois de algumas visitas e de muita insistência da minha orientadora.

“Sejam bem-vindos à casa de apoio Oestana”, dizia um cartaz afixado no primeiro cômodo do que parecia ser a entrada da casa que, aliás, não apresentava características, pelo menos não de uma forma evidente, de um estabelecimento privado voltado para a hotelaria, a não ser pelo número significativo de pessoas que ali se encontravam.

Era por volta das 14h00min do dia 14 de novembro de 2007 e o calor habitual da cidade do Natal tornava-se ainda mais importuno com a quantidade de pessoas que se aglomeravam entre a recepção e o terraço da Casa. Alguns doentes e acompanhantes pareciam estar de partida, pois aguardavam com uma ansiedade inequívoca as ambulâncias ou “os carros de linha” ¹¹ que viriam apanhá-los. Outros faziam sala para os que se preparavam para deixar a Casa e os demais ainda se encontravam hospedados na “pousada” ¹². Havia ainda os transeuntes, candidatos a caronas que aguardavam a sobra de vagas ou estavam “na vez de passageiros” e também aqueles que procuravam por suas encomendas ou por informações, como eu.

Finalmente, ao adentrar no estreito compartimento, pude entender a razão de todas aquelas pessoas passarem por ali. Além de recepção e balcão de informações aos visitantes, ele funciona como uma espécie de controle administrativo no qual são armazenadas as fichas com os dados dos usuários e de seus eventuais “acompanhantes” fornecidos por eles na chegada à Casa, como também, os exames que porventura não sejam recebidos antes do retorno às suas cidades. É lá também onde são marcadas e checadas as consultas e tratamentos

¹⁰ Segundo seus dirigentes, com exceção dos meses de dezembro e janeiro (quando os médicos geralmente estão em férias e a quantidade de consultas é reduzida) há dias em que o número de pessoas que circulam pela Casa (aquelas que chegam somente para tomar café e/ou almoçar e as que estão hospedadas há dias ou semanas) chega a 100 (cem).

¹¹ Assim são chamados os veículos particulares que se ocupam do trajeto entre Natal e as cidades do interior do Estado. Com o desenvolvimento da pesquisa, descobrimos que as próprias Prefeituras (ou a Oestana, quando esse serviço é solicitado) reservam “os lugares” nesses meios de transporte com o intuito de economizar os gastos implicados pela vinda de ambulâncias ou de outros automóveis municipais oficiais.

¹² A Oestana é conhecida informalmente como “pousada”, “casa de apoio” ou simplesmente como “Casa”.

dos usuários doentes e realizadas as reservas nos “carros de linha”. Na recepção ainda se concentra toda a documentação referente aos funcionários da Casa (contrato de trabalho, folha de pagamento e Livro-ponto), bem como o escritório de administração da Casa (gastos com alimentação, limpeza, consumo de telefone, energia, água, etc.).

Ao mesmo tempo, aquele espaço funciona como uma espécie de “loja de conveniência”, cujos produtos comercializados pertencem à Dona Ceíça, ex-esposa de Zezinho¹³ e também proprietária da Oestana, oferecendo material de higiene pessoal (sabonete, creme dental, escova de dente e absorvente higiênico); xerox; sorvetes; picolés; balas; pipocas; pirulitos; chicletes; chocolates; recargas de celulares das 4 (quatro) operadoras de celular locais; bolachas; broas; sandálias; água mineral; água de coco; sucos; refrigerantes e perfumes.

Esse acúmulo de funções faz com que a recepção seja o cômodo mais procurado e transitado na Oestana. Atraída por essa movimentação, me avizinei de um pequeno balcão e me apresentei a Higor (recepcionista da Casa e sobrinho dos proprietários), mas nosso diálogo foi continuamente interrompido por compras, telefonemas, pedidos de informações, recebimento de mercadoria e pela chegada de um dos proprietários da Casa, Zezinho, a quem fui apresentada. Ele estava chegando de mais “uma viagem”, isto é, tinha ido deixar e buscar pessoas nos hospitais e clínicas da cidade do Natal.

Zezinho saiu rapidamente, mas antes me convidou a sentar, enquanto Higor “atendia o pessoal”. Fiquei ao lado da porta atenta aos reclames, dúvidas e solicitações direcionadas ao recepcionista.

Para minha sorte e surpresa, Zezinho logo retornou acompanhado de um homem o qual cumprimentava a todos cordialmente e fazia perguntas do tipo “como vai a família?”, “sua mãe melhorou?”, e “qualquer coisa, já sabe!”. Tratava-se de um médico e Deputado Estadual que fora à Casa visitar os hóspedes e ali mesmo na recepção examinou algumas pessoas e conversou com elas enquanto receitava remédios, encarregava Zezinho de levar algumas delas para determinadas clínicas, autorizava exames e consultas e dava indicações de amigos médicos: “pode dizer que fui eu que mandei”, repetia sempre para o examinado.

Quando o Deputado soube que eu era “estudante” e estava ali para “fazer um trabalho sobre a Casa”, logo se colocou como protetor e servidor daquelas pessoas e o seu discurso era

¹³ Zezinho é o proprietário e o principal administrador da Casa. Ele também desempenha a função de motorista de um dos automóveis e, agindo como uma espécie de despachante, é o responsável pelos trâmites burocráticos que envolvem o funcionamento da Casa e os procedimentos dos “pacientes” em seus tratamentos de saúde.

no sentido de me convencer de que tais benesses eram desinteressadas e de que ele “fazia aquilo de coração”.

Até então, para mim, a Oestana se configurava enquanto um local de pouso “gratuito”, porém, progressivamente, sua história e seu cotidiano passaram a revelá-la como um empreendimento comercial de sucesso e um abrigo de múltiplas sociabilidades, mas, sobretudo, como produto e espaço reprodutor das relações de trocas eleitorais baseadas principalmente em um vínculo clientelista mantido entre “prefeitos”¹⁴ e “pacientes”¹⁵.

Segundo seus dirigentes, a Casa surgiu em 2003, quando José Sidney conhecido como Zezinho, proprietário e principal dirigente da Casa, abandonou a carreira política como vereador da cidade de Portalegre, RN, e decidiu transformar o apoio que dava aos seus eleitores em um serviço que abrangesse mais cidades. Segundo ele, antes disso, sua própria residência em Natal servia como pouso dos portalegrenses que o apoiavam politicamente.

A “pousada” que logo batizaram como Oestana¹⁶ foi adquirindo clientes graças aos contatos do dono da Casa com Prefeitos de cidades circunvizinhas a Portalegre, mas, principalmente, pela sua ligação com o Deputado Estadual Getúlio Rêgo, de quem Zezinho é conterrâneo e do qual foi assessor no passado. Dessa forma, não somente moradores da cidade-natal de Zezinho, mas municípios com diferentes origens passaram a ser atendidos mediante, é claro, o pagamento de taxas referentes às suas estadas pelas Prefeituras.

Com o passar do tempo, a demanda aumentou e Zezinho e sua ex-esposa se viram impossibilitados de atender mais Prefeituras, pois algumas delas exigiam nota fiscal e, além disso, reivindicavam um espaço mais amplo. Foi assim que em junho de 2005 a Oestana foi registrada em cartório e passou a ser pessoa jurídica. Com a oficialização, a Casa foi transferida para um lugar maior e ganhou, finalmente, um status de empresa.

¹⁴ Quando destacamos “prefeitos” estamos evidenciando a forma como os interlocutores dessa pesquisa se reportam aos políticos que os “trazem” à Oestana, referindo-se àqueles não somente como pessoa particular, mas tal qual uma entidade que abrange um léxico amplo de significações e envolve aspectos econômicos, jurídicos e familiares. Já quando mencionamos Prefeitos, estamos chamando assim os chefes do Poder Executivo Municipal das cidades compradoras dos serviços da Oestana, a qual se vincula à dimensão organizacional do Estado, sendo uma categoria menos “englobante”(DUMONT, 2008) que a primeira e quase não acionada pelos usuários da Oestana.

¹⁵ Tal expressão foi adquirida pelos funcionários da Casa a partir da socialização nas clínicas e hospitais e faz referência aos usuários que estão em tratamento médico-hospitalar e frequentam a Oestana.

¹⁶ Esse nome foi sugerido por uma irmã de Zezinho e rapidamente aceito pelos seus dirigentes e frequentadores. Segundo o pessoal da Casa, o nome faz alusão à Mesorregião do Oeste Potiguar já que a maioria das cidades atendidas está localizada nessa parte do Estado.

A mudança formal da Casa trouxe ganhos significativos como, por exemplo, o aumento do número de Prefeituras atendidas, ampliação do quadro de funcionários (e a legalização das suas situações de trabalho¹⁷) e, principalmente, notoriedade regional.

Desde sua criação, a Casa funcionou em diversos endereços em Natal, sendo o último na Avenida Hermes da Fonseca, nº 1329, nas imediações do bairro do Tirol, onde a conheci. A partir de 2010, ela passou a ter localização na Rua Dr. César Cabral, nº 103, localidade de Nova Cidade no bairro de Cidade Nova, também na capital.

Atualmente, a Oestana é uma empresa privada que fornece serviços de hospedagem, alimentação, transporte e agendamentos de consultas a pessoas que vêm a Natal fazer procedimentos que tenham a duração de um dia (consulta de rotina ou exames) ou que estejam em tratamento médico-hospitalar prolongado, bem como aos seus “acompanhantes”. Embora em frequência menor, ela também hospeda estudantes ou outras pessoas que porventura precisem passar um dia ou mais na capital por qualquer outra razão possível.

Ainda que existam usuários de outras partes do estado, a Oestana recebe especialmente pessoas oriundas de cidades da Mesorregião do Oeste Potiguar. Os serviços da Casa são utilizados pelos usuários mediante o pagamento das diárias pelas Prefeituras das suas cidades. Assim, as Prefeituras pagam à Oestana pelos serviços oferecidos e pagam à Secretaria de Saúde de Natal pelas consultas dos “pacientes” quando se trata de atendimento pelo SUS. Quando o atendimento acontece pela rede privada de saúde, o pagamento é feito pelas Prefeituras diretamente às clínicas.

Ocorre que a compra e a venda dessas diárias são feitas com base num vínculo político-partidário, pois, como já foi mencionado, o proprietário da Casa é ex-vereador de Portalegre, RN, cidade situada no circuito dos municípios atendidos. Além disso, ele também é ex-funcionário e amigo do Deputado Estadual Getúlio Rêgo, o que marca claramente sua posição em relação à política regional numa parte do Oeste Potiguar.

A distribuição dessas diárias se dá segundo a “autorização” do Prefeito (e isso depende da relação estabelecida com o receptor da doação) ou a partir de um contrato firmado no momento da concessão de bens e serviços da Oestana e das unidades de saúde contatadas por ela. Assim, veremos ao longo do texto que não é absolutamente o modo de organização e funcionamento da Casa que determina o acesso aos seus serviços, mas o tipo de relação que se institui com o Prefeito.

¹⁷ As carteiras de trabalho dos funcionários foram assinadas nesse período.

Essas relações assimétricas perpassam a Oestana, mas se estendem além dela. A estrutura, o funcionamento, os serviços, os dirigentes e os funcionários da Oestana contribuem para a manutenção das relações de clientela entre Prefeitos e usuários, isto é, viabilizam as relações de clientela entre “prefeitos” e “pacientes”. Estas tem origem, sobretudo, na política municipal assistencialista que, apesar de não ter sido pesquisada empiricamente nesse trabalho, aparece nos discursos e na etnografia das relações que compreendem a Oestana e são o resultado da falta de atendimento médico especializado e tratamento intensivo adequado nas cidades interioranas, mas também refletem o modo de se fazer e de se pensar o político, vinculando serviços públicos a relações ou redes sociais particulares.

Assim, independentemente do modo como essa relação aconteça, o seu ônus dá origem e continuidade a uma dívida concebida material e simbolicamente, mas que envolve também outros elementos cujas especificidades trataremos mais adiante.

O CAMPO NA OESTANA E A PARTIR DELA

Não há registros oficiais das “casas de apoio” existentes na Cidade do Natal que propiciem levantamentos apurados tanto em termos numéricos quanto de definição. O que apresentamos é uma estimativa feita com base nas informações obtidas nas unidades de saúde e através dos interlocutores durante a pesquisa de campo. Portanto, meu diário de campo é a fonte escrita cardinal dessa pesquisa.

Elegemos os usuários da Oestana como os principais interlocutores desse trabalho pelo fato de termos estabelecido uma maior proximidade com eles do que com as demais pessoas que frequentam e trabalham na Casa. Além de serem mais receptivos às nossas perguntas, eles também ficam ociosos nos intervalos das consultas e procedimentos terapêuticos (que geralmente ocorrem no período da manhã e duram duas ou três horas apenas) e a pesquisa de certa forma preenche esse tempo.

As conversas com os interlocutores aconteciam também nos hospitais e clínicas quando os “pacientes” precisavam voltar no mesmo dia para suas cidades, nas ocasiões em que não estariam na Oestana no horário por nós acertado ou quando não se sentiam à vontade para “falar do prefeito” na pousada que estava sendo “paga por ele”. Mas, elas se davam, principalmente, na própria Oestana e seu espaço foi onde ocorreu o primeiro contato que teve a intermediação de Ceíça, ex-esposa do dono e também proprietária da “pousada”. Esse acompanhamento se fez necessário porque para entrar nos quartos era preciso que alguém guiasse a visitante iniciante. Com o passar do tempo, isso só ocorreu quando se tratava dos

quartos masculinos, pois, nos das mulheres, eu tinha livre passagem, o que não as impediam de trocar de roupas ou tratarem de assuntos íntimos na minha presença.

Não se vê “estranhos”¹⁸ circulando pela Casa. Mesmo quando o encontro acontece na varanda ou na sala de TV e, apesar de mantermos algumas formalidades, elas já foram em parte vencidas ao longo desses 3 (três) anos de visitas regulares à Oestana.

A minha apresentação como “estudante” auxiliou na aceitação dos usuários, mas os tornou mais “performáticos” também, pois facilmente percebíamos o claro tom de politização nas suas falas quando conversávamos sobre a estrutura das unidades de saúde e das condições de atendimento; o que não se observava, por exemplo, quando discorriam entre si a respeito de assuntos domésticos, sobre o tempo que frequentavam a Oestana, acerca do motivo pelo qual estavam ali ou a data de chegada e partida da Casa.

Alguns se colocam numa posição clara de defesa ou combate, dependendo da relação estabelecida com o Prefeito de sua cidade. Outros, movidos pela melancolia¹⁹, falavam da rotina do hospital, do dia-a-dia na Oestana, do isolamento e da violência no bairro. Não era raro nossas perguntas servirem de “passatempo” já que, como eles diziam, “não há muito o que se fazer na Oestana”²⁰. Para muitos, as entrevistas serviam como meio de reivindicação de um atendimento mais humano nos hospitais e de um sistema público de saúde mais democrático. Tenho a impressão de que essas são vozes que clamam por uma “justiça médica” que eles mesmos não sabem definir com precisão.

Talvez um desabafo inconsciente do sistema perverso de subjugação política que os envolve, da comparação que fazem entre suas cidades e a capital ou, até mesmo, da distância que percorrem para se tratarem, enfim, do que lhes falta. Por essa razão, temos procurado aprender mais com essa dificuldade de definição do que com a riqueza de um conceito vazio.

Antes de qualquer princípio ou paradigma, a forma de Clientelismo político que analisamos aqui tem uma especificidade médica e por isso é possibilitado por uma dívida

¹⁸ Dada a maneira íntima (os chamamentos são em geral pelo apelido, a formação de rodas de conversa em frente à casa ao entardecer, a prática de escolher feijão na mesa do refeitório, envolvendo homens e mulheres e a interação dessas últimas na cozinha são sinais claros desse tipo de convivência) como todos se tratam na Oestana é fácil identificar quem não é “paciente”, “prefeito”, despachante, “acompanhante”, motorista ou funcionário. Quem não se enquadra em nenhum desses grupos, é considerado “estranho”.

¹⁹ Alguns “pacientes” ficam hospedados por meses ininterruptos na Oestana.

²⁰ As reclamações em razão da mudança de endereço da Casa são constantes, pois a “outra casa ficava perto de tudo”. As queixas são justificadas pelo fato do antigo endereço da Oestana ficar localizado em uma importante avenida da cidade que comporta *shopping centers* e comércio em seu entorno, mas elas são frequentes, sobretudo, porque a pousada ocupava o centro de uma “mancha” (MAGNANI, 2002) médica e isso facilitava o acesso aos hospitais e clínicas.

constituída não somente por interesses políticos, mas por dimensões de ordem simbólica, afetiva, e, sobretudo, vital.

Essa particularidade adiciona à dívida política já existente um caráter fundamental, criando débitos difíceis de serem contornados ou saldados, pois, em alguns casos, o “prefeito” donatário é o mesmo indivíduo que acompanha ou participa efetivamente do tratamento médico do receptor.

Estudando tal relação, passei também a me preocupar com o meu papel enquanto interlocutora das pessoas que dependem visceralmente desse serviço e não somente como uma estudante que carrega a obrigação de concluir seu trabalho e apresentá-lo a uma banca acadêmica.

Wright (1969) nota que um bom pesquisador não aparta o trabalho científico da sua vida. No meu caso, essa preocupação não se faz necessária, pois as problemáticas que constituem esse trabalho são, em grande medida, questionamentos da minha própria trajetória. Trago isso ao texto porque sou natural de uma cidade do interior do Rio Grande do Norte e cresci num contexto onde “política” significa o período no qual as eleições ocorrem e que, normalmente, se inicia 3 (três) meses antes do pleito (quando se “faz a política”), e culmina no dia em que os eleitores se dirigem às urnas para “perderem o valor”²¹, ou seja, fazerem a escolha dos candidatos que irão representá-los.

Contudo, apesar de Sahlins (2004, p. 16) nos lembrar que “[...] nenhuma etnografia é autocontida. Implícita ou explicitamente, a etnografia é um ato de comparação”, não é tema dessa investigação fazer um levantamento comparativo entre as maneiras de se pensar a política no interior do Estado, nem julgar os parâmetros pelos quais a fazem. Ocorre que ao procurar dar conta das questões que esse trabalho tem me colocado, tenho buscado responder às perguntas formuladas durante parte de minha existência, o que me coloca num lugar político específico dentro do quadro de referência dessa análise.

Sendo assim, não preciso me dar conta que “estou em outro mundo” (DA MATTA, 1978, p. 25), mas elucidar as questões que fazem parte do meu próprio mundo social. Este, vislumbrado através de lentes antropológicas, tornou-se, além de “familiar”, estranho para mim.

²¹ Tal expressão também apareceu largamente nos discursos dos “pacientes” da Oestana e será mais cuidadosamente abordada adiante.

Também não me sinto “afetada” como Favret-Saada (2005) quando pesquisou feitiçaria no Bocage francês²², mas percebo que estou falando de dentro do próprio feitiço, portanto, estou tomada por ele antes de qualquer eventual risco de contágio. Isso não significa que eu queira “aproveitar-me da experiência de campo para exercitar meu narcisismo” (FAVRET-SAADA, *ibid.*, p. 160), mas, antes de tudo colocar o leitor a par da natureza e do conteúdo do meu “projeto de conhecimento” (*ibid.*, *loc. cit.*).

Avisada de que essa condição me auxiliou na eleição do tema de pesquisa, deixo claro que não o pensei isoladamente e que, portanto, esta foi uma escolha cognitivamente compartilhada, sobretudo, com os seus protagonistas. Nesse sentido, foi a partir da sensibilidade adquirida na pesquisa de campo que pude pensar essa problemática tanto teórica quanto empiricamente.

A posição de pesquisadora me forneceu a capacidade de “olhar” e “ouvir”²³ que disciplinaram o trabalho antropológico, mas usurparam ou pelo menos inibiram minha condição de igualdade perante eles. Procuramos atenuar essa autoridade da maneira que Oliveira (2006) nos propõe, isto é, de uma forma interativa, evidenciando as falas dos nossos interlocutores e colocando o léxico dessa investigação sensível às suas categorias de classificação.

Faço isso preocupada em não me alhear às categorias dos interlocutores, procurando não autonomizar minha fala daqueles que dão o tom dessa investigação — já faço isso quando escrevo “uma antropologia para antropólogos” (PEIRANO, 1998). Entretanto, tal esforço parece inútil frente à afirmação de Geertz (1998) cujo texto revela que “somos todos nativos agora” e Lévi-Strauss (1974, p. 25) quando, baseado em Mauss, nos lembra que “numa ciência em que o observador é da mesma natureza que seu objeto, o observador é ele próprio uma parte de sua observação”.

Sendo eu parte integrante do meu “objeto” e escritora desse trabalho, deixo claro que não o faço sem a influência intelectual daqueles que a ele dão sentido. Essa não é uma forma de fugir da “armadilha do etnocentrismo”, mas de expor essa pesquisa como uma “ideia-valor”²⁴ no sentido que Dumont (1985) deu a esse termo, tendo em vista que a relação entre o

²² A autora expõe sua experiência de pesquisa, relatando como o fato dos seus interlocutores terem entendido que ela havia sido “pega” pela feitiçaria a auxiliou no acesso às informações sobre os rituais.

²³ A esse respeito ver Oliveira (2006).

²⁴ O autor usa essa expressão para dizer, entre outras coisas, como o fazer antropológico se constitui pela indissociabilidade entre as ideias e os valores, já que classificar é, para Dumont, atribuir valor. Nesse sentido, estaríamos mergulhados em um “sistema de ideias e valores” próprios dessa ciência.

pesquisador e seus interlocutores é concebida a partir de valores e, portanto, envolve hierarquia, como diria aquele autor.

Ao contrário de Bourdieu (2007), não consideramos uma “maldição” o fato do nosso “objeto falar”, mas uma oportunidade de fazermos uma ciência mais polifônica (CLIFFORD, 1998), portanto, mais dialógica. Por conseguinte, as práticas adotadas nessa investigação a conduziram para um recurso de pesquisa baseado num empréstimo estilístico “nativo” e não propriamente num “espaço semântico partilhado” (OLIVEIRA, 2006) com os seus interlocutores. Isso significa que, assim como Geertz (1998, p 20), temos tomado o senso comum como “um sistema cultural” e não como “mera verdade de coisas que se aprende naturalmente; simples fatos reconhecidos por homens simples”.

Nesse sentido, temos desenvolvido nossa investigação através de pesquisa de campo com observação direta e à medida em que ela se tornou mais sistemática, a análise se concentrou na relação estabelecida entre “prefeitos” e “pacientes” que nos remete de certa forma à celebre relação entre “dominantes” e “dominados” da qual a macrossociologia e a Ciência Política têm se encarregado de explicar com suas leis gerais e com base no estudo de processos históricos sintetizados.

Sem desconsiderar tais princípios, nosso intuito é pensar essa relação por meio de práticas cotidianas e, sobretudo, a partir das significações que seus próprios atores lhes dão. Em uma palavra, em vez de selecionarmos um modelo corrente de “dominação”, ouvimos o que a realidade social investigada tinha a nos dizer sobre ela.

Portanto, levando-se em consideração as trajetórias, as histórias de vida e o cotidiano dos usuários na Casa, pretende-se compreender como eles concebem o vínculo com os Prefeitos, isto é, o que se leva na bagagem quando se vai à Oestana? De um modo geral, qual o significado social político, simbólico e, sobretudo, vital dessa relação?

Para entendermos a relação mantida entre “prefeitos” e “pacientes”, consideramo-la a partir do modo como esses últimos a significam e a concebem. Para tanto, no primeiro capítulo ela será abordada em consonância com as categorias nativas, tendo como chave analítica elementos específicos que a constituem e a subsidiam enquanto uma dívida social vital para os usuários da Oestana. Esses elementos se constituem na “amizade”, na “gratidão” e no “favor/ajuda” os quais remetem tal relação aos conceitos de “sujeição” (GARCIA, JR, 1989), “reciprocidade” (LÉVI-STRAUSS, 1976), “troca” (SAHLINS, 1972) e “moral” (PITT-RIVERS, 1954). No segundo capítulo, cogitaremos o Clientelismo a partir da noção de dívida que ele pressupõe, abordando seus limites e alcances através da comparação que a pesquisa

empírica permite fazer e, sobretudo, considerando-o como um tipo ideal no sentido weberiano, para pensar a relação aqui tratada. Esse Clientelismo urbano e moderno fomentará a análise de uma política do favor, desenvolvida com base em uma relação diádica, mas também a partir de redes de informações, votos, bens e serviços de saúde.

Se o sociólogo é, como pensa Bourdieu (2007), “especialista de uma ciência contestada”, não temos a pretensão de construir uma análise que dê conta da relação entre “prefeitos” e “pacientes” que frequentam a Oestana de uma forma acabada, mas de aspectos que nos ajudem a compreendê-la melhor. Portanto, passemos a ela.

1 FAVOR DE QUEM? O VALOR E O PREÇO DE UMA DÍVIDA

“Enquanto houver política, ela dividirá a coletividade em amigos e inimigos”.

Julien Freund.

1.1 “AQUI, TODO MUNDO SE CONHECE”: A DINÂMICA DA RELAÇÃO “PREFEITO-PACIENTE”

A relação entre Prefeitos e usuários da Oestana deve ser considerada, sobretudo, a partir das especificidades que a distinguem das demais relações políticas assimétricas. Empiricamente, ela se revela complexa, pois envolve diversos domínios da vida social; do ponto de vista teórico, ela apresenta uma multiplicidade de interpretações, permitindo ser compreendida a partir de modelos políticos verticais.

A relação tratada afasta, em certo sentido, os “pacientes” de um acesso cidadão de bens e serviços de saúde. Por essa razão, ela pode ser considerada como entrave para a participação política (NEVES, 2007), bem como entendida tal qual uma forma de participação, assim: “o eleitor participa da política porque ele ‘passa a conhecer’ o político” (CHAVES, 2003, p. 44, grifo da autora).

Desse modo, é forçoso admitir que a via de inclusão é justamente aquela constituída por relações socialmente desiguais. Ressaltamos então que, além de atuarem como um ponto de referência tanto geográfico quanto simbólico para os doentes- migrantes na capital — pois reproduzem os modos de vida interioranos em um espaço localizado num contexto urbano e citadino marcado pela impessoalidade e pelo individualismo (SIMMEL, 1979) — os serviços da Oestana contribuem de certo modo para que a saúde possa ser acessada pelos menos favorecidos, mas ressaltamos que essa garantia de acesso encobre um sistema material e

simbólico de negociações eleitorais no qual os “prefeitos” escolhem qual doente-eleitor vai ser atendido de acordo com o potencial eleitoral deste último, o que não é só a opção dele, mas o capital eleitoral²⁵ que ele comporta.

Embora haja situações onde essa relação é iniciada na própria Oestana²⁶, é importante ressaltar que a Casa apenas canaliza uma relação já existente, pois o vínculo de clientela entre Prefeitos e usuários a atravessa, tendo nela um espaço eficaz para sua reprodução. Nesse sentido, “ficar na Oestana” representa para os doentes, segurança, conforto, apoio, enfim, “privilégios” que eles provavelmente não desfrutariam se estivessem numa posição política divergente daquela defendida pelo administrador de sua cidade: “[...] é bom ficar aqui, é muito triste quem vem e fica jogado, sem ter para onde ir, sem ninguém para falar pela pessoa” (T.T.²⁷, 14/6/11). Sendo assim, a estada na Casa é acompanhada por uma espécie de conforto simbólico e não somente logístico.

Esse vínculo transborda os limites da Oestana, remetendo-nos à política local onde a função do Prefeito transcende a de administrador público municipal e abrange outras esferas da vida social como a religiosa e a policial, pois “prefeito é para tudo em interior: prende, solta; adocece, cura; batiza, casa e descasa” (A.B.²⁸, 30/8/11). Ele também apresenta traços que se assemelham a relações dispostas em outros contextos temporal e culturalmente distintos daquele que o inclui os quais, uma vez acionados, podem subsidiar a discussão sobre a relação tratada por essa investigação.

De uma forma geral, a análise dessa relação inclui a referência a partes que se encontram em condições humanas e materiais divergentes: seja de uma forma mais ou menos desigual, muito ou pouco tradicional e totalizadora, o entendimento da extensão eleitoral dessa relação passa pelo que Goldman (2006) chamou de “dimensão da subjetividade”, segundo a qual, é possível considerar o sujeito político e os elementos sociais que ele aciona.

²⁵ A expressão diz respeito à capacidade de um eleitor reunir os “votos da família” e de seus vizinhos e conhecidos, além de sua disposição em angariar votos fora do seu círculo de amigos e “interconhecimento” (MENDRAS, 1978). Palmeira (1996, p. 51) chamou o detentor dessa prerrogativa de “eleitor de voto múltiplo”, isto é, “aquele que, por sua inserção social, define seu próprio voto e o de pessoas a ele vinculadas por algum tipo de lealdade”.

²⁶ Em entrevista a nós concedida, M.J contou que foi procurada na pousada por Jorge Dólar, então Prefeito de uma cidade vizinha a sua chamada José da Penha, RN, o qual lhe ofereceu “ajuda” no seu tratamento. Mas os casos mais comuns são as relações estabelecidas com o Deputado Getúlio Rêgo, pois a Oestana atua como uma mediadora desses vínculos.

²⁷ Os nomes dos interlocutores desse trabalho irão aparecer de forma fictícia ao longo do texto. T.T é acompanhante de seu filho que há 11 (onze) anos se trata em Natal. Desde o início do tratamento, ela frequentou outras “casas de apoio”, já passou temporadas em casas alugadas pela Prefeitura de São Miguel (cidade onde mora com a família), mas há 8 (oito) anos se hospeda na Oestana.

²⁸ A.B é o filho mais velho dos proprietários e motorista da Oestana. Além disso, ele tem um “carro de linha” que faz o trajeto entre Natal e Pau dos Ferros, RN, passando por muitas das cidades atendidas, o que possibilita a formação de uma clientela de passageiros composta pelos próprios “pacientes” da Casa.

O patronato e a clientela, instituições comuns à sociedade romana desde o século III a.C (ROULAND, 1997) e recuperadas, segundo Marcos Lanna (1997), pelos sociólogos anglo-saxões por meio das “*patron-client relations*” são marcadas respectivamente pela ideia de pertencimento e proteção: a primeira era formada por patrícios, cuja classificação variou entre um sentido familiar, religioso e de cidadania romana durante os períodos que dividiu a história dessa sociedade e, segundo Norbert Rouland (*op. cit.*), patrício seria “aquele indivíduo que tem condições de invocar a pertença a um gens” (*id., ibid.*, p. 37); ao passo que a segunda diria respeito aos clientes que geralmente eram escravos alforriados, advindos de outras cidades e que se agregavam a uma unidade familiar com objetivo de melhorarem suas condições de vida.

A desigualdade na sociedade romana contribuiu para o surgimento de instituições como o compadrio que, segundo Itamar de Souza (1981), correspondia a uma forma de proteção, mas também de ascensão social, pois ele criava laços comunitários e de parentela. Embora o compadrio não represente uma referência teórica nesse trabalho, sua menção é importante porque ele, historicamente, verticalizou algumas das relações sociais que estudamos, sendo percebido durante sua etnografia enquanto uma forma simbólica de amizade²⁹ e debatido alhures por autores como Lanna (1995) cuja análise o coloca como uma “forma de aliança entre desiguais”; por Chianca (2010) que o ressalta como uma “forma de parentesco simbólico” e Souza (1981) o qual se refere a essa instituição como uma “amizade sagrada”, detentora de uma ligação com a política local que, tanto num contexto urbano quanto rural, teria uma função “integradora” entre partes desiguais.

Apesar do entendimento dessa instituição contribuir para pensarmos a relação entre Prefeitos e usuários, pois coloca a figura do “patrão” correlata à do “prefeito” no sentido de ambas pressuporem segurança, os laços que foram iniciados na vida urbana romana se distanciam do caráter diádico que as relações da Oestana implicam em alguns casos, pois eles se referiam a uma “coletividade clientelista”(ROULAND, 1997).

As reflexões de Foster (1961) a respeito da organização social em uma comunidade camponesa mexicana de Tzintzuntzan esclarecem em certo sentido a relação tratada aqui. Foster (*ibid.*, p. 1178) mostra como o casamento, por exemplo, não é uma relação que acontece entre as vilas, seguindo uma linearidade familiar tal qual ocorre em certas sociedades tribais africanas, mas como um laço diádico e independente: “as pessoas se casam em outras cidades que não Tzintzuntzan, elas formam laços de parentesco, elas brigam e se

²⁹ É comum os Prefeitos, usuários e as demais pessoas que compõem a Oestana se tratarem por compadres. Isso implica uma forma de se aproximar do outro, tratando-lhe como “igual”.

separam. O ponto é que todos esses contatos são realizados com um indivíduo e não com uma base corporativa”.

Contudo, as relações clientelistas entre “prefeitos” e “pacientes” não ocorrem somente através de um laço diádico, mas também por meio de redes de clientela. Wolf (2003, p. 110) explica que essa relação diádica dificilmente ocorrerá onde haja a presença de uma estrutura institucional fortalecida ou “unidades corporativas de parentesco”, porque a “patronagem não pode levar à formação de corpos de seguidores relativamente independentes da estrutura formal”, assumindo, assim, a forma de apadrinhamento.

Segundo Sahlins (2007), nas sociedades polinésias, a reponsabilidade pelas ações coletivas está concentrada na figura do “chefe”, porém, o poder faz parte da natureza das coisas e não de uma instituição artificial que tem como fim a governança. Assim, ainda que o chefe seja detentor oficial dos recursos grupais, ele não é a sua fonte incontestável, tendo em vista que seu governo é passível à organização grupal e depende das relações que estabelece entre os líderes das outras comunidades.

Pensando a relação entre Prefeitos e usuários da Oestana a partir dessa perspectiva, teríamos o primeiro como patrono, cuja posição é de mediação com o Estado ou, de uma forma mais específica, com os recursos públicos voltados para a saúde, constituindo-se enquanto veículo e não como fonte de bens e serviços. É dessa intercessão que demanda a rede necessária à atuação do “prefeito” como provedor dos recursos, pois ele depende desse contato direto com as pessoas para se manter em tal posto.

De forma similar, também agia Volpe, um Professor siciliano apresentado por Boissevain (1987, p. 197) cujos problemas eram resolvidos através de redes de diversas naturezas, formadas por pessoas próximas a ele:

[...] A rede social de amigos, parentes e colegas de trabalho; as visitas, barganhas, fofocas e manipulações que ocorrem entre eles; o impacto que todas estas situações exercem sobre a promoção, a ideologia e o conflito; as etapas que um homem ambicioso percorre para construir um fundo de crédito entre relações proveitosas; e a atuação de cliques e facções constituídas na vizinhança e no local de trabalho, Estes processos e situações com os quais todos nós nos envolvemos e que se constituem no material básico da vida social.

A disposição em redes marcaria, portanto, uma relação comunitária, e não uma gama de relações particularizadas que ocorrem de forma independente. Ou seja, a patronagem existe vinculada ao Estado, pois é ele quem “redistribui” (LANNA, 1995), sendo o “prefeito” o elo entre a rede de clientela e o Estado ou, de uma forma mais direta, entre este e o “paciente”.

Logo, essa patronagem se autonomiza da esfera privada como percebe Wolf (2003, p. 110, grifos do autor):

[...] Ocorrerá que a patronagem tomará a forma de apadrinhamento, no qual o patrono fornece ligações (daí o termo espanhol: ‘ligar na tomada’) com a ordem institucional. Nessas circunstâncias, seu instrumento consiste mais no uso de influência do que na alocação relativamente independente de bens e serviços. Paralelamente, porém, o poder do patrono sobre o cliente é reduzido, e no lugar de sólidos blocos patrono-cliente podemos esperar encontrar laços difusos e entrecortados ligando muitos apadrinhadores a muitos clientes, com estes últimos frequentemente passando de uma órbita de influência para outra.

Por outro lado, é nos relacionamentos diretos com a pessoa onde jaz mais fortemente a ideia do “político generoso” que se “esforça” para conseguir as benesses, pois neles o sentimento de gratidão tem maior consistência como lembra Rouland (1997, p.307) ao resgatar os escritos de Cícero sobre a sociedade romana no final da República: “a liberalidade é um serviço personalizado que se presta a um indivíduo bem determinado, e não distribuições grosseiras feitas a multidões anônimas, de que estas se esquecem com a rapidez e a ingratidão que caracterizam a rale sem crença e sem lei”.

Talvez isso explique a formação das “panelinhas”, expressão usada pelos nossos interlocutores para denotar a formação de grupos locais detentores de privilégios. Mas a panelinha não tem um sentido estritamente classista ou familiar, podendo ser usada para definir, por exemplo, um grupo de cabos eleitorais leais ao Prefeito (“os babões”). Ela é caracterizada, principalmente, por ter uma lógica de funcionamento que envolve a cobrança mútua de “préstimos” (KUSCHINIR, 2000): “quem mais vem para cá [para Oestana] é o povo do prefeito. Eles vêm quando querem, têm carro para vir na hora que querem porque trabalham para o Prefeito no tempo da campanha e depois querem o deles, é claro” (T.J.³⁰, 16/9/11).

Além de identificar um grupo de doentes que têm facilidade para vir à Oestana com maior frequência, a “panelinha” pode servir também para denominar os correligionários que são geralmente os sucessores do Prefeito nas suas funções administrativas, ou seja, que mantêm uma aliança “intrapatronal” (LANNA, 1995), como podemos aferir a partir das falas que seguem: “é uma laia só. Tem uma lista de prefeito, eles já sabem quem vai entrar: um sai

³⁰ T.J., 30 anos e natural de Pau dos Ferros, RN, acompanha seu marido cujo tratamento se iniciou há 8 (oito) meses após complicações em uma cirurgia no fêmur.

e já entra outro que eles querem, é tudo entre eles. Se é para dar emprego, é só o pessoal deles. É só aquela panelinha” (M.J.³¹, 17/11/11).

Uns apoiam os outros, eles que escolhem quem vai ser o prefeito: sai Galeno, entra a mulher de Raymundo, sai a mulher de Raymundo e ele entra. É assim, não muda nunca. Em todo canto tem panelinha: até na Oestana. Às vezes, você sente as pessoas meio frias com você e com outras elas não são assim. Lá na pousada a gente tem que saber o que vai falar, porque tem gente que escuta demais (S.O.³², 29/2/12).

A “panelinha” torna-se ainda mais fechada e definida no período eleitoral, quando os “lados” podem ser distinguidos facilmente numa situação de conflito, por exemplo.

Eu me lembro de um tempo que quando um lado ganhava e ia fazer a passeata depois da eleição tinha gente [os adversários políticos] que pegavam aquelas panelas de barro e jogavam nas casas uns dos outros. Quando uns perdiam aí os outros pegavam aquelas panelas e jogavam no meio da rua. Era para quebrar a panelinha. Uma vez uma mulher, que era muito valente, jogou uma panela de água quente num pessoal que foi na casa dela insultar e quase dava morte nesse dia (H.H.³³, 18/1/12).

Na fala acima, a quebra da panela feita de argila aparece como um ato simbólico que significa o fim do governo que beneficia determinado grupo em detrimento dos demais. Tal ato marca o fim de uma determinada “panelinha” e o início de outra.

Ainda que não tenha um sentido exclusivamente parental, a “panelinha” revela estruturas mais profundamente arraigadas de uma política tradicional marcada pela atuação das oligarquias, como o nepotismo.

Porque quando o prefeito bota aquelas pessoas dele para trabalhar na prefeitura, o pessoal diz: “ali é tudo farinha do mesmo saco” ou “é a panelinha deles lá”. Sempre eles têm as pessoas já certas para colocar, daí esse é um pessoal chegado do prefeito. Porque hoje tem muita a questão do concurso, mas antes aquelas pessoas, principalmente os secretários eram da família do prefeito. Quando o prefeito ia nomear, nomeava aquelas pessoas dele: quem foi cabo eleitoral, quem saiu na rua pedindo voto e aquelas pessoas quase todas elas ele bota para trabalhar e o povo chama de panelinha, farinha do mesmo saco. Hoje já mudou muito por causa dos

³¹ M.J, 36 anos, moradora do Sítio Paul em Riacho de Santana, RN, foi diagnosticada com Lúpus há mais de dez anos e utiliza os serviços da Oestana há oito. Ela tem uma trajetória que se distancia bastante dos demais frequentadores da Oestana: o pai dela sempre apoiou o bloco político da oposição e isso dificultou o seu acesso aos serviços da Casa e, conseqüentemente, retardou o tratamento contra a doença. Segundo M.J, ela teve que recorrer à justiça para ser incluída entre as pessoas de Riacho de Santana (cidade onde reside) que se hospedam na Oestana.

³² S.O realiza tratamento contra câncer e outros problemas de saúde que adquiriu com a complicação da doença há 5 (cinco) anos e faz uso dos serviços da Oestana pelo mesmo período.

³³ H.H, 65 anos, frequenta a Oestana há dez anos e é bastante “conhecido” tanto entre os demais usuários quanto entre os funcionários. Ele faz tratamento contra o câncer e fica hospedado na Casa normalmente por um período de 8 (oito) dias que acontece geralmente com intervalos mensais ou quinzenais, dependendo da fase do tratamento. Ele mora no Sítio Cachoeira na Zona Rural de São Miguel, RN, onde é presidente do Sindicato dos Trabalhadores, além de cabo eleitoral do Prefeito.

concursos e tem aquele negócio de você não poder botar o irmão, irmã ou a cunhada. Mas sempre que eles vão botar gente naquela área que não precisa de concurso, bota aquelas pessoas que já são da prefeitura. Naquelas secretarias tem uns funcionários que são nomeados sem concurso. O próprio coordenador é quem nomeia (*id.*, 18/1/12, grifos nossos).

Mas ser empregado da Prefeitura Municipal não é o único predicado que define a participação em uma “panelinha”, pois frequentar a Oestana, também é uma prerrogativa para tal: “eu não vejo o pessoal de Portalegre, RN, vindo para cá [Oestana] não. Vêm algumas pessoas que são ligadas a Getúlio Rêgo, mas o pessoal da prefeitura mesmo não vem para cá não” (*id.*, 17/4/12).

Entretanto, o acordo que sustenta a “panelinha” não é somente baseado em laços, políticos, de parentesco ou em nível de renda, mas numa espécie de acordo tácito, comum a um grupo composto por pessoas que têm os mesmos interesses, mas estão inseridas em níveis distintos de poder. Os exemplos acima demonstram que tanto os parentes quanto aqueles que não desfrutam de uma condição socioeconômica mais confortável são inseridos no grupo e contemplados por benefícios de acordo com o papel desempenhado nele. Desse modo, tal como propõe Wolf (2003, p. 108) para a “amizade de panelinha”: as “pessoas superiores e inferiores em termos de poder podem estabelecer alianças informais para assegurar a existência tranquila de seu relacionamento para procurar apoio em promoções e outras necessidades”.

A “panelinha” seria no sentido político aqui proposto uma amizade idealizada pelo “prefeito” com um fim eleitoral podendo ser constituída individualmente, isto é, face-a-face ou estabelecida em redes. Esta, ao contrário da amizade diádica, tem um grau de afetividade menor, mas por outro lado mobiliza não somente recursos comuns à esfera política (votos, apoio político, etc.), mas de outros domínios da vida social e isso depende do grau em que as estruturas políticas se estendem para outros campos da vida social (SCOTT, 1972).

Ressaltamos que, além da via que nos conduz, metaforicamente, à comparação entre o laço que agrega “patrões” e “clientes”, a relação que aproxima “pacientes” e “prefeitos” pode ter sua análise gerida, sobretudo, por outros aspectos como a afinidade cultural, a intimidade e a doença que nos fazem considerar possibilidades outras de constituição desse laço social. Nesse sentido, o vínculo patrono-cliente não aparece claramente distinguido nos discursos dos nossos interlocutores: no lugar dele, outras possibilidades de formação desse laço como a “amizade” podem ser verificadas:

Eu tenho amizade com todo mundo e, graças a Deus, isso ajudou muito na minha doença. Eu passei quase um ano só andando, tomando todo tipo de remédio sem saber o problema e agravando cada vez mais. Isso aqui meu [aponta para o tronco] ficou bem alto, eu entortei para um lado, perdi muito peso, não comia quase nada e a gente só imaginava que era problema na coluna porque eu já sofri duas viradas de carro e corria atrás de boi nos matos. Fiquei internado diversas vezes, mandaram até um helicóptero para me pegar lá em São Miguel, RN. Depois que descobri meu problema, eu fiquei vindo com [ex-prefeito da cidade]. Ele vinha todos os meses porque os filhos estudavam aqui em Natal e vinha resolver as coisas aqui, mas se acontecesse dele não vir, ele mandava o carro para eu vir. Na época que ele era prefeito, eu vinha direto para o apartamento dele. Depois chegou essa casa de apoio (e foi quando começou esse medicamento) eu ainda vir uma vez lá para o apartamento de [Deputado Estadual natural de São Miguel] que ele me chamou, mas aí era aquele negócio longe do hospital e ficava ruim para ir buscar e ir deixar daí eu fiquei vindo para cá; pego os carros lá em São Miguel, a autorização lá e venho, mas nunca me faltou nada. Eu estou vivo hoje por causa dos amigos que tenho (H.H., 18/1/12).

Não há a difusão dos termos “patrão” e “cliente” no nosso campo de estudo. Eles não têm correspondência em termos nativos talvez porque, no Brasil, restrinjam-se à esfera econômica como sugere Lanna (1997) ou por não se remeterem a uma situação “contratual de trabalho” (BEZERRA, 1999). Para este último autor, eles caracterizam de uma forma geral uma relação que envolve duas pessoas as quais se encontram em posições de superioridade e inferioridade tanto em termos econômicos como sociais. Associando essas nomenclaturas ao contexto da Oestana, elas podem ser entendidas figurativamente como partes envolvidas em uma relação política-eleitoral assimétrica e qualificada, sobretudo, por uma situação de doença, porém, elas não dão conta do aspecto amistoso que tal relação comporta.

É complexo distinguir o voto como princípio ou como extensão da “amizade”, mas as falas dos interlocutores validam o argumento defendido por Scott (1972, p. 94), segundo o qual, o autor afirma que a “afiliação a um patrão nem é uma decisão puramente coagida e nem o resultado de uma escolha irrestrita”³⁴. Transmutando esta ideia para a relação estabelecida com o “prefeito”, entendemos que ela não diz respeito a uma obrigação constrangedora em função do sentimento de gratidão que envolve, mas também permite ser pensada enquanto um laço oneroso que tem uma importância vital e, portanto, precisa ser minimamente correspondido.

Rouland (1997, p. 303) faz uma diferenciação entre a “amizade afetiva” na qual existiria um sentimento de afabilidade e seria praticada entre “pessoas de bens”, ou seja, de mesmo meio social, e a “amizade útil” onde um político romano “por motivo de conveniência de sua campanha eleitoral, poderá ornar com o título de amigo um indivíduo de baixo estrato

³⁴ Tradução livre de “affiliating with a patron is neither a purely coerced decision nor is it the result of unrestricted choice”.

social, bastando que possa ser contado entre os adeptos”. Esses “amigos” de conveniência se aproximariam da categoria “cliente” que diz respeito à condição de desigualdade.

Para Eric Wolf (2003, p. 103), há dois tipos de amizade: a “expressiva” ou “emocional” e a “instrumental”. Na primeira existe uma compensação afetiva: cada uma das partes envolvidas na relação “satisfaz alguma necessidade emocional por intermédio de seu oposto”, isto é, percebe-se o preenchimento de uma carência, o “déficit”. Já na “amizade instrumental” ainda que não se tenha o “objetivo de obter acesso a recursos —naturais e sociais—, o empenho por esse acesso torna-se vital nessa relação” (ROULAND, *ibid.*, p. 104), como ocorre no esforço para manter os laços de parentesco quando se migra de um lugar para outro ou para uma classe econômica diferente, por exemplo. No entanto, esta última relação também é carregada de afeto (mesmo que este seja um sentimento “fingido”), caso contrário, ela não se sustentaria.

Para Wolf, quando a “amizade instrumental” toca um ponto extremo de desequilíbrio, ou seja, quando a simetria é anulada, a amizade dá lugar a relação “patrono-cliente” ou “amizade desequilibrada” (PITT-RIVERS, 1954 *apud* WOLF, 2003), mas, em ambos os casos, ela é marcada pela reciprocidade, configurando-se por atos de assistência mútua. De acordo com autor, nessa relação, a afetividade é quase mínima e os “bens” e “serviços” trocados não se equivalem.

Do ponto de vista da Ciência Política, Schmitt (1992) assinala que um sujeito só pode marcar sua existência no campo político a partir da distinção especificamente política entre amigo e inimigo. Na relação entre Prefeitos e usuários da Oestana essa diferenciação é feita com base, sobretudo, na inserção numa rede de confiança e troca de favores.

A cumplicidade também é um elemento comum à “amizade” entre “prefeitos” e “pacientes” caracterizando-a com base em tons de “cordialidade”³⁵ que disfarçam a assimetria como veremos ao longo desse texto. Portanto, assim como observa Ruben Reina (1959) para a amizade desenvolvida em uma comunidade chamada Chinautla, localizada no sul do México, há uma espécie de equilíbrio emocional nesse sentido.

Para os habitantes dessa comunidade da Guatemala, a amizade é a porta de saída, isto é, o meio pelo qual se expressam os desejos sexuais e as afetividades e, quando ela não é recíproca ou praticada exclusivamente por duas pessoas, o relacionamento se esfacela. Como demonstra Reina (*ibid.*) ao relatar os motivos que ocasionaram o fim da relação entre dois

³⁵ Holanda (1995) usou esse termo para se referir à forma particular de agir dos brasileiros que, segundo o autor, ordenam seu comportamento a partir da esfera privada. Nesse mesmo sentido, nós o empregamos enquanto pressuposto de uma intimidade que permeia as relações pessoais.

jovens chinautlecos, lá a amizade também aparece como uma espécie de “compensação emocional” (REINA, *ibid.* p. 46; WOLF, 2003).

Quando questionado sobre a razão do fim da amizade, ele afirmou com grande tristeza e solidão que durante uma festa Pedro [seu parceiro] tinha se embriagado e não pôde dançar com ele, então Juan começou a dançar com outras pessoas do bairro que estavam interessadas nele como camarada. Quando Pedro chegou à pista de dança, Juan estava dançando com outro, ele tomou isso como um ato de infidelidade e saiu irritado para encontrar outro parceiro ³⁶.

Reina (*ibid.*, *passim apud* WOLF *op. cit.* p. 104) analisa essa amizade (“*the camarada complex*”) de uma maneira que nos faz pensá-la também a partir do conceito de “amizade emocional” de Wolf:

Para os índios ela [a amizade] oferece uma satisfação emocional e a garantia de que eles não estarão sozinhos. Antes do casamento e depois da infância o complexo do camarada atinge uma alta intensidade emocional — justamente naquela transição da vida em que o Chinautleco alcança o status de adulto, mas não adquiriu todas as suas recompensas emocionais [...] a amizade é mantida não por motivos práticos ou econômicos, mas apenas por compensação emocional.

De uma forma menos decisiva, mas não menos importante, a amizade entre Prefeitos e usuários da Oestana se aproxima da descrita acima, apesar de não ser sempre uma relação diádica, já que envolve redes de amizade e ocorre num contexto onde há uma instituição formal e centralizadora, o Estado. Mas em ambos os casos, o redimensionamento do laço social e/ou político depende também de uma compensação afetiva e não necessariamente da troca recíproca material, pois a não retribuição do favor no caso da Oestana, assim como a infidelidade para os *Indians* da Guatemala, faz com que o vínculo de amizade seja reconfigurado:

[...] Eu tinha muita amizade com o prefeito, não que eu tenha deixado de ter, mas não é a mesma coisa desde o dia que ele me deixou esperando lá na prefeitura sem me atender. Eu vi ele crescer: eu vivia direto na casa do pai dele, eles [a família do atual Prefeito de São Miguel, Galeno Torquato] tinham um sítio encostado ao meu e eu ajudava limpando mato (isso quando eu podia), dando de comer ao gado deles... Eu já andei na casa de muitos amigos meus pedindo votos para ele, mas eu não ando mais: só vou votar mesmo (H.H, 19/10/11).

³⁶ Tradução de: “when questioned Juan about the reason for breaking the friendship, he stated with great sorrow and loneliness that during the fiesta titular Pedro had become intoxicated with guaro and could no longer dance with him, so Juan began to dance with another person of his own cantón who had been seeking him as a camarada. While Juan was dancing, Pedro managed to come to the dance floor and when he found his camarada dancing with another fellow, he took this as an act of infidelity and went out angrily to find another partner”.

Apesar de “prefeitos” e “pacientes” partilharem de um mesmo quadro simbólico de referência, do ponto de vista social e econômico, eles não ocupam as mesmas posições e, portanto, uma das partes (o “prefeito”) “está claramente em uma posição superior quanto à sua capacidade de conceder bens e serviços” (WOLF, 2003, p. 108). Neste sentido específico, observamos uma similaridade com a relação patrono-cliente ainda que ela não elimine as demais possibilidades de relacionamento.

Mesmo fazendo essa diferenciação, para a nossa pesquisa, não há como construirmos uma divisão rígida entre uma relação de amizade e aquele vínculo clientelista, porque mesmo quando se trata de uma relação de subjugo, observamos certo grau de afeto envolvido. Portanto, o afeto surge aqui como forma de equilibrar uma relação que já começa descompassada e é acentuada pela má condição de saúde dos usuários da Oestana.

Ocorre que o desconforto emocional resultante dessa situação de doença torna os doentes mais próximos dos Prefeitos, fundando, assim, a “amizade”, pois alguns demonstram certa convivência com as suas atitudes. Dessa forma, o investimento afetivo adorna e até mesmo oculta a desigualdade, imprimindo diferentes formas de manifestação do laço político e atingindo não apenas aqueles que estão fora da rede de “amizade” ou que não constituem um vínculo de patronagem com o Prefeito, mas os próprios “amigos” deste último.

A amizade abordada aqui se aproxima das definições de Wolf (2003) e dos exemplos de Reina (1959) referentes ao envolvimento emocional, bem como do que seria uma amizade instrumental para o primeiro autor, pois ambas as partes estão em busca de alcançar recursos e se encontram num mesmo plano simbólico. Isso permite, por exemplo, transmutar a dinâmica dessas relações pessoais que ocorrem no âmbito da intimidade para as relações políticas, mas não de uma forma imediata como numa oposição trivial entre as esferas do público e do privado, mas a partir de um complexo de relações construído e transformado cotidianamente.

1.1.1 “Quando você gosta da pessoa como pessoa”

“O que vale é a pessoa. A eleição passa, mas os amigos ficam”.

(H.H, 18/1/12).

A intimidade que distingi a relação entre “prefeitos” e “pacientes” nos faz pensar na complexidade do sistema político onde ela se insere. Nele, o sujeito que é o representante político e responsável pelas questões coletivas é a mesma pessoa com quem é possível manter uma proximidade individual. Ao afirmar que a “política é assentada em códigos de amizade”,

Chaves (1996, p. 135) explica de certa forma essa singularidade e a conduz para um horizonte distinto da lógica holismo/individualismos os quais, na maioria das vezes, têm sido pensados como sinônimos para as sociedades tradicionais e desenvolvidas, nessa ordem.

Para Chaves (*ibid.*), embora a hierarquia possa ser observada na sociedade brasileira, ela não é um “valor socialmente reconhecido”. Nessa perspectiva, a ideia de pessoa refere-se tanto a um sistema hierárquico quanto a uma moral cristã. Entretanto, essa igualdade não aparece de forma concreta no âmbito das relações sociais, mas como uma pretensão de igualdade em termos humanísticos. Em resumo, Chaves foge da lógica dual entre indivíduo e pessoa, afirmando que a noção de igualdade na sociedade brasileira depende das relações.

A contraposição entre “pessoa” e “indivíduo” debatida por autores como Dumont (2008), Mauss (2003b) e, em um plano nacional, por Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Da Matta (1997) situaram, em certo sentido, a pessoa em uma dimensão política relacionada ao “âmbito da moral” (CHAVES, 1996) e é a partir dessa perspectiva que iremos recuperar essa literatura.

Com a preocupação de entender o nosso modo de pensar e agir, Holanda (1995) busca na herança ibérica, resultante do processo de colonização pelo qual passou o Brasil uma explicação para o fato de termos desenvolvido uma forma de convivência social baseada numa espécie de indefinição entre os domínios público e privado. Assim, o autor sustenta que a extensão do doméstico à vida política, esferas que Da Matta (1997) classifica como “lógica da casa” e “lógica da rua” respectivamente, representariam um impedimento ao desenvolvimento da democracia nacional.

Holanda (1995) procura compreender como o personalismo, disposição social das relações privadas, culminou em uma sociabilidade particular ou, como coloca Chaves (2003, p. 37), em uma “forma específica de interação social que organiza a sociedade” a qual se estendeu para o domínio da política. A partir dessa perspectiva, além de ter sido um modelo de organização social típico de um período da nossa história, a família patriarcal fomentou a relação entre governantes e governados, fornecendo à esfera pública um “modo de ser” (HOLANDA, *ibid.*) baseado na intimidade.

Segundo Chaves (*op. cit.* p. 65), Holanda apontou a afetividade e o mundo rural como elementos determinantes para a configuração das relações no Brasil, tornando o personalismo numa espécie de “totalidade moral”, pois sendo este um instrumento conceitual ele “encontra na noção nativa de pessoa um correspondente político no plano dos valores sociais que norteiam e justificam a ação e conformam a compreensão do mundo político”.

Contudo, mesmo reconhecendo a importância de discuti-la, procuraremos fugir da pessoalidade como algo evidente, não considerando o sistema de relações pessoais como uma “sobrevivência do passado” como o fez Da Matta (1997), mas tal qual um modo de constituição das relações que se renova e se modifica no presente. Entretanto, não iremos naturalizar o fato de estarmos nos referindo a patrões e clientes e não às classes média e baixa quando abordamos o caso das relações da Oestana, pois, segundo aquele autor, no Brasil “as relações não uniram indivíduos ou camadas individualizadas, mas pessoas” (DA MATTA, *ibid.*, p. 234).

Sendo assim, de que modo pensar essas relações em uma sociedade inserida num mundo moderno e ocidental, portadora de uma ideologia individualista, mas que paradoxalmente apresenta traços da organização social comuns a contextos tradicionais e hierarquizados? A resposta obviamente não é trivial, e não temos a pretensão vaidosa de respondê-la esgotando todas as possibilidades de reflexão, mas de avançar no seu entendimento a partir de eméritos autores que a pensaram.

Em seu ensaio sobre uma das categorias do espírito humano, Mauss (2003b) destaca que a ideia de “pessoa” está presente em todas as sociedades humanas e representada de alguma forma linguisticamente. Portanto, essa seria uma noção universal e as mudanças sofridas por ela ao longo da história da humanidade a transformaram na “categoria do Eu” (MAUSS, *ibid.*, p. 394).

Em sociedades de organização tribal, como a do *Pueblo de Zuñi* dada como exemplo por aquele autor (*id.*, *ibid.*, p. 372), apesar de estar submerso no clã, o indivíduo se sobressai a ele no cerimonial, através da ideia do personagem. O fato dos nobres Pueblos não mudarem os nomes e estes serem carregados de ancestralidade, alterando com a idade e o papel desempenhado pelo indivíduo, revela para Mauss como a noção de pessoa surge tal qual uma forma de instituição do direito, pois, segundo ele, “a perpetuidade das coisas e das almas só é garantida pela perpetuidade dos nomes dos indivíduos, das pessoas” (*id.*, *ibid.*, p. 377).

Ainda segundo Mauss, a noção de *persona* surge no início da civilização latina. Com os latinos, a pessoa deixa de ser apenas parte constituinte da organização social ou um nome e um lugar no ritual e passa a ser um “fato fundamental do direito” (*id.*, *ibid.*, p.385). Foi entre os romanos que se convencionou o uso do nome, prenome e sobrenome (em latim, *nomen*, *praenomen* e *cognomen*), demonstrando respectivamente a posição hierárquica, o status e as funções e privilégios na vida militar e civil. O princípio básico do direito vai se somar ao sentido moral da pessoa resultante de uma consciência de si obtida a partir de papéis

exercidos pelos indivíduos em dramas sagrados e na organização familiar em diversas sociedades.

A ideia da pessoa portadora de uma essência surge quando os cristãos a relacionam à Trindade, ou seja, quando ela aparece como unidade vinculada e dependente de Deus. Entretanto, é com o conhecimento de si e a consciência psicológica que a pessoa deixa de ser “uma substância, relacional e indivisível e passa a ser uma consciência e uma categoria” (*id.*, *ibid.*, p. 393) tal qual a conhecemos hoje e, segundo Mauss, a partir dessa concepção, Kant (1788) e Fichte (1810) fazem do “Eu” um preceito da Razão Prática no século XVIII.

Para Dumont (2008), a noção de indivíduo não pôde ser constituída sob formas tão diversas e particulares, pois ela foi moldada pelas ideias precípua de igualdade e liberdade conhecidas pela sociedade moderna ocidental. Segundo o autor, o “elementar” e “indivisível” na sociedade moderna é o homem; já na sociedade tradicional é o coletivo. É por essa razão que o homem moderno não pode ser colocado no mesmo plano da sociedade tradicional ou, para usar palavras daquele autor, não pode ser contraposto à ela como “parte de um todo”.

A partir do estudo da sociedade indiana, Dumont (1985) pensou dois tipos de sociedade: a “individualista”, sistema no qual o indivíduo seria um valor ou, de outro modo, comporia o “valor supremo”; e a “holista”, onde o valor jaz largamente na sociedade (DUMONT, *ibid.*, p. 37), portanto, o seu conjunto o representa. O modelo holista coaduna-se ao nosso argumento de que o papel do “prefeito” (no caso da Oestana) abrange diversas esferas sociais, sendo integrado ao todo e complementado por ele, além de representá-lo.

Em contextos modernos, o indivíduo representa de certa forma a humanidade inteira, porque ele carrega a sua essência. Já naqueles ditos tradicionais, o social é parte integrante do homem, estando ele na sua consciência e, nesse sentido, ele só existe coletivamente. A ideia de nação nos ajuda a pensar o indivíduo como membro de uma sociedade integrada, e não dividida em segmentos como o é a sociedade tradicional. Da Matta (1997, p. 224, grifos do autor) discorreu sobre o assunto:

Mauss vê com precisão a concomitância da nação como uma nova forma de organização social e política, e o indivíduo. É ainda como, nesse modo de coletividade, os indivíduos atuam socialmente de forma diversa. Ou seja, na nação: os indivíduos têm na atuação social uma opção que podem exercer ou não para formar a chamada ‘sociedade civil’. Ao passo que, nas sociedades segmentadas, complementares e tradicionais o social não é uma opção oposta ao mundo individual. Ao contrário, ele se impõe à pessoa como parte integrante de sua consciência.

Em sociedades onde a noção de indivíduo é menos hegemônica ou complementada pela ideia do todo social, a política agrega a pessoa, pois esta é o cerne dos valores para a política. Por essa razão, Chaves (2003, p. 64, grifo da autora) entendeu que é o “bom político” como pessoa e não o indivíduo que estabelece o plano das relações políticas segundo vínculos particulares de solidariedade”. Portanto, na relação que há entre Prefeitos e usuários da Oestana, é o “prefeito” como pessoa e não como um cidadão em exercício de um cargo público quem cria o vínculo social.

Nesse sentido, assumir uma postura radical como aquela tomada por Leach (1989, p. 143) na qual o autor faz uma diferenciação entre pessoa e indivíduo, sendo este último “um ser animal biológico que nasce, desenvolve-se até a maturidade, envelhece e morre”, e a pessoa “um conjunto de cargos e papéis que se ligam ao indivíduo em qualquer época específica da sua vida” não contempla nossa abordagem. Dessa forma, nos aproximaremos da ideia de permeabilidade apresentada por Da Matta (1981), pois esta permite uma maior comunicação entre as categorias de pessoa e indivíduo.

Embora concordemos com as considerações de Dumont (2008) a respeito das sociedades holistas e individualistas, não separamos os dois sistemas de relações em polos que não se comunicam. Ao contrário, nossa argumentação procura demonstrar como eles convivem e, sobretudo, complementam-se. Isso não implica em negar o fato da noção de indivíduo ter sido instituída de uma forma mais abrangente no Ocidente do que a de pessoa (categoria resguardada a sistemas holísticos), mas afirmar que ambas as noções podem conviver, pois, como afirma Da Matta (*op. cit.*, p. 247) a partir de Wagley (1968), “sistemas globais, de caráter universal, são permeados pelos sistemas de relações pessoais”.

A intimidade mantida com o candidato seja de uma forma contínua ou extraordinária conecta a pessoa do eleitor ao mundo político e confere, ainda que superficialmente, certa equivalência à relação. Em outro trabalho, Chaves (1996, p. 142) se refere à presença dos políticos nas festas como um modo de reconhecerem seus eleitores como pessoas:

As festas políticas estabelecem um âmbito comum concreto criado pela presença tangível e equivalente de políticos e eleitores; elas constroem um espaço ritual de atualização do valor da pessoa como um ser humano digno e igual. Na festa, o político é um entre muitos, mas um no meio do povo, com ele se mistura, mas sem que com ele se confunda.

No contexto da Oestana, essa intimidade pode ser observada, por exemplo, na ocasião em que os “prefeitos” visitam os “pacientes” na Oestana e dividem a mesa com eles no

refeitório ³⁷, “compartilhando, assim, o alimento num espaço de convívio” (KUSCHINIR, 2002, p. 249) como é relatado na fala que segue: “[funcionária da Oestana] está ali para ouvir as conversas: ela colhe tudo. É tanto que quando os prefeitos chegam, eles vão direto para a cozinha para onde ela está e ficam por lá, come com o povo, já orientado, sabe?” (M.J, 19/4/12). Essa familiaridade pode ser notada ainda quando os “prefeitos” fornecem aos “pacientes” sem cerimônia o número do seu telefone pessoal, quando visitam os doentes em seus quartos (no caso de estarem hospedados na Oestana) ou em suas residências:

Quando eu fiquei doente, eu liguei para Leonardo Rêgo [Prefeito de Pau dos Ferros/RN] e ele foi à minha casa. Ele atende o povo em casa mesmo aí ele me encaminhou para cá, mas antes eu fui à Secretaria de Saúde pegar as passagens e marcar as consultas. Leonardo Rêgo é o político do meio da rua, não tem besteira com ele não, ele ajuda muito o povo, quem precisa mesmo (T.I ³⁸, 17/4/12).

Somado a isso, os fatos dos “prefeitos” se disporem a transportar os doentes e seus “acompanhantes” nos seus próprios automóveis e de os chamarem pelo apelido em alguns casos expressam uma proximidade que não se mostra apenas no domínio doméstico, mas atravessa a esfera pública, influenciando o modo de se conceber o político nesses contextos. Esses exemplos cotidianos demonstram não somente uma extensão da vida privada no âmbito público, mas uma fusão desses dois campos e expressam uma sociabilidade na sua extensão igualitária (KUSCHINIR, 2002) que confunde de certo modo sem, no entanto, inverter (CHIANCA, 2007) as diferenças hierárquicas.

Segundo Chaves (1996, p. 152), isso ocorre onde a pessoa é o “eixo significativo da política”, isto é, quando ela mesma é valor e não uma categoria mergulhada nele. Para a autora, por ser fundada em uma concepção cristã, a pessoa “veicula uma demanda de igualdade considerada prerrogativa do indivíduo e carrega, ao contrário do indivíduo, o sentido de igualdade e diferença: igualdade moral e distinção social” (CHAVES, *ibid.*, p. 155).

Maldonado (1993) faz uma constatação semelhante quando percebe uma ligação entre o “igualitarismo individualizante”, experimentado em terra por um grupo de pescadores com o “igualitarismo hierárquico” que ordena as rotinas de trabalho no mar. Isso é possível porque em tal contexto a igualdade se concretiza em consonância com a solidariedade e esta coloca

³⁷ Comer e beber junto aos eleitores são práticas comuns dos políticos especialmente durante as campanhas eleitorais. Para um estudo sobre as dimensões da comensalidade nesse período ver Kuschinir (2002).

³⁸ T.I, 44 anos, mora em Pau dos Ferros, RN, submete-se ao tratamento contra câncer há 9 (nove) anos e pelo mesmo período se hospeda na Oestana.

os pescadores em um plano de igualdade mesmo estes participando de uma divisão hierárquica do trabalho. Segundo a autora, a igualdade é uma condição para hierarquia, pois é preciso “ser pescador”, isto é, ter um capital moral específico para tornar-se igual aos demais e partilhar dos códigos hierárquicos que o ofício demanda.

O igualitarismo presente nas relações da Oestana é produzido superficialmente na “amizade” entre “prefeitos” e “pacientes”. Apesar de eles se apresentarem moralmente iguais no plano simbólico, a difusão de uma possível igualdade esbarra numa estrutura hierárquica fundada na própria intimidade (CHAVES, *op. cit.*), como no exemplo da seletiva mistura das festas em Buritis, MG.

A intimidade que caracteriza o “prefeito” gradativamente como sujeito superior nas relações da Oestana, pois a referência a ele é sempre feita como alguém que está acima do meio social do “paciente”, revela uma forma de inferiorizar o outro: “as coisas são diferentes para quem conhece e quem não conhece o prefeito. Quando a pessoa está doente que chega aqui, se vier para alguém já indicado por ele, as coisas já ficam mais fáceis” (B.L.³⁹, 18/1/12).

A fala acima nos induz a pensar como Da Matta (1997, p. 192), em uma estrutura social onde “a hierarquia parece estar baseada na intimidade”. Essa intimidade que poderia ser chamada, em última análise, de personalismo aparece também como uma informalidade, contribuindo para a desigualdade através da forma mais perversa desse fenômeno: a sujeição.

1.2 “QUEM PRECISA, SE HUMILHA. NÃO QUER SABER COMO VEM”

Se a gente vai à prefeitura pedir alguma coisa, ele [o Prefeito] diz: “volte amanhã, volte tal dia” e fica nessa estorinha, fazendo a gente de besta. Não é só o prefeito que faz isso não, é quem trabalha lá também: eles massacram, pisam nas pessoas. O prefeito tem o rei na barriga, mas ele não é padroeiro: um dia ele sai de lá. Para quem vota nele, as coisas já não são muito boas, imagine para os que não o acompanham. Mas eu só quero meu direito: não quero prejudicar o prefeito. Eu só fui reclamar ao promotor porque não tinha mais para quem pedir, não queria processar ele. Eu fui com a cara e a coragem, dei a cara para bater (M.J, 29/4/11, grifo nosso).

Quando eu recebi o resultado do exame, eu não sei nem como eu saí de lá. Quando eu cheguei à Oestana, nesse tempo era lá em cima [na Av. Hermes da Fonseca, 1329], o prefeito estava lá. Eu já vinha chorando, quando eu o vi, eu disse: graças a Deus que o Senhor está aqui! A médica passou outros exames para eu fazer com urgência porque eu vou ter que me operar. Ele [Prefeito de São Miguel, RN] olhou

³⁹ B.L acompanha sua filha de quatro anos que é portadora da “Síndrome da Deleção 11 q” ou “Síndrome de Jacobsen”. As principais características da síndrome estão relacionadas à malformação, apresentando retardo no crescimento, retardo psicomotor, ponte nasal larga, nariz curto com narinas antevertidas, lábio superior em forma de carpa, orelhas dismórficas, etc. (Disponível em: <<http://regional.bvsalud.org>>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2012).

para mim e disse: “mas eu não vou lhe dar nada não, você vai fazer tudo lá por São Miguel ⁴⁰ mesmo”. Olhe, quando ele me disse aquilo... [a fala é interrompida pelo choro]... Parece que o mundo caiu em cima de mim: eu fiquei desorientada, não via mais nada. Aí o Sr. Zezinho e Dona Ceíça, que ouviram a história, foram conversar comigo, dizendo que iam falar com [Deputado Estadual natural de Portalegre, RN] para me ajudar. Eu devo tanto favor a ele que eu não tenho nem como pagar com voto. Eu sei que com muita luta, ele [o Prefeito] passou a me dar o carro e as hospedagens aqui, mas quando eu ia pedir alguma coisa, eu já entrava no gabinete chorando (S.O, 14/2/12, grifo nosso).

A dependência que submete os “pacientes” às vontades dos “prefeitos” pôde ser percebida não apenas na fala, mas também nos gestos dos entrevistados: quando questionávamos em uma de nossas visitas (14/2/12) a razão pela qual uma interlocutora tinha sido destratada pelo Prefeito de sua cidade (São Miguel, RN), ela disse não saber, pois tinha votado nele, entretanto, fazendo um movimento negativo com a cabeça, ela gesticulava que não votou. Posteriormente, numa entrevista concedida no Hospital Universitário Onofre Lopes, a interlocutora nos revelou que fez aquilo em razão do medo que sentiu de perder a “ajuda” que recebia, pois “estava falando mal do prefeito” (S.O, 29/2/12).

O medo de perder talvez a única fonte de consultas, remédios e tratamento médico se traduz numa sujeição que, à luz de um observador desavisado, torna-se quase invisível quando os “prefeitos” tomam os “pacientes” como seus “amigos”, revelada na fala daqueles que não mantêm tal vínculo.

Depois que eu descobri a doença, eu tive atendimento, mas em José da Penha, RN, da minha cidade, não. Eu só procurei alguém em Riacho de Santana, RN, quando a médica me deu o atestado para o INSS [Instituto Nacional de Seguridade Social] e eles me negaram também porque minha Carteira de Trabalho era de São Paulo e ainda não estava dada baixa direitinho [feito a rescisão], mas o INSS só quer uma coisinha para barrar. Depois disso, é que eu fui procurar o prefeito de Riacho: quando não tive mais para quem falar, eu fui me humilhar na prefeitura. Eu cheguei lá à tardinha. Ele estava em reunião ai eu pedi para falar com ele e a chefe de gabinete falou assim: “ele está em reunião, quando terminar, vai atender um pessoal, ele vai demorar”. E eu falei: eu espero. [Funcionária]: “mas quando terminar, ele vai para casa. Teve a campanha todinha, ele está cansado”. E amanhã? Aí ela respondeu: “ele vai para Pau dos Ferros, RN”. E depois? “Vai para Natal”. E num sei quando? Não teve um espaço para mim. Mesmo depois que o promotor deu a ordem para ele me atender, ele disse que não tinha homem que fizesse ele me dar assistência. Mas para se livrar de mim, ele ficou me dando as passagens para eu vir para cá, mas eu tinha que ir buscar na casa dele. Eles queriam que eu desistisse da vida, de tudo. Eu nunca peguei em prefeitura não, sempre na casa dele. Eu acho que ele pensava: vou humilhar ela até ela dizer chega. Ela vai ter que ir buscar na minha casa. Quando eu ia buscar as passagens, eu não via mais ninguém pegando não, era só eu lá. Várias vezes eu fui, ele não estava em casa e eu ficava lá esperando. Uma

⁴⁰ Quando se trata de um procedimento de urgência e, sobretudo, quando envolve doenças mais graves como o câncer, para agilizar os tratamentos, os exames são realizados em laboratórios ou clínicas particulares e geralmente estão localizados em Natal. Além disso, a maioria deles não pode ser feita pelo SUS, sendo assim, o doente não se dirige à Secretaria de Saúde Municipal, mas ao gabinete do prefeito, pois apenas ele pode autorizá-los.

vez eu deixei até meu documento lá para colocar o número da minha identidade na autorização. Mas depois disso, quando eu ia a mulher dele estava lá: tinha dias que era sorrindo, tinha dias que era com a cara desse tamanho, mas sempre estava (M.J, 1/3/12, grifos nossos).

Mas essa sujeição pode ser percebida não somente pelos atos e frases ostensivas que os “pacientes” (geralmente, aqueles que não votam no Prefeito) veem e sentem quando vão pedir auxílio médico e hospitalar, mas também a partir dos discursos daqueles interlocutores que são mais “chegados” do prefeito”. Em certos casos, a relação com o “prefeito” apresenta raízes num passado rural.

Toda vida a gente foi vizinho deles [da família Torquato]. Eles tinham umas propriedades pegadas com a da gente, aí a gente foi fazendo amizade, eles são um povo muito bom. Quando apareceu a primeira Emergência ⁴¹, isso, se eu não me engano em 1968, eu não me lembro se Zé Torquato era prefeito, mas eu me lembro que era um dos tais que botava o povo para trabalhar. Aí foi, ele muito conhecido de papai, deu o nome da gente para a gente trabalhar na Emergência. Com 9, 10 anos o pai da gente já levava a gente para o roçado. Não tinha cerca: a cerca era a gente pastorando o gado. Eu ia para a feira de jumento, só que eu muito pequeno não controlava o bicho, ele que me governava (risos). Mas mesmo assim, eu fui ser cassaco que eram os meninos que botavam água e lenha nas barracas para a barraqueira botar fogo nas panelas. Quem era cassaco ganhava 20 mil réis e quem já era grande ganhava 40 mil réis. Mas agora, lá em nós tem o Seguro Safra. Quem não tem renda nenhuma faz o cadastro e, se não colher nada, recebe pelo roçado que perdeu. A pessoa planta e se não der nada o prefeito dá aquele dinheiro. É bom demais isso, não é? Porque às vezes a gente planta aquele roçado, quando é um ano bom de inverno tudo bem, mas quando não chove, num se aproveita nada (H.H, 8/2/12).

A dependência do poder público ofuscada pelas relações de vizinhança e amizade desenvolvidas no cotidiano pode ser percebida também no fato da vida política ser iniciada quando se começa a votar e quando esta passa a ter continuidade conforme a trajetória política dos candidatos, pois, como nos disse uma interlocutora certa vez: “você só é gente quando vota”. Nesse caso, “ser gente” significa ser apto a votar, ser alguém capaz de oferecer seu voto numa relação de troca, sendo reconhecido por isso.

Na época que eu fui morar no Sítio Maniçoba em Jaguaribe, CE, eu não era nem eleitor ainda porque quando eu fui criado, os pais da gente não botavam a gente quase na escola. Teve uma época que só tirava o título quem soubesse ler. Hoje todo mundo tem um título, naquela época, só tinha se soubesse fazer o nome e uma pessoa letrada naquele tempo era difícil. Depois, se eu não me engano, bem em 1982, eu já era casado e tinha um amigo meu que era lá de Jaguaribe, CE, e eu doido

⁴¹ O Plano de Emergência de Seca foi previsto pela lei n° 4.229 de 1° de junho de 1963 e executada pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) com o intuito de construir reservatórios que constituíssem fonte hídrica em período de estiagem e mantivessem a qualidade da água nas cheias (Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4229.htm>. Acesso em: 9 de fevereiro de 2012).

para votar aí a mulher foi e copiou meu nome e eu fiquei desenhando para poder passar para tirar o título nessa época. Para cá [em São Miguel, RN], eu comecei a votar em 1981 ou foi 1982. Quando eu tirei o título, eu votei só uma eleição em Jaguaribe, CE, e teve outra que eu votei que eu já estava morando em São Miguel, RN, mas eu ainda fui votar lá. Eu votei uma ou foram duas eleições lá, mas daí para cá eu transferi para o município de São Miguel. Depois que eu voltei de Jaguaribe, eu me envolvi muito com esses trabalhos comunitários, sabe? Eu me lembro que em 1983, foi uma época que [atual Prefeito de São Miguel], que era o candidato do PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro], ganhou a eleição aí teve uma eleição para Presidente do Sindicato e ele me convidou para ser candidato e teve outro lá, Seu Mário Chaves, que já tinha sido Presidente um horror de anos e me ajudou para lá e para cá. Eu dizia: homem, não dá certo, não dá certo; e ele: não, vamos que dá. Eu disputei diversas campanhas: só teve essa última que eu fui candidato único, aí meu mandato vai se encerrar agora dia 14 de abril de 2012. Quando eu comecei a ser presidente, eu já apoiava [atual Prefeito]. Eu fui filiado ao PMDB (na época o atual Prefeito era o coordenador do partido), mas [ex-prefeito] toda vida foi muito bom para mim e me ajudou mesmo eu sendo do outro lado, aí eu me filiei ao PSB [Partido Socialista Brasileiro] e mudei de lado. Mas eu tinha muita amizade com ele e ainda hoje tenho. Apesar de um ser de um lado e o outro ser do outro, eu sou aquela pessoa que nunca me envolvi com negócio de que porque você é de um partido e eu sou de outro, aí eu crio problema. Eu tenho amizade com ele, converso com ele e tudo e, como médico, ele é um bom médico. Na primeira ele foi candidato contra [irmão do Deputado Estadual cuja família é de São Miguel] e, nessa época, a prefeita era [mãe do atual Prefeito], mas ele ainda tomou a campanha e foi prefeito, mas o povo não gostou. Depois disso, [atual Prefeito] candidatou-se novamente e o opositor era [ex-Prefeito] apoiado pelo outro lado [pelo bloco situacionista] e ganhou a campanha, mas depois disso ele já foi candidato duas vezes com [ex- Prefeito] e perdeu e foi candidato mais duas com [o mesmo ex-Prefeito] e perdeu também. Depois de [atual Prefeito] foi [ex-Prefeito], ele tirou dois mandatos e [atual Prefeito] está acabando de tirar dois mandatos dele. E esse ano já vai ter eleição, não é? Se não mudar, pelas pesquisas que estão fazendo lá, o candidato mais forte que tem é [ex-Prefeito]. Ele é uma ótima pessoa, não muda o jeito dele não, sempre às vezes visita a gente lá em casa, quando a gente precisa dele, ele não nega. Na época que ele era prefeito foi quando começou esse meu tratamento e eu fiquei numa situação meio difícil e sempre ele me ajudou muito até quando ele vinha para cá eu vinha com ele e me deixar no hospital, mandava me buscar, ele me ajudou muito nessa época. Nesse tempo, ele já estava no segundo mandato, porque eu comecei em 2001. Eu procurei ele algumas vezes, mas ele sempre se ofereceu para ajudar. Tanto ele como [Deputado Estadual de São Miguel], o prefeito de Venha Ver, RN, também, até o próprio pessoal de [outro ex-Prefeito] quando eu estava aqui vieram me oferecer ajuda. Graças a Deus eu fui uma pessoa que teve Deus e o pessoal que podia colaborar e estava sempre comigo. Os que não ajudaram, tiveram vontade de ajudar, graças a Deus (*id.*, 18/1/12).

O valor social do voto, suscitado pelo das eleições, influencia até mesmo o caráter e o “valor” do sujeito:

O povo se vende. No dia de votar, tem gente que fica esperando alguém ir deixar o dinheiro. Só vai na última hora para ver se pegam dinheiro de um e de outro. Esse povo perde o valor no dia da eleição: se você vende o voto logo cedo, depois que você vota, pronto! Perdeu o valor! Até às 5h00min da tarde está valendo, depois disso, perde o valor em tudo. É assim: eu já lhe dei o que tinha que dar, se vendeu o voto, não deve mais satisfação (M.J., 17/11/11).

Em outra fala, o “valor” corresponde ao próprio voto. Logo, votar numa pessoa errada, isto é, que não concede “ajudas”, pode significar uma perda de “valor”:

Eu trabalho como mesária nas eleições e observo muito as coisas. Eu vejo o povo saindo da urna e dizendo: ‘perdi meu valor, votei num vereador’. [Por quê?]. Porque vereador não faz nada. Mas o povo também se vende por besteira: tem gente que vota por causa de um botijão de gás ou do pagamento de um papel de luz. A pessoa não deve procurar o político por besteira não: tem que se dá valor (A.T ⁴², 29/05/12, grifo nosso).

A subordinação pode ser verificada no fato da vida de uma pessoa, nesse caso a do Sr. H.H, ser contada a partir do seu ingresso no campo político como eleitor, mas se configura materialmente também, ou seja, por meio da importância monetária de um tratamento de saúde, pois mesmo o tratamento médico sendo pago com recursos públicos, a ideia de favor subsiste e o meio para consegui-lo é o “prefeito” porque é ele quem tem de “dar tudo” e a gratidão explicitada nos discursos dos usuários da Oestana denuncia uma dependência estrita:

[...] Quando eu comecei a vir para cá [Oestana], ainda era no mandato de [ex-prefeito de Pau dos Ferros, RN]. Ele não queria dar nem as duas passagens (minha e da minha menina). Eles botaram o maior boneco [impuseram dificuldades] aí eu fui ao CRI (Centro de Reabilitação Infantil) aqui em Natal, a assistência social de lá mandou um relatório que eu mostrei lá e eles liberaram. O primeiro exame que a médica aqui passou era R\$ 400,00 e eu não tinha o dinheiro. Nesse tempo, a gente não vinha para cá não. Meu irmão trabalhava numa borracharia aqui [em Cidade Nova] e conhecia Zezinho, aí ele bateu na porta dele de 3h00min da manhã contando a situação e ele atendeu. O exame era de 6h00min. Quando foi 5h30min Zezinho chegou lá com o dinheiro. De lá para cá eu não tiro R\$ 1,00 do bolso. Quando a médica passou um exame de R\$ 25.000,00, eu cheguei chorando aqui. Contei a Ceíça aí ela disse: “quando Zezinho chegar, a gente vai na Assembleia (Legislativa)”. Quando eu o vi [Deputado Estadual], já fui logo chorando, Zezinho contou a ele e ele mandou pegar o talão de cheques dele e disse: “se o problema for esse, eu passo um mês sem receber meu salário, mas ela não fica sem fazer esse exame”. Aí como é que eu não vou votar num homem desse e no filho dele? O povo de lá do hospital mesmo diz: enquanto você tiver vida, você deve a esse homem! Getúlio Rêgo é o poder! (B.L, 18/1/12, grifos nossos).

Se ele [o Prefeito de Riacho da Cruz] não tivesse feito isso por mim, eu não estava com minha saúde. Quando uma pessoa faz uma coisa importante assim por mim, eu gosto de rezar por ela toda vida. (A.N ⁴³, 8/2/12)

⁴² A.T, 37 anos, dispõe dos serviços da Oestana há 8 (oito). Ela se trata de Tireoide, mas, na maioria das vezes, vem a Natal como “acompanhante” ou para resolver “problemas”, isto é, processos de tratamentos e marcação de exames e consultas de outras pessoas. Atualmente, A.T trabalha como agente de saúde da cidade de São Miguel, RN.

⁴³ A.N tem 43 anos, é natural de Riacho da Cruz, RN, e frequenta a Oestana desde 2006. Ela faz tratamento contra Câncer de Mama que teria sido consequência das lesões sofridas durante os ataques epiléticos desenvolvidos desde criança.

O alto custo dos tratamentos de saúde e a dificuldade de consegui-los fazem com que a dependência não seja exclusivamente econômica, pois os “dons generosos” são como uma espécie de presente divino que gera uma “dívida que não pode ser saldada” (GARCIA JR., 1989). O político como pessoa apresenta, assim, prerrogativas que lhes fazem exercer uma sujeição capaz de abranger até mesmo o campo espiritual.

Deus só botou pessoas boas na minha vida: tem aquele de José da Penha [prefeito da cidade vizinha que a assisti] que ele hoje está com Deus, porque pessoas boas ele leva para perto dele e Dra. Elaine, a médica que descobriu minha doença que até hoje me atende: ele morreu e ela ficou sempre me ajudando: até hoje ela nunca me negou (M.J, 1/3/12).

Tal depoimento nos faz pensar o “prefeito” não apenas como provedor de remédios, exames, consultas, etc., mas enquanto uma figura que representa a garantia de acesso a outros bens não materiais como o conforto e a esperança de cura e que por isso detém um “caráter extraordinário” (KUSCHNIR, 2000). Essa característica mística, resultante da devoção ao doador da dádiva torna ainda mais consistente o laço de dependência tanto material quanto emocional entre Prefeitos e usuários atendidos pela Oestana. Nesse sentido, a gratidão ganha uma conotação sagrada, transformando-se quase em devoção e com uma manipulação política dificilmente questionada, apesar de não ser sempre hierarquicamente intransponível.

Para discutir a profundidade das relações de sujeição expostas, cujo sentido envolve uma dependência não questionada pelos seus atores, é preciso remetê-las a um Brasil rural que, apesar de pretérito, aparece na memória dos nossos interlocutores e embasa a relação abordada. Esta nos lembra, por exemplo, a versão emblemática do senhor de engenho apresentada por Cascudo (1971, p. 95) o qual não seria somente um “ser econômico, mas uma entidade social”.

Para Cascudo, o senhor de engenho contribuiu significativamente para a concepção do político no Brasil Império. Segundo o autor, a indústria do açúcar constituiu as bases da mentalidade política desse período (*id.*, *ibid.*, p. 66) e ele procura desenvolver esse argumento apresentando uma versão “enriquecida” do senhor de engenho, segundo a qual, ele não fornecia somente uma fonte de trabalho, mas proporcionava festas religiosas tradicionais, hospedagens vitalícias e fartura a incontáveis comensais. Além de progenitor, os membros do coronelato eram praticantes de oratória dominante, o que evidenciava um “modo de vida fidalgo” (CASCUDO, *ibid.*, p. 98).

A capacidade militar também constituía as prerrogativas dos senhores de engenho que, segundo Cascudo (*ibid.*), já nascia com eles. Nesse sentido, eles não eram somente

proprietários rurais generosos que davam o que plantar e proteção aos seus subordinados, mas também chefes locais que faziam uso da força física para garantir sua autoridade no seu domínio e sua liderança em relação a outros por meio de milícias, como demonstra Garcia Jr (1989, *passim*, grifo do autor).

Para fazer obedecer, ou para punir, o senhor chegava a infligir castigos corporais que, por vezes, acaba em morte. Com este fim dispunha dos capangas ou cabras de confiança, homens caracterizados por uma fidelidade completa à pessoa do patrão a quem concedia vantagens especiais e que desfrutavam de um status especial no engenho. [...] Nas lutas e concorrências contra os proprietários pela manutenção de seus poderes, as milícias privadas constituíam um recurso comumente acionado: fazer-se respeitar fora de seus domínios, ser um “homem de respeito”, significava também que o senhor sabia preservar a fonte de seu poder, a integridade de seu domínio, até mesmo contra a polícia municipal, já que esta era comandada por um chefe político, seguramente um outro senhor de engenho ou fazendeiro.

Embora a relação entre Prefeitos e usuários da Oestana não se apresente fielmente como uma relação tradicional, caracterizada pelo mandonismo, não há como pensá-la sem remetê-la, pelo menos de uma forma introdutória e comparada, às relações comuns ao universo agrário brasileiro, tendo em vista que elas ocorrem num contexto urbano, e são permeadas por traços da vivência rural, pois alguns dos seus sujeitos são residentes das Zonas Rurais dos municípios atendidos pela Oestana.

Entretanto, não há a pretensão de fazer uma distinção entre pessoal e impessoal a partir da díade rural-urbano: estes são domínios que não se excluem, mas se interpenetram. Nesse sentido, nos isentamos do esforço de justificar uma possível extensão linear do personalismo até a cidade através do Estado patrimonial, pois o que está em evidência é como esses dois universos se inter-relacionam no cotidiano da Oestana.

Holanda (1995) aponta que a diluição da ordem tradicional, isto é, a transição do rural ao urbano implicou em uma reformulação da tradição ibérica já que esta dependia fundamentalmente das instituições agrárias. Ao levarmos em consideração que o sistema de *plantation* deve ser pensado como “matriz da sociabilidade hierárquica herdada da época colonial” (GARCIA JR., 2003, p. 158), não podemos ignorar os resquícios que a escravidão, enquanto instituição jurídica (*id.*, 1989), legou à patronagem, bem como a influência do senhor de engenho advinda do vínculo de trabalho entre empregadores e trabalhadores livres (CASCUDO, 1971) na relação entre patrões e clientes.

É importante notar que essa discussão não se encerra quando a transpomos para um contexto moderno, ao contrário, ela se torna ainda mais pertinente, pois envolve uma

discussão fundamental sobre as condições de existência do indivíduo moderno para as quais Garcia Jr. (2003) também se voltou. Castel (1995) retoma a ideia da “proteção de proximidade” ao abordar a decadência da “sociedade salarial” que teria, segundo o autor, provocado a formação de uma categoria social denominada “novos inúteis”, pois, destituídos das suas condições de trabalho, não apresentariam recursos para criar novas possibilidades de sobrevivência. Isso impossibilitou a existência do indivíduo dono das suas vontades e soberano das suas ações, pois ele não seria “proprietário de si mesmo porque não tem os bens que o colocam fora de uma situação de dependência” (CASTEL, R, 1995, p. 15 *apud* GARCIA JR. 2003 p. 157).

Garcia Jr. (1989) chama nossa atenção também para o fato de que essa transformação secular no modo de vida dos camponeses foi heterogênea e cada contexto apresenta suas particularidades. Segundo o autor, no deslocamento de pessoas da Zona Rural do município de Areia, PB, para cidades-polos da região ou até mesmo para outras partes do país, observou-se não o fim do campesinato, mas a sua continuidade por meio de outras bases sociais.

Ocorre que, para Garcia Jr. (*ibid.*), a formação do campesinato não está exclusivamente relacionada às relações de dependência pessoal. Ela teria sido proporcionada, em parte, pelo acúmulo de capital proveniente das relações de trabalho (possivelmente mais formais e impessoais) estabelecidas por antigos produtores rurais nos centros industriais do Centro-Sul e isso teria fomentado a compra de pequenos lotes de terras nas suas regiões de origem.

Ao retornar, os migrantes passavam a trabalhar nas suas próprias terras e reestabeleciam, ainda que através das antigas bases pessoais, um vínculo comercial com os grandes proprietários de terras que dizia respeito à compra e venda de produtos, mas não necessariamente a uma dependência total, correlata à sujeição social abissal que podia ser facilmente vislumbrada anteriormente.

A partir disso, o autor afirma que as mudanças registradas no decorrer do século XX nas grandes regiões açucareiras são consequência das modificações nos padrões de residência dos trabalhadores. As implicações que teve o sistema de *plantation* monocultor e homogêneo em decorrência da industrialização diversificaram, por exemplo, as relações da produção agrária, isto é, a terra passou a ser usada para outros fins produtivos.

Ainda que a relação entre Prefeitos e usuários da Oestana não esteja estabelecida em tais moldes de sujeição e dependência, precisamos retomar Cascudo (1971, p. 11) quando ele nos lembra que “o trabalho escravo não se descaracterizou por ser executado por braços

livres”, ou seja, mesmo depois das mudanças jurídicas em relação às condições da mão-de-obra nos engenhos com o fim da escravatura, a servidão e o mandonismo não foram destituídos e, de um modo mais comedido, foram reimpressas nas relações entre governantes e governados.

Embora não estejamos lidando com réplicas das relações comuns ao Brasil agrário e oligárquico, não podemos descartar o legado de algumas instituições para história das relações políticas do país. Ao tratar de como as categorias de “sujeito” e “liberto” foram construídas historicamente a partir de referências materiais e simbólicas comuns ao modo de vida adotado nos engenhos de Areia, PB — o qual conservou de certa forma as relações de mando instituídas durante a escravidão — Afrânio Garcia Jr. (1988, v. 3, p. 9, grifos do autor) se reporta à especificidade da dependência dos “moradores” em relação ao “patrão”, enfatizando como ela se constituía pelo que significava em termos de sociabilidade para esses moradores, e não somente por motivos econômicos.

Ser “morador” ou tornar-se “morador” significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente. A ênfase na residência, que o termo “morar” revela, tem um forte significado simbólico. Quem se apresentava ao “senhor de engenho” não pedia trabalho, pedia uma “morada”.

Em outro trabalho (GARCIA JR., 2003, p. 162), o autor faz referência à grande propriedade como “matriz da sociabilidade rural”, destacando a “Casa Grande” como sede dos territórios dominados e símbolo central da instituição da “morada”.

Uma das evidências dessa sujeição se encontrava no fato do morador “estar disponível” em tempo integral para o patrão, entregando-lhe assim não somente seu tempo de serviço como acontece numa relação comum de trabalho, mas todo o seu tempo social incondicionalmente. Dessa forma, pedir “morada” era o mesmo que admitir não ser capaz de estabelecer sua “existência social” e não apenas sua subsistência econômica. Sendo assim, “morada” aqui implica em uma relação complexa que abrange diversas esferas da vida social. Além do domínio simbólico, fica claro também como o território era controlado pelos mandos dos padrões e condicionado pelo isolamento geográfico:

[...] O que retém os “moradores” nos limites do “engenho” não é só a expectativa de um grito a lembrar de que o “senhor” precisa deles, é toda esta vasta organização da vida social, envolvendo trabalho, residência; trocas materiais, práticas religiosas, festas, que se desenvolvem dentro de seus limites e constitui uma espécie de força centrípeta que os atrai “naturalmente” para dentro do espaço dominado pelo poder do “senhor”, e limita os horizontes mentais (“uma geografia mínima”), desviando-os e isolando-os do mundo social mais abrangente (*id., ibid.*, p 13, grifos do autor).

A totalidade da vida social nas grandes propriedades parecia compensar a subserviência que também pode ser percebida na maneira pela qual Fabiano, personagem do romance “Vidas Secas”, escrito por Graciliano Ramos (1992, p. 11) e publicado pela primeira vez em 1937, é tratado pelo fazendeiro que acolhe a ele e sua família durante a trajetória de fuga das constantes secas:

[...] O patrão atual, por exemplo, berrava sem precisão. Quase nunca vinha à fazenda, só botava os pés nela para achar tudo ruim. O gado aumentava, o serviço ia bem, mas o proprietário descompunha o vaqueiro. Natural. Descompunha porque podia descompor, o Fabiano ouvia as descomposturas com o chapéu de couro debaixo do braço, desculpava-se e prometia emendar-se. Mentalmente jurava nada porque estava tudo em ordem, e o amo só queria mostrar autoridade, gritar que era dono.

Ao tratar da herança do ruralismo no Brasil na publicação de “Raízes do Brasil”, Holanda (1995, p. 80) discorreu sobre como a autossuficiência dos engenhos corroborava os predicados do “patriciado rural” brasileiro:

[...] Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, bastava-se a si mesmo. Tinha capela onde se rezavam missas. Tinha escola de primeiras letras, onde o padre-mestre desasnava meninos. A alimentação diária dos moradores, e aquela com que se recebia os hóspedes, frequentemente agasalhados, procediam das plantações, das criações, da caça, da pesca proporcionadas no lugar.

A leitura feita por Garcia Jr. (1989) do sistema de *plantation* o apresenta como uma totalidade similar ao poder de mando absoluto dos fazendeiros narrado por Graciliano Ramos cuja análise explica a sua hegemonia e abrangência não somente enquanto um conjunto importante de práticas econômicas, mas como uma instituição social que deixou raízes na disposição das relações políticas no país.

Talvez essa sociabilidade tenha permitido outras esferas da vida social serem incorporadas ou até mesmo apropriadas pela política como pode ser constatado em diferentes realidades empíricas. Chaves (2003, p. 66) atentou para isso quando estudou os comícios realizados em Buritis, MG, entendendo que a festa é uma “totalidade inclusiva e afetiva”, pois ela se configura enquanto “lugar do lúdico, domínio social auto-referenciado que dimensiona um espaço político presentificado e celebrado como união primordial e necessária entre

peessoas”; já Chianca (2007) faz referência às comemorações juninas como uma festa que comporta um dimensão política.

Os exemplo citados até aqui não se distanciam, guardadas as devidas proporções, da relação de sujeição descrita por José Américo de Almeida entre “patrão” e “morador” no engenho da sua família no Brejo paraibano e da qual nos lembra Afrânio Garcia: “meu pai tinha o comando; enfeixava todos os poderes. Como era costume dizer-se, casava e batizava. Era a polícia, o juiz, o médico, o padre. Mantinha a ordem; o desacatamento local não tinha ingresso no feudo. Julgava e sua sentença era inapelável” (ALMEIDA, p. 57, 1976 *apud* GARCIA JR., p. 44, 1989).

Essa totalidade reforçada por instituições, como a “morada” Garcia Jr. (1988), é familiar à assistência fornecida aos “pacientes” na Oestana, tendo em vista que as trocas que envolvem “moradia”, assim como aquelas operadas pela “hospedagem”, exprimem investimentos afetivos e um prolongamento da relação, uma vez que o “intervalo entre dom e contradom” (BOURDIEU, 1996, v. 2, p. 7) é demorado, ou seja, a retribuição acontece em longo prazo na forma de voto ou de gratidão extraordinária. Na primeira, eram os bens fundiários que estabeleciam uma clientela obrigada a laços de dependência, na segunda são as redes eleitorais, de saúde, e de informação que o fazem.

Embora a literatura consultada trate de casos relacionados à história social e política nacional, essa não é uma questão genuinamente brasileira. Scott (1972, v. 66, p. 93) faz referência ao modo pelo qual o domínio da propriedade tornava os donos de terras do Sudeste da Ásia capazes de suprir bens e serviços de primeira ordem e, nesse sentido, o autor demonstra como a localidade (diretamente ligada à figura do *landlord*, ou seja, ao “senhor de terras”) representava, em tempos difíceis, “a maior fonte de proteção, de segurança, de emprego, de acesso à terra arável ou à educação, e de alimento em tempos difíceis”⁴⁴.

Ao considerar a “morada” como um modo de organização social e cultural comum ao Nordeste do século XVIII, Lanna (1995, p. 55) nota que essas relações sociais, assim como aquelas resultantes da instituição do compadrio, englobam hierarquicamente o mercado que, por seu turno, passa a ser visto como “dádiva”. Nesse sentido, o emprego representa a garantia do alimento, mas também de uma eventual comercialização dos bens produzidos nas terras do “patrão”. A permissão para a venda desses produtos destinados ao mercado, segundo Lanna (*ibid.*), classifica a morada como “prestação total” no sentido maussiano.

⁴⁴ Trecho em língua original: “the major source of protection, of security, of employment, of access to arable land or to education, and of food in bad times”.

Queiroz (1975) assinala a diferença entre os proprietários dos sistemas monocultores e aqueles que se dedicavam à pecuária. Para a autora, no primeiro caso, era necessário um grande número de trabalhadores, o que não acontecia no segundo tipo de organização, onde aqueles formavam grupos reduzidos e o fazendeiro trabalhava em sua companhia. Lanna (op. cit.) reconhece que, nesse contexto, a morada se transforma em parceria e a maior proximidade caracterizava as relações patronais, sem as tornar, no entanto, relações mais igualitárias.

Devemos, finalmente, fazer uma ressalva, assinalando que elementos como a reciprocidade distinguem a relação patrono-cliente de uma simples relação de coerção ou de autoridade formal (POWELL, 1970 *apud* SCOTT, *ibid.*), pois o “patrão” pode ter certa autoridade e poder de comando, mas só isso não basta para assegurar a confiança do outro, recorrendo para tanto a uma negociação que a equilibre minimamente.

No caso da Oestana, ainda que não existam mais as mesmas referências materiais de sujeição, pois em parte elas foram substituídas por outras que constituem um plano material (como o acesso a serviços e bens de saúde) e outro simbólico (que diz respeito ao fato da figura do “prefeito” representar o usufruto desses benefícios), a sujeição política se dá acionando elementos do campo emocional, por exemplo.

Assim como o “patrão”, o “prefeito” aparece como figura “transcendental” (LANNA, 1995), ou seja, ultrapassa os limites do político, tocando a esfera da vida econômica, social e religiosa, por exemplo. É nessa maneira íntima e informal de se relacionar com os eleitores-doentes que está o sentido da lógica que movimenta um sistema de trocas ou de “ajudas” mútuas cujas partes estão em clara dissonância econômica, emocional, informacional, de privilégios e, até mesmo, de sanidade física.

Boa parte dos “prefeitos” mantém apartamentos em Natal e vem com frequência à cidade, o que faz com que eles sejam os representantes do elo com a capital e das possibilidades de acesso aos serviços médicos e hospitalares especializados dos quais os “pacientes” dependem. Tais atribuições aproximam ainda mais o acesso aos serviços de saúde de uma relação mantida com o “prefeito” que impõe suas vontades, designando aqueles que irão ser assistidos.

1.3 OS SERVIÇOS DA OESTANA: AFIRMAÇÃO DE UM DIREITO OU CONCESSÃO DE UM FAVOR?

Tem gente que pensa que o prefeito está pagando com o dinheiro dele, que é a pessoa dele que está pagando, que sai do bolso dele. Quando ele faz isso [“paga” remédios, consultas, exames, etc.], já é visando o amanhã para quando for candidato de novo, ter o que alegar. Ele faz isso já querendo segurar a pessoa, porque ai ele tem como lembrar o que fez por você (M.J, 1/3/12, grifo nosso).

A prática de transformar o direito comum e geral em uma ação particularizada revela o modo como os serviços da Oestana são acessados por quem deles depende. O fato dos serviços serem voltados para pessoas conhecidas e não cidadãos anônimos torna a relação menos impessoal devido à proximidade pela qual se tecem essas relações.

Tal qual visto na Introdução, as pessoas atendidas pela Oestana são geralmente usuárias do SUS (Sistema Único de Saúde), vindas de cidades interioranas (ou das suas comunidades rurais) e que não podem contar com parentes residentes na capital. Não obstante sejam essas as características mais comuns e aparentemente suficientes para usufruir de tais serviços, o acesso a eles não se dá de forma igual e generalizada.

Como já afirmamos, a Oestana é um estabelecimento privado, mas não apresenta a formalidade e a impessoalidade de um hotel comum, pois os vínculos estabelecidos no seu cotidiano e até mesmo, previamente, no laço de vizinhança, familiar ou de amizade nas cidades de origem dos seus usuários marcam seu funcionamento e sua organização de uma forma particular, ou seja, através de relações que transbordam os limites políticos.

Mesmo que certos aspectos da dinâmica da Oestana, como o pagamento das diárias e o quadro de funcionários remunerados, a caracterizem como um estabelecimento de ordem privada, ressaltamos o fato do pagamento desses débitos ser realizado com recursos públicos destinados à saúde, o que implica em uma conexão da Casa com o Estado. Na verdade, parece não haver uma diferenciação clara o suficiente para que os usuários distingam resolutamente os serviços públicos e bens do Estado e os serviços privados que são comprados com recursos públicos tanto na Oestana quanto nas clínicas, hospitais, laboratórios, etc.

Sob esse prisma, a esfera econômica é conformada pela política que, por sua vez, “particulariza e individualiza, transmutando a lógica econômica no âmbito do favor” (CHAVES, 2003, p.41), ou seja, o político corresponde a um campo que não pode ser pensado distante do seu respectivo contexto econômico. Assim, ele não ocorre a partir de relações generalizadas e da disposição de interesses, mas é operado pela lógica do favor. Nesse sentido, “segurar a pessoa” é obrigá-la em uma relação político-eleitoral, isto é, persuadi-la com vista a compensar o favor concedido com o voto ou outro préstimo. A partir dessas considerações e da fala que segue, podemos afirmar que os recursos voltados para

saúde, os quais incluem os serviços da Oestana, são considerados um favor cedido e não um direito adquirido.

Se a pessoa me faz um favor, eu guardo aquilo. Se fosse para eu retirar do meu bolso, como era que ia ser? Mas a gente tem os amigos que ajudam e não falta nada Graças a Deus! Agora, tem gente que fica falando que não consegue isso, não consegue aquilo, é porque tem que ter alguém para falar, uma pessoa que tenha o conhecimento para resolver (H.H, 21/9/11).

Contudo, o “favor” não constitui somente a relação “prefeito-paciente”, mas o próprio modo de organização da Oestana, como podemos entender a partir do depoimento de um dos seus dirigentes ao tentar nos explicar como a pavimentação da rua na qual está localizada a Oestana pode ser conseguida:

Tem gente aqui do bairro procurando a gente para arranjar alguma coisa e a gente tá encaminhando para Assembleia, para falar com ele [o Deputado Estadual Getúlio Rêgo]. Agora esse pessoal tem que retribuir, porque você sabe que tudo funciona através do voto e do favor. Não tem como conseguir um calçamento desses sem amizade com o político (L. J, 18/1/12).

Desse modo, a lógica do favor parece se alimentar e se difundir onde a obtenção de benefícios públicos depende da intervenção de terceiros. Devido à má distribuição dos recursos pelo Estado e até mesmo a fatores como a corrupção, a forma mais rápida e eficaz de usufruir dos seus próprios direitos é atribuindo a concessão deles a um particular, seja este um político, um funcionário público ou alguém ligado ao Estado de uma forma indireta, pois, como observou Schwarz (2000, p. 16), “o favor é a mediação quase universal” da sociedade brasileira.

Segundo Diniz (1982), o acesso a serviços públicos se torna um problema sem solução imediata para a população mais desassistida e isso dá margem para a mediação de uma terceira pessoa, estimulando, assim, a prática clientelista. Nesse sentido, um “esquema informal” de acesso às unidades responsáveis pela prestação de serviços seria formado em razão da falta ou da escassez de tais recursos. No caso da Oestana, essa mediação é informal — pois ela varia de acordo com o contato estabelecido e das informações obtidas com tais núcleos de acesso —, mas acontece concomitantemente ao procedimento padrão de atendimento, sendo a função do “prefeito” acelerar esse processo.

Como o “prefeito” geralmente intermedeia o trajeto que começa na saída dos “pacientes” das suas cidades e se estende até o atendimento nos hospitais e clínicas de Natal, existe um profundo constrangimento por parte daqueles que não o apoiam politicamente.

Nesse sentido, não são todas as pessoas que procuram essa alternativa, como nos conta uma interlocutora, natural de Riacho de Santana, RN:

[...] Ano passado eu precisei fazer um exame particular e paguei do meu dinheiro para não pedir a [Secretária de Saúde]: ela não me atende bem e outra que eu já levei muitos nãos. Mas aqui [na Oestana] até que tem facilidade, é porque eu não gosto de está pedindo (M.J, 29/4/2011).

Nota-se assim que todos aqueles que precisam de algum auxílio para a saúde, seja medicamento, transporte, consulta ou hospedagem na Oestana, independentemente da sua opção partidária, tem sua solicitação apreciada pelo Prefeito e a aprovação ou reprovação do pedido é emitida por ele, inclusive da sua própria residência, como nos revelou M.J. Isso ocorre, principalmente, quando se trata de cidades de pequeno porte, pois há uma demanda menor de serviços nas Prefeituras, ficando o Prefeito inteirado de quase todos os trâmites que dizem respeito à sua administração.

Por outro lado, os que seguem as orientações do “chefe político”, revelam não encontrar dificuldades no acesso ao serviço. Quem nos confirma isso é T.T, 42 anos, que acompanha seu filho em tratamento contra a Síndrome do X Frágil⁴⁵ e desde 2007 frequenta a Oestana. Apesar de dizer que não mantém “amizade” com o “prefeito”, quando questionada sobre a forma como tinha acesso aos serviços da Oestana, ela revela que o seu marido é amigo de longa data da família do Prefeito de São Miguel, sua cidade-natal: “eu marco por telefone, mas o pessoal lá vai à Secretaria de Saúde, a secretária arquiva os dados no computador, marca e depois liga” (T.T, 14/6/2011). O acesso aos serviços da Oestana também não está demasiado distante da realidade de H.H que foi cabo eleitoral do Prefeito e de candidatos do “lado” dele:

[...] Sempre que é para eu vir para cá, eu vou na Secretaria de Saúde pegar autorização para o carro e para a pousada. Eu tenho muita amizade com a secretária e o pessoal lá: nunca tive problema para conseguir nada. A menina da secretaria me atende bem que é uma beleza. Mas parece que tem gente que não tem isso e nem tem conhecimento de ir atrás também. Essas pessoas que são radicais, o pessoal do outro lado não quer ir pedir. Mas quem vem para cá não é só gente que vota com o prefeito não, é todo mundo. Agora, quem é mais amuado não vem. Uns vem por conta própria, agora aqueles que não têm dinheiro eu não sei como fazem... Tem gente que não vem porque não vai pedir. [Ex-Prefeito e opositor do atual Prefeito de São Miguel, RN] dá uma mãozinha, mas não é coisa de futuro. Ele conseguiu uma ambulância com [ex-Governador do RN], mas o pessoal tem que pagar a gasolina e o motorista e voltar no mesmo dia da consulta (H.H, 21/9/11).

⁴⁵ A síndrome do cromossomo X frágil é uma deficiência mental herdada. Ela afeta principalmente a capacidade intelectual, ocorrendo alterações na fala e no dorso das mãos e hiperatividade. O comprometimento mental pode variar: nos homens ela é, em geral, de moderada a grave; já nas mulheres, é observada a deficiência leve. (Disponível em: <http://genoma.ib.usp.br/?page_id=31>. Acesso em 20/11/2011).

Em outras palavras, quanto mais próximo é o vínculo, mais facilmente se consegue o serviço, pois T.T ainda lembra como tinha dificuldade para acessá-lo no “tempo de [ex-Prefeito de São Miguel, RN]”, pois ele era adversário do seu marido: “ele só dava a metade do exame e o carro e a gente que se virasse aqui. Com [ex-Prefeito], era uma baderna, e era para dar graças a Deus que tinha a Casa. Depois de [atual Prefeito de São Miguel e correligionário] é outra coisa, é bem melhor” (T.T, 14/6/11).

Ao procurar auxílio para transporte, consultas, ou exames, os doentes se dirigem ao Prefeito ou a um encarregado seu. Seja formal ou informalmente, com maior ou menor proximidade, em geral, os pacientes que frequentam a Oestana têm contato direto com os Prefeitos de suas respectivas cidades, como podemos acompanhar nas falas que seguem:

[...] No tempo de Dr. Dário ele alugava uma casa para o povo ficar, acho que era no Alecrim. [...]. Pois é, nesse tempo já tinha casa de apoio e eu cansei de ficar com ele, se fosse outro me deixava na casa alugada com os outros. Ele não fez isso só por política não, foi por amizade, se não fosse, eu tinha ficado na outra casa (H.H, 21/9/11).

A gente não resolve essas coisas de consulta com o prefeito não: ele é muito na dele. Acho que ele nem tem tempo de ver isso, é muita coisa para ele resolver. Quem precisa, vai à Secretaria de Saúde e procura a secretária. Quando fui pedir para o meu esposo, ela perguntou se eu morava em Pau dos Ferros e se eu era natural de lá. Isso é porque eu não vivo lá pedindo: só vou quando preciso mesmo (T.J, 16/9/11).

Para ter acesso aos serviços da Oestana ou qualquer outro serviço médico-hospitalar cuja execução dependa do intermédio de um Prefeito ou de seus subordinados, é necessário que se crie um vínculo com ele.

Isso não significa dizer necessariamente que a dependência é fruto da pessoalidade, mas reconhecer que essa contiguidade fornece subsídios para a produção de um conhecimento global sobre cada um dos envolvidos. Essa relação que classifica o paciente como digno ou não digno de ser beneficiado a partir de um conhecimento prévio sobre ele, é subsidiada pelas redes de “interconhecimento” (MENDRAS, 1978) e retira destas redes os parâmetros para se constituir enquanto tal.

Quando não há um conhecimento imediato entre eleitos e eleitores, as redes de interconhecimento mediam essa comunicação, fornecendo informações sobre o solicitante do serviço: “quando um partido conhece você, você é bem atendido. Se for para o outro lado, é mais difícil conseguir. Não é nem pelo prefeito, é pelos outros. Interior é assim: eles sabem de tudo” (T.T, 14/6/11). As redes de conhecimento e informação auxiliam tanto na identificação

partidária do doente quanto no controle de quem acessa o benefício, como nos conta M.J, “eles conhecem quem vem para cá, quem vai pedir, quem não vai, onde mora, de qual família é” (M.J, 16/9/11).

Há uma expectativa não apenas por parte de quem concede o “favor”, nesse caso, o Prefeito, mas de um grupo de eleitores em relação à contrapartida do voto. É como se o não cumprimento dessa dívida atingisse não apenas quem concedeu o benefício, mas um grupo de pessoas que fazem parte de um núcleo receptor de benesses.

O acesso aos serviços varia no que diz respeito à forma de atendimento e quem atende as pessoas, porém, isso não significa dizer que em alguns casos os Prefeitos não sabem quem frequenta a Oestana. Geralmente, quando a cidade é menor, eles tomam conhecimento de uma forma direta da vinda dos “pacientes” para a Oestana, inclusive dando-lhes caronas em algumas situações; já quando se trata de uma demanda maior de doentes, um funcionário faz esse serviço, mas não o faz sem um devido controle eleitoreiro.

Em razão disso, não são todas as pessoas que são, indiscriminadamente, beneficiadas pelos serviços da “pousada” e, quando um adversário dispõe deles, não o faz com os mesmos privilégios que um correligionário, por exemplo. Portanto, o seu pleno acesso depende do contexto político local, mais especificamente, da filiação partidária ou do grupo familiar ao qual se pertence.

Essa proximidade pode ainda determinar a estadia em um apartamento individual locado pela Prefeitura. Essa alternativa depende de fatores como a gravidade do quadro clínico, sobretudo, quando há risco de contágio e também da proximidade familiar ou afetiva com o Prefeito, pois ser um parente ou um “chegado” seu é uma prerrogativa para tanto.

“Ser chegado” ao Prefeito significa fazer parte de um grupo social distinto das demais pessoas. O grupo de “amigos”, isto é, de eleitores dispostos numa rede de privilégios e confiança recebe, então, uma divisão. Geralmente, esse grupo é composto por colegas de infância, parentes distantes, vizinhos ou correligionários, o que condiciona um acesso diferenciado. Sendo assim, quanto mais próximo de uma relação que envolva sentimento, mais se usufrui dos serviços relacionados à saúde.

Mesmo apresentando certo grau de afetividade, a assistência recebida pelos doentes e seus acompanhantes na Oestana é acompanhada por uma investida eleitoreira dos Prefeitos do qual eles tiram seu sucesso nas urnas. Ocorre que ao “trazê-los”⁴⁶ até à Oestana, ambas as

⁴⁶ Os doentes se deslocam de suas cidades geralmente nas ambulâncias municipais, mas não raro o próprio Prefeito os trazem em carros oficiais ou em seu carro particular.

partes iniciam uma relação onerosa que será parcialmente saldada com o voto em uma futura eleição, alimentando, assim, uma dívida política e social.

1.4 A DÍVIDA DA VIDA

A relação entre Prefeitos e usuários da Oestana não se restringe ao domínio político, abrangendo outras dimensões da vida social. Ela é reforçada, sobretudo, durante o período eleitoral e por essa razão envolve, dentre outros elementos, trocas eleitorais que correspondem a bens e serviços de saúde e votos; as “ajudas”. Apesar de serem acentuadas durante as eleições, essas trocas não se restringem a esse período e se estendem ao longo dos quatro anos que o antecedem ou até mesmo durante toda uma vida como pudemos verificar a partir dos discursos dos intervenientes dessa pesquisa.

Mesmo atendendo às observações de Leach (1989, p. 152), segundo o qual, “todas as relações sociais implicam um estado de endividamento, assim como todos os estados de endividamento implicam uma relação social”, ressaltamos que essa não é uma relação de endividamento comum e não se restringe a um intercâmbio puramente material em função das condições sociais dos atores que ela envolve e do caráter moral da dívida que pressupõe.

A dívida assumida entre os “prefeitos” e os “pacientes” no nosso campo de estudo é reveladora de uma relação política cuja dependência envolve uma sujeição aguda, pois as “ajudas” podem ser decisivas para a melhora do quadro médico ou para própria cura do “paciente”, sendo, nesse sentido, crucial entre a vida e a morte, reforçando assim um vínculo vital.

Quando o favor é “feito de coração”, isto é, supostamente sem nenhum interesse prévio, a dívida se torna ainda mais necessária e valiosa. Depois de receber uma “ajuda” dada por um Prefeito que jurava só querer “ajudá-la e nada mais”, uma interlocutora logo cogitou o voto como a retribuição mais digna da sua gratidão:

No dia em que ele disse que ia me ajudar e que eu não me preocupasse com o meu prefeito, eu nem dei muita bola no início, sabe? Eu estou cansada de tanto ouvir promessa. Mas quando ele mandou os remédios e disse aqui a Higor [recepcionista da Oestana] que autorizasse meus exames, eu vi que Deus tinha se lembrado de mim. Ele [o Prefeito que a auxiliou] é tão bom que quando eu fui tentar transferir meu voto para lá [José da Penha, RN], ele disse que não precisava, porque tinha feito aquilo de coração, que só queria me ajudar (M.J, 19/4/12).

Em outra fala, a “paciente” afirma não aceitar “ajuda” que não for “de coração”:

Semana passada o candidato do prefeito foi lá em casa. Começou com aquela conversa bonita, aí depois disse que sabia da minha situação: que eu tinha esse problema [Lúpus] e morava sozinha no sítio. Eu só sei que ele me deu R\$150, 00 e eu só aceitei porque estou precisando muito e ele disse que “era de coração” (M.J, 22/5/12).

O favor auferido carrega caráter de dívida dependendo da maneira como ele seja oferecido e das circunstâncias que o envolvem. Assim, quando ele é concedido em situações extremas como a falta total de recursos ou de iminência de morte, agrega um valor maior. Nesses casos, o voto é a forma mais valiosa, ou seja, a que mais se aproxima do contraditório, pois ganha um caráter quase mítico.

O voto ameniza um débito cujo saldo dificilmente é totalmente quitado, pois esse é um “favor que a pessoa fica devendo para o resto da vida” (H.H, 8/2/12) e, em casos extremos, “morre e não paga” (B.L, 18/1/12). Embora essa dívida se torne eficiente em razão da doença dos “pacientes”, pois o “prefeito” é, na maioria dos casos, a única fonte de tratamento médico, ela pode acontecer por outras vias.

Ainda que existam situações nas quais o voto é “pago”, ou seja, onde o contato se resume a um vínculo de compra e venda, em geral, a permuta de bens e serviços faz parte de uma relação em potencial, isto é, que pode se transformar em dívida social. Apesar dessa relação se aproximar daquelas comuns ao mercado, pois apresenta uma efemeridade típica desse domínio, ela pode ter a continuidade das demais, dependendo da duração do sentimento de gratidão e do sentido moral a ela atribuído.

Não é somente a importância do auxílio médico e hospitalar que marca a dívida contraída: ela se define também por comportar um campo emocional que congrega uma configuração social mais diversificada, cuja amplitude vai dos setores menos evidentes aos mais essenciais.

À semelhança da “morada” (GARCIA, 1989), a doença coloca aqueles que dependem de um tratamento médico hospitalar para sobreviver em uma situação de subjugação propiciada tanto pelo acúmulo de prestígio social (alguns Prefeitos são médicos e/ou proprietários de terras) quanto pelo conforto e segurança que sua “pessoa” pode significar. Portanto, “dar morada” assim como “dar consulta” constitui uma “clientela de indivíduos submetidos a laços de dependência que assegura um poder social tanto maior quanto mais elevado for o número de indivíduos que a compõe” (*id., ibid.*, p. 39).

Outro aspecto das relações de “morada” que acompanha a relação de dívida tratada aqui diz respeito à função social da “pessoa do prefeito”. Ao recuperar a discussão de tal

sistema de relações, Lanna (1995) o exemplifica a partir da instituição do compadrio, ressaltando que o “patrão” assume o papel do *life-giver* (HOCART, 1973). Segundo Lanna (*ibid.*), em alguns contextos, “graça” é sinônimo do nome da pessoa e quando o padrinho dá o nome à criança na cerimônia do batizado ele está retribuindo a dádiva da criança, tendo em vista que, para Hocart (*ibid.*), ela é um tipo de dádiva supernatural.

Lanna (*ibid.*, p. 201) coloca que, à semelhança do senhor de engenho e dos chefes polinésios, o caráter *life-giving* também define a figura do padrinho, pois as dádivas que ele concede devem ser retribuídas “antes de mais nada e acima de tudo”. Nesse sentido, a dádiva, para este autor, não é um *free gift*, pois ela obriga o receptor e o doador e tem uma dimensão política. Em termos de Oestana, as “ajudas” assumem esse caráter divino, haja vista que elas são concedidas em situações que envolvem doença e/ou podem levar a morte.

Além dessas dívidas de vida que os “prefeitos” assumem com os “pacientes”, poderíamos apontar a relação de proteção entre o proprietário da Oestana e os funcionários da Casa que, além dos salários, fornecem-lhes moradia, alimentação e assistências de outras ordens sem, no entanto, ou pelo menos não diretamente ⁴⁷, exigir uma retribuição que tenha uma dimensão política. São exemplos disso, o financiamento de uma carteira de motorista de uma das funcionárias por um dos proprietários e as caronas que essas recebem nos carros que transportam os pacientes, “arranjadas” também pelos dirigentes. Dessa forma, seja qual for o sentido, a consistência e a abrangência das relações de clientela, as dádivas que as movimentam operam uma dívida (GODBOUT *et al.*, 1994 *apud* CAILLÉ, 2002, p. 199).

Além do intercâmbio de votos e dos serviços voltados para a saúde como consultas, exames, transporte, tratamentos, alojamento, alimentação e dinheiro (cheques ou requisições) para o pagamento de gastos obtidos em unidades privadas de saúde, a dívida é obtida por troca de informação, assistência jurídica (no sentido de esclarecer alguns direitos), garantia de atendimento, laços de amizade, apoio psicológico e conforto emocional, expondo, assim, elementos que constituem uma “solidariedade pessoal” (ROULAND, 1997, p. 199) operadora desse débito.

Esses benefícios não-materiais que geram, principalmente, bem-estar juntamente com os bens e serviços voltados para o progresso do quadro clínico dos “pacientes” têm um lugar fundamental na dívida que os usuários da Oestana sustentam com os “prefeitos”, pois eles não

⁴⁷ Durante uma conversa informal (8/2/12) com uma das cozinheiras da Oestana, percebemos que ela “acompanha”, isto é, sempre vota nos candidatos que o dono da casa “apoia”.

apenas a constituem, mas a mantêm a partir de laços mais sólidos do que aqueles puramente políticos.

A distinção emocional da dívida, ou seja, o que ela proporciona em termos de conforto psicológico, gratidão e afetividade e, ao mesmo tempo, seu caráter de solidariedade fazem com que ela não se resuma a uma mera troca, mas se apresente enquanto um princípio social fundamental. É nesse sentido que, ao falar sobre a fidelidade e a gratidão, Simmel se reporta ao papel social exercido pela dádiva.

A dádiva é uma das mais poderosas funções sociológicas. Se ela não fosse incessantemente dada e recebida — até mesmo, fora da troca — nenhuma sociedade teria condições de se constituir. Com efeito, a dádiva não é, de modo algum, uma simples ação de uma pessoa sobre a outra, mas precisamente o que é exigido à função sociológica, ou seja, ser uma ação mútua (SIMMEL, 1908, p. 444 *apud* HAESLER, 2002, p. 155).

Mas o que movimenta a dádiva não é a certeza de que uma ação eliminará a outra com a apresentação do contradom, mas justamente a impossibilidade dela ser retribuída e, assim, completando o raciocínio Simmel enfatiza:

[...] A gratidão consiste não no fato de que a dádiva seja retribuída, mas precisamente na consciência de que ela não possa sê-lo, que há alguma coisa que coloca a alma do donatário como que em um estado de permanência em relação à de outrem, dando-lhes consciência de um pressentimento do infinito intrínseco de uma relação que não poderia ser esgotada ou realizada por nenhum testemunho de gratidão nem por nenhuma ação seja ela de que espécie for (*id., ibid.*, p. 156).

O que Haesler (2002) pretende sublinhar resgatando Simmel é que a dádiva não é algo suplementar, mas basilar na sociedade, assim como a ideia da intersubjetividade revela um vínculo sutil e, ao mesmo tempo, profundo de sociabilidade.

Nesse sentido, essa complexidade conceitual da dádiva não permite que ergamos fronteiras rígidas entre as dimensões do material e do simbólico para àquela que acontece entre Prefeitos e usuários da Oestana. Isso significa que não podemos entender essa relação a partir de um jogo trivial de “toma lá da cá” como colocou Bourdieu (1996) acerca da teoria do dom.

Destacamos também que esse trabalho não enfatiza o aspecto cristão da dádiva apontado por Tarot (2002), ou seja, como uma “obrigação caritativa”(CAILLÉ, 2002), mas enquanto um “sistema de trocas” (MAUSS, 2003a) desigual que nos leva a pensar a relação entre “prefeitos” e “pacientes” como um modo de subjugação política. Esta distinção nos

auxilia no entendimento de que essa relação se dá também a partir de trocas não materiais, não se tratando apenas de uma transmissão de bens gratuita ou de uma assistência generosa.

Apesar de muitos estudos sociológicos (MAUSS, 2003a; FOSTER, 1961) evidenciarem a dívida como geradora de laços sociais em sociedades de menor escala, aquelas ditas “complexas” também a apresentam como fundamento das relações sociais, pois a “obrigação mútua gerada pelos movimentos da dádiva (dar, receber e retribuir) constitui não apenas um fenômeno sociológico das sociedades tradicionais, mas também das sociedades modernas, e esta é a condição primeira da existência do vínculo social” (MARTINS, 2002, p. 12).

Assim como acontece no vínculo entre cliente e vendedor onde a continuidade da relação é garantida pelo retorno do comprador à venda (o que depende da confiança gerada pelo pagamento), a noção de débito também orienta o laço estabelecido entre “prefeitos” e “pacientes”. A partir disso, podemos concluir como Leach (1989, p. 148) que “as relações duradouras só existem como sentimento de dívida” e afirmar que “se a dívida for totalmente paga, a relação entre devedor e credor deixa de existir” (LEACH, *ibid.*, p. 146).

Desse modo, o que pode parecer uma troca de dádivas a um observador externo, para os envolvidos pode ser apenas um sistema de deveres e obrigações ou uma relação do tipo “credor e devedor” (BEZERRA, 1999, p. 117), mas isso não exclui o compromisso da contracção de dívidas morais. Ao ser questionado sobre qual candidato iria “ajudar” nas próximas eleições municipais (já que ambos os pré-candidatos são seus “amigos”), um dos nossos interlocutores se sentiu responsável pela retribuição do que lhe foi feito e nos relatou um trecho da conversa que teve com um deles a respeito de suas intenções de voto:

[...] É uma facada grande que vocês estão dando na gente, porque eu devo favor tanto a um como a outro: a vocês e a [candidato opositor]. Vocês agora desse jeito, nós aqui ficamos com aquele negócio querendo ajudar a um e a outro porque o papel da gente é ajudar a quem ajudou a gente (H.H, 21/9/11).

Mas é o favor que gera o débito ou ele faz parte das trocas que envolvem uma relação moral mútua? Na medida do possível, procuraremos responder a essa questão a partir das falas dos nossos interlocutores e dos conceitos de troca e reciprocidade apresentados por autores clássicos da Sociologia e da Antropologia que se preocuparam em elucidar como ocorre a circulação de bens, sentimentos e pessoas na nossa sociedade. Se a troca é o objeto da dádiva, procuremos entender em que se constitui essa manifestação social e quais os interesses dispostos nela.

1.4.1 A Retribuição de um favor: “quem ajuda quer ser ajudado”

As “ajudas” na Oestana não têm caráter apenas de troca eleitoral, podendo envolver, por exemplo, a personalidade e a capacidade de ser solidário. Assim, “ser uma boa pessoa” pode fazer parte tanto dos atributos políticos de um “prefeito” quanto de um “despachante” ou de um motorista, mas diz respeito, geralmente, a concessão de uma benesse, seja esta um exame de alto custo, uma informação ou uma carona para as localidades de origem dos “pacientes”.

No entanto, é válido lembrar que a dívida nas relações aqui tratadas ocorre mesmo quando não há rigorosamente um intercâmbio material, pois ela é operada por um princípio moral ou como “moral contratual” (MAUSS, 2003a) e não enquanto “razão prática” (SAHLINS, 1976). Por esse motivo, na relação entre Prefeitos e usuários da Oestana, por vezes, o “favor” não é retribuído com o voto e isso não significa ingratidão, mas uma maneira distinta de conceber essa dívida. Assim, a possibilidade de compensação dessa dívida subsiste e se renova nas eleições subsequentes.

Mesmo que o pagamento eleitoral não seja materialmente efetivado, a dívida continua existindo, pois a intenção de voto do doente é sempre em relação ao doador da dádiva (o Prefeito) seja ela favorável a sua candidatura ou não. Nesse caso, o dom é a “consideração”, pois mesmo que sua intenção de voto aponte outro candidato como receptor, aquele que lhe “ajudou” será a sua referência e, assim, expressões como “eu não voto em Fulano porque ele fez ou deixou de fazer isso” ou “perdeu de ter meu voto” são comuns no nosso campo de estudo. Sendo assim, ainda que o voto não seja retribuído como contraprestação ao favor recebido, a escolha do candidato é feita em relação ao emissor do dom.

De uma forma geral, o voto é dado de acordo com a posição política do chefe local. Ou seja, mesmo quando o “prefeito” ou o candidato apoiado por ele não recebe o voto, a escolha do eleitor é feita em relação a sua posição na política local ou ao seu “lado”. Portanto, ainda que vote em outra “pessoa” que não seja o Prefeito ou um dos seus correligionários, o eleitor decide de acordo com a sua posição político-partidária e essa escolha não depende somente da sigla partidária ou das alianças políticas, mas especialmente do papel do “prefeito” como provedor dos bens e serviços voltados para saúde.

A retribuição do favor não corresponde somente ao pagamento de dívidas, mas abrange de uma forma ampla e profunda as pessoas envolvidas na relação, para citar Lévi-Strauss (1976, p. 99), “na troca há algo mais que coisas trocadas”, ou seja, não se trata

meramente de uma “transmissão de bens” num sentido utilitarista, mas de uma ação relacionada a um contexto social particular e significada simbolicamente.

Se a troca é, como defendeu Lévi-Strauss, “fundamento único do social” (COHN e SZTUTMAN 2003; FAUSTO, 1999 *apud* LANNA, 2005) ou “princípio universal do pensamento” (LANNA, 1992), ela engendra a dívida estabelecida entre “prefeitos” e “pacientes” da Oestana, mas de uma forma ampliada, isto é, acionando não apenas princípios como gratidão e lealdade, mas também conforto, atenção e espiritualidade que revelam a fragilidade acarretada pela doença.

Sendo assim, a troca não somente “garante a paz” como defendeu Lévi-Strauss (1976) ou tal como Weber (2000, 2009) pensou para o pagamento, mas subsidia a criação de laços de gratidão provenientes de uma dívida especial. Isso implica que temos pensado nosso problema de pesquisa a partir de uma visão menos instrumentalista da cultura, evitando uma racionalização vulgar em detrimento do seu predicado simbólico e da sua capacidade de recriação.

Sobretudo a partir das ideias de Mauss (2003a) e Lévi-Strauss (1976), grande parte da literatura referente à dádiva ressalta a reciprocidade como princípio fundante das relações que essa pressupõe, cabendo aqui aprofundar esse conceito, discutindo seu alcance, mas ressaltando de que forma outros elementos sociais operam as relações entre “prefeitos” e “pacientes” da Oestana, permitindo novas possibilidades de análise.

Destacamos que não abordamos a reciprocidade a partir dos pressupostos de equilíbrio e estabilidade, mas a partir das implicações de uma dívida que se configura de acordo com a “moral contratual subjacente” (MAUSS, 2003a, p. 188) à sociedade que pode, inclusive, contrariar esses princípios. Além disso, ela não implica necessariamente em simetria, ao contrário, as partes envolvidas estão em planos desiguais de atuação e por isso mesmo trocam bens e serviços de uma forma desigual. Como demonstra Lévi-Strauss (1944, p. 267) ao escrever sobre os laços de parentesco entre os Bororo, as relações recíprocas são em parte relações de subordinação, introduz o autor:

Uma análise possivelmente unilateral da organização dual tem frequentemente colocado ênfase no princípio de reciprocidade como sua principal causa e resultado. É bom lembrar que os sistemas binários podem expressar não apenas mecanismo de reciprocidade, mas também relações de subordinação⁴⁸.

⁴⁸ Tradução de: “a perhaps one-sided analysis of the dual organization has too often put the emphasis on the principle of reciprocity as its main cause and result. It is well to remember that the moiety system can express, not only mechanisms of reciprocity but also relations of subordination”.

Lanna (1995) também se refere à desigualdade expressa pela lógica patronal quando afirma que o Estado não consegue realizar uma distribuição mais justa, pois o que se observa é uma reciprocidade mínima, voltada para as relações “intrapatronais”.

Ao discorrer a respeito da especificidade do sistema capitalista no Brasil, Lanna (*ibid.*) demonstra que a estrutura patronal que envolve a doação de dádivas, como o compadrio, corrobora um sistema “não-capitalista” de trocas. Embora tal sistema se distinga da lógica do mercado, ele também corresponde a uma forma desigual de redistribuição: a “reciprocidade hierárquica”. Nesse sentido, tal lógica social não seria menos perversa (LANNA, 2009a) e segregadora do que àquela que diz respeito ao sistema de relações capitalista.

Lanna (*ibid.* p. 14) assinala que a “estrutura sacrificial” do compadrio assume uma forma desequilibrada, assim como não deixa de assumi-la em outras esferas, pois a “reciprocidade é um ideal da vida cotidiana, mas só ocorre na prática quando adquire proporções sacrificiais. Ela não deixa de ser a norma da vida jurídica, política ou econômica, mas, nessas esferas, assume formas extremamente desequilibradas” (*id., ibid.*, p. 14).

Em resumo, o fato de lidarmos com relações operadas pelo princípio de reciprocidade não significa dizer que estas não possam pressupor desigualdade. Nesse sentido, entendemos a dívida “como um dos modos de manifestação institucional da reciprocidade” (*id.*, 2005, p.428), promotora de uma rede tanto material quanto moral de bens e serviços, pois

[...] A gratidão é um sentimento gerado por uma prestação e que em si mesmo já configura reciprocidade; ela pode ou não dar origem a uma contraprestação e esta pode ou não ser material, implicar o recebimento de algo: pessoa, palavra, bem material ou imaterial ou sinal, como um gesto (*id., ibid.*, p. 429).

Podemos, então, lembrar Sahlins (1972, p. 186) quando coloca que “se amigos criam presentes, presentes criam amigos”, ou seja, a troca pode se dar tanto como fundamento central de uma relação quanto como resultado objetivo e, assim, temos uma ação que gera uma relação, dando origem a um movimento inverso pelo qual, geralmente, estamos acostumados a pensar as trocas: não é o vínculo de amizade que propicia o subsídio material, mas o contrário. Tal ideia é reforçada na fala de um dos nossos interlocutores de pesquisa quando é indagado a respeito da sua mudança de “lado”, ou seja, de filiação partidária em São Miguel, RN, cidade onde ele reside: “eu comecei a votar com Dr. Dário porque um dia precisei dele e ele me ajudou mesmo eu tendo votado no outro lado, aí eu me desliguei do PMDB e fiquei votando nele” (H.H, 21/9/11).

Assim, temos uma relação social que pode manifestar-se a partir da circulação de bens e serviços tal qual um dispositivo potencial, podendo ou não ser acionado. Essa ideia é importante para pensarmos como as “ajudas” geram relações baseadas num sentimento de gratidão para com o “prefeito”, já que é, supostamente, o político como pessoa individual e não o poder público o provedor dos serviços médicos e hospitalares.

Se a saída para não cairmos na “armadilha do utilitarismo” é encarmos a reciprocidade como condição do social, tal conceito será discutido não somente para pensarmos as relações de dívida de Prefeitos e usuários da Oestana, mas também aquelas referentes a outros domínios, como o mercado, mesmo nos afastando dela em alguns momentos.

Já em Malinowski, havia o entendimento de que as regras não são sancionadas “[...] por uma mera força psicológica, mas por um mecanismo social definido”⁴⁹ (MALINOWSKI, 1932, p. 55 *apud* GOULDNER, 1960, v. 25, p. 169). Lançando mão do princípio de reciprocidade para pensar a esfera econômica, Malinowski atentou para um ponto importante, a saber, ela não seria resultado de uma “consciência coletiva”, mas de uma relação que obriga cada uma das partes, implicando em uma “dependência mútua, realizada num sistema equivalente de serviços recíprocos”⁵⁰ (MALINOWSKI, 1932, p. 39 *apud* GOULDNER, *loc. cit.*).

Como nos lembra Lanna (1992), o Malinowski que escreveu “Crime e Costume na Sociedade Selvagem” em 1932 (ou seja, após a leitura de Mauss) não foi este que nos apresentou o *kula*. Aqui, o autor se refere à troca trobriandesa a partir de uma perspectiva utilitarista e não a destaca dos demais tipos de troca, o que revela um interesse econômico, demonstrado nos seus estudos sobre sistemas econômicos no qual “cada peça do *vaygu’a* do tipo *kula* tem uma função principal e serve a um propósito principal: circular ao longo do anel do *kula*, ser possuída e exibida de uma certa maneira (...), suscitar inveja e conferir distinção social” (MALINOWSKI, 1978, p. 366 *apud* LANNA, 1992, v. 35, p. 140).

Note-se que aqui o sentido da dádiva é orientado por uma percepção de prestígio individual, correspondente a um laço potencial e recíproco entre dois parceiros que se obrigam e não por uma doação unilateral (o *free gift*). Para Malinowski (1932 *apud* GOULDNER *op. cit.*), a conformidade social se dá a partir de um sistema recíproco de trocas, diferindo das ideias de Mauss a esse respeito cuja ênfase é direcionada à consciência coletiva.

⁴⁹ Tradução do trecho original: “[...] by a mere psychological force, but by a definite social machinery”.

⁵⁰ Tradução livre de “mutal dependence and [is] realized in the equivalent arrangement of reciprocal services”.

Para Mauss (2003a), na economia e direito polinésios, as partes envolvidas em um contrato são “pessoas morais”, portanto, um todo coletivo que se relaciona seja de uma forma direta ou pela mediação de seu chefe. A respeito do “regime de dádivas” entre polinésios e melanésios, ele escreve:

A vida material e moral, a troca, nele funcionam de uma forma desinteressada e obrigatória ao mesmo tempo. Ademais essa obrigação se exprime de maneira mítica, imaginária ou, se quiserem, simbólica e coletiva: ela assume o aspecto do interesse ligado às coisas trocadas: essas jamais se separam completamente de quem as troca; a comunhão e a aliança que elas estabelecem são relativamente indissolúveis (MAUSS, *ibid.*, p. 232).

As prestações totais, segundo Mauss, são a forma mais “antiga da dádiva” (*id.*, *ibid.*, p. 237) e a obrigação de “dar”, “receber” e “retribuir” que permeia o *potlach* tem como base a preocupação moral em não faltar com essas prestações. Sendo assim, o seu “dever” nos revela o caráter recíproco das trocas. Ao lermos os apontamentos de Caillé (2002) acerca do ensaio sobre o dom, concluímos que, na economia das sociedades melanésias, “em vez de lutarem para acumular a maior quantidade possível de bens, os ganhadores eram aqueles em que se organizavam para dar o mais possível” (CAILLÉ, *ibid.*, p. 23).

Diferentemente das sociedades melanésias, no nosso campo de estudo, a retribuição da dádiva depende, em alguns casos, não somente do prestígio causado pelo ato da doação, mas de outros fatores como a configuração política local e o sentido social que é dado a ela. Assim, a noção de dádiva depende da forma como a relação é concebida, isto é, quando outros elementos como a generosidade e o afeto estão associados a ela, o dever de retribuição se torna mais evidente; já quando as ajudas são consideradas “obrigação do prefeito”, há uma dispersão e a doação do voto não é absolutamente garantida:

Num é favor isso que os prefeitos fazem não, porque a gente sabe que o dinheiro vem. Mas é porque tem gente muito desinformada ainda: um dia desses eu estava aqui [em um dos quartos femininos da Oestana] e tinha uma senhora sentada ali dizendo: “prefeito é muito bom: dá até pousada para a gente ficar”. Eu acho que ela disse isso porque era analfabeta, coitada. (T.I, 17/4/12, grifo nosso)

Tal fala coaduna-se à afirmação de Leach (1989, p. 146) na qual o autor pondera que “a reciprocidade não é regra geral, nem imediata, nem completa” da sociedade, ou seja, ainda que se considere a reciprocidade como princípio “inconsciente” (LÉVI-STRAUSS, 1976) — sem o qual poderíamos correr o risco de pensar a cultura como instrumento da natureza no

lugar de um dispositivo que a dota de significado — é preciso enfatizar a sua diversidade terminológica (GOLDMAN, 2006).

Pensar as trocas clientelistas que marcam a relação entre “prefeitos” e “pacientes” tratadas nesse trabalho a partir da teoria da dádiva maussiana, exige que façamos um esforço no sentido de repensá-la e de trazer para essa discussão alguns elementos complementares que nos ajudam a distingui-la por dois principais motivos. Primeiro, porque a relação entre Prefeitos e usuários da Oestana comporta uma dimensão central catalisadora dos laços que ela implica: as eleições — o processo eleitoral de fato e não a política como o leitor talvez pudesse supor. Além disso, as dimensões material e simbólica da dádiva, sobretudo, daquela correspondente às dimensões e implicações do voto, não podem ser entendidas separadamente, aliás, como diria Caillé (2002, p. 192), a “dádiva é simbólica por excelência”.

Atentar para o modo pelo qual as pessoas circulam bens e por que se aproximam através de práticas associativas, seja se unindo ou se opondo, é um questionamento que permeia esse trabalho nos obrigando a pensá-lo, em alguns momentos, a partir da teoria da dádiva.

Para Gregory (1982), a diferença entre a troca que pressupõe dom e aquela onde a mercadoria está subjacente, repousa no fato da primeira implicar em um laço entre pessoas e a segunda entre coisas (GREGORY, *ibid.* apud VILLELA, 2005). Mas no caso das relações eleitorais entre os usuários e Prefeitos, compradores dos serviços da Oestana, tal definição revela sua limitação, pois os dons compreendem consultas, exames, cirurgias, remédios, etc., tanto denotando um alto investimento financeiro ⁵¹ quanto significando bens simbólicos de grande importância social como a esperança de cura, o conforto emocional e a segurança familiar. Contudo, em ambos os sentidos (aqueles constituídos pelo dinheiro e/ou emocionalmente), as benesses são vinculadas ao relacionamento com os “prefeitos”, pois, ele é, muitas vezes, a única fonte ⁵² para se obtê-las.

Existe, portanto, a formação de um mercado de trocas específico, sobretudo, no período eleitoral, cuja dinâmica envolve, além de uma lógica não-material, que inclusive condena a dimensão monetária do dom, um intercâmbio mediado pelo dinheiro em sua forma

⁵¹ Os tratamentos em geral têm um custo alto e quando são feitos na rede privada de saúde são pagos com orçamento municipal. Apesar de se tratar de um financiamento com recursos públicos, os bens e serviços como consultas, remédios, exames, etc., são considerados como patrimônio do “prefeito”.

⁵² Quando o “paciente” fica durante dias sucessivos na Oestana e não tem familiares ou conhecidos em Natal, o Prefeito ou um funcionário da Prefeitura (secretário de saúde ou assistente social, em geral) acaba sendo a única pessoa da sua cidade com a qual ele mantém um contato.

direta ou em bens e serviços. Nesse sentido, as esferas do material e do simbólico não se excluem e a economia do dom e da dádiva,

[...] ao contrário da economia do “toma lá, dá cá”, baseia-se em uma denegação do econômico (em sentido estrito), em uma recusa da lógica da maximização do lucro econômico, isto é, do espírito de cálculo e da busca exclusiva do interesse material (por oposição ao simbólico), que está inscrito na objetividade das instituições e nas disposições (BOURDIEU, 1996, v.2, p. 11, grifo do autor).

No entanto, a acumulação de capital simbólico não ocorre distante do ganho de bens que podem ser comprados pelo dinheiro, mas a partir de um mesmo veículo. De outro modo, quando os “pacientes” elogiam ou criticam a assistência concedida pelos “prefeitos”, o fazem destacando (positiva e negativamente) a atenção dada ao seu problema de saúde, mas, ao mesmo tempo, frisando a importância material que ela implica, pois o reconhecimento social da doença está intrinsecamente vinculado ao valor financeiro do tratamento terapêutico: “é bom quando o prefeito vem aqui [na Oestana]: a gente se sente mais acolhida e pode dizer o que está precisando” (T.J, 16/9/11). Portanto, não se trata meramente de “denegação do econômico” como pensou Bourdieu (*op. cit.*), mas de uma incorporação do econômico pelo simbólico.

Nesse sentido, o dinheiro não define de uma forma geral e homogênea as relações entre as pessoas na sociedade moderna como pensou Simmel (2004), mas é significado a partir do valor que lhe é atribuído em cada contexto. Assim, mesmo considerando o caráter universal do dinheiro apontado por aquele autor, o que nossa experiência empírica demonstra é que, em determinadas situações como as de doença, ele pode adquirir sentidos diversos como o de cura, melhora e esperança.

Entre “prefeitos” e “pacientes” da Oestana, o dom não é constituído unilateralmente pelo favor, mas também pelo dinheiro ou pela ideia de dádiva que ele pode agregar, não excluindo assim a fundação de um laço social (GREGORY, 1982 *apud* VILLELA, 2005), pois um bem material pode se transformar em dádiva no momento mesmo da oferta de uma “ajuda”: “[...] eles são gente muito boa, decente. Até hoje Lurdinha [mãe do atual Prefeito de São Miguel, RN] ajuda muito o povo: dá feira, dá roupa e, quando é em tempo de eleição o povo lembra disso” (H.H, 19/10/11).

Como teorizou Marcel Mauss (2003a, p. 188), “o mercado é um fenômeno humano e não é alheio a nenhuma sociedade conhecida”, além disso, ele apresenta “regimes de troca” (*id.*, *ibid.*) que diferem de uma sociedade para outra. Em consequência disso, o nosso argumento de circulação de bens é pautado, sobretudo, na noção de dádiva que engloba

inclusive a de mercadoria. Em resumo, o mercado não contradiz a dádiva (TAROT, 2002), pois, quando distinguimos as dimensões materiais e simbólicas da dívida contraída, não estamos nos referindo a dois sistemas de troca que se opõem, mas que se interpenetram, como veremos.

Na mesma medida, quando mencionamos as trocas eleitorais ou a circulação de “ajudas” entre Prefeitos e usuários da Oestana, não destacamos somente a mera transferência de votos e tratamento médico, mas um conjunto de dádivas que envolve além de dinheiro e bens e serviços, emoções, pensamentos e, sobretudo, vidas, pois elas dizem respeito a uma “mistura”. Como comentou Mauss (2003a, p. 212) sobre o estudo de Radcliffe-Brown (1992 apud MAUSS, *ibid.*) entre os Andamaneses: “mistura-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato da troca”.

Nesse sentido, podemos observar que a ética clientelista ou, de uma forma mais específica, eleitoral não se contrapõe obrigatoriamente à “ética de mercado” apresentada por Weber, mas em geral a complementa. Sendo assim, ao contrário do que pensou Palmeira (1996), a lealdade não é somente o resultado exclusivo do compromisso pessoal estabelecido, mas depende do tipo de dívida adquirida.

Tal qual na ética de mercado, na ética eleitoral-clientelista há uma preocupação com o futuro da relação, a qual é mantida pelo cumprimento das dívidas contraídas. Sendo assim, tanto o dinheiro quanto os bens de troca ou as “ajudas” produzem uma “comunidade de interesses” no sentido weberiano, porque em ambos os casos ela condiciona a dependência personalizada (GARCIA JR., 1988).

Embora existam situações em que a troca seja operada diretamente pelo dinheiro (na compra de votos praticada durante as eleições, por exemplo), elas revelam um circuito não-comercial caracterizado pela afetividade, pois a doença os expõem de uma maneira íntima. Nesse sentido, mesmo quando se observa uma “mercantilização” (VILLELA, 2005) das trocas eleitorais, ela apresenta certa personificação, constituindo-se, portanto, em uma relação social mais diversificada.

Villela (*ibid.* p. 227) observou que nas relações entre candidatos e eleitores no sertão de Pernambuco o “dinheiro pode estar embutido no próprio favor e vice-versa”, ou seja, mesmo quando o favor parece estar isento da mediação do dinheiro em sua forma direta, ele pode guardar características monetárias. Isso fica demonstrado no exemplo fornecido por aquele autor no qual o trabalho concedido por políticos assume a forma de salário, mas se

configura enquanto dom, pois ele pode significar o sustento de toda uma família, transformando-se, assim, na possibilidade real de uma relação de compromisso e lealdade.

Na Oestana, por exemplo, o aumento do número de pacientes no período eleitoral é facilmente observável e não é rara a contratação de mais uma faxineira e ajudante de cozinha para dar conta desse acréscimo de demanda, como nos confirmam H.H, “em tempo de eleição isso aqui fica completo, parece que quando se aproxima o tempo o povo adoce mais” (H.H, 19/10/11); e M.J: “agora está vindo menos gente, mas vai começar a época de eleição e começa a vir mais gente de novo. Nem que seja só para vir e quebrar a cara ⁵³ aqui, eles mandam” (M.J, 17/11/11).

O crescimento do número de atendimentos antes e durante “a eleição” pode dar uma falsa impressão de que as relações de troca estabelecidas nesse “tempo” ou “no tempo da política” (PALMEIRA; HEREDIA, 1995) são mais voláteis e geralmente não se desdobram em um relacionamento mais profundo, portanto, seriam mais próximas daquelas comuns ao mercado. Entretanto, ocorre que, nesse mercado eleitoral, o bem material trocado pode, ocasionalmente, transformar-se em uma dívida simbólica como demonstram as falas abaixo:

[...] Teve uma eleição que eu ainda não era do lado de [ex-prefeito de São Miguel, RN] e eu estava numa situação muito difícil por causa de uns problemas lá no sítio. Eu só sei que eu precisei dele nesse tempo e, mesmo sendo do outro lado, ele me serviu... Aí eu passei a apoiar ele (H.H, 21/9/11).

Eu me lembro que estava desesperada porque a doença da minha filha é coisa rara: eu não comia e nem dormia mais depois que eu soube e um político chegar assim e tirar R\$ 25.000,00 do bolso dele... Eu só sei que desse dia para cá quando tem passeata do lado de [Prefeito], eu saio com uma bandeira maior do que eu. O povo diz: ‘mulher, você acha que ele tirou esse dinheiro do bolso dele?’. Eu não sei de onde ele tirou: só sei que ele me deu e eu sei qual é o problema da minha menina porque a médica mesma me falou que ela tem paciente com 18 (dezoito) anos que ainda não fez (B.L, 18/1/12, grifo nosso).

Essa relação torna-se mais difícil de ser sustentada nas vésperas da eleição, mas esse é o momento no qual, segundo alguns interlocutores, “os políticos aparecem” e as suas ofertas não podem ser desperdiçadas. Mesmo demonstrando indignação, eles não as recusam, pois “quando a gente está numa situação dessas [de doença], não se pode escolher quem ajuda” (M.J, 29/4/11).

⁵³ M.J se refere aos pacientes que vêm sem a consulta marcada, isto é, desprovidas do documento onde constam o encaminhamento da Secretaria Municipal de Saúde e a confirmação da unidade de saúde receptora do doente em Natal, RN. Segundo ela, o “prefeito” costuma “dar o carro” para a pessoa vir à capital mesmo sabendo do insucesso da viagem, pois, o que importa é o “favor contado”, ou seja, que o Prefeito possa reivindicar a responsabilidade pelo atendimento “na eleição”.

Percebemos assim que, no caso da Oestana, o fator “tempo” observado por Bourdieu (1996) não determina, mas orienta o sentido da dádiva recebida e, em se tratando “de ficar bom”⁵⁴, ele é quase um detalhe, sem perder, no entanto, sua característica de “gratidão” e “obrigação” (GOULDNER, 1960). A fala de H.H corrobora nesse sentido a percepção de Bourdieu (*op. cit.*) da incerteza no intervalo entre dom e contradom: “70% das pessoas não aprendeu a votar: quando falta dois ou 3 (três) meses para a eleição se esquece das ajudas que recebeu e vende o voto sem lembrar que tem quatro anos para a frente de novo” (H.H, 19/10/11).

1.4.2 Voto: dádiva ou mercadoria?

As mudanças estruturais na sociedade brasileira provocadas, dentre outros fatores, pelo êxodo rural e pela instituição das leis eleitorais no período republicano, incidiram diretamente nas relações de mando em diversas localidades do país. O voto que, no início da República Velha, surgiu como uma forma de evidenciar e renovar a lealdade (CINTRA, 1974) do morador, eleitor iniciante, passou a ser exercido em um novo contexto social, significado e concebido a partir de outros elementos. Sintomaticamente, essa nova prática passa a ser sinônimo de “ajudar o patrão nas eleições” (*id., ibid.*, p. 43) como uma substituição do velho sistema de obrigações.

Sem forçar uma transmutação desse sistema, analisamos os significados do voto com base nas evidências empíricas, procurando não afastá-lo totalmente das nossas referências teóricas. Embora não tenhamos feito uma etnografia do processo eleitoral de forma individual, ele representa um momento decisivo da dívida comum às relações prefeito-paciente e aparece correntemente nos discursos dos nossos interlocutores.

Não há como tratarmos as trocas eleitorais sem articulá-las ao vínculo mais importante dessas transações: o voto. Para tanto, partiremos do princípio de que ele transcende o domínio que, tradicionalmente, é designado como “política” (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996), evitando abordar o processo eleitoral como um “sistema” (*id., ibid.*) passível de análises macrossociológicas e entendê-lo a partir das dimensões subjetivas que aciona, mesmo estando ele inserido em um contexto clientelista que, por vezes, apresenta-o como dádiva política.

Ao analisar o voto a partir de uma perspectiva antropológica, Goldman e Sant’Anna (*ibid.*) adiantam questões que inicialmente também serão expostas aqui. Os autores entendem

⁵⁴ Expressão corrente entre os “pacientes” que utilizam os serviços da Oestana, “ficar bom” é o mesmo que dizer ficar curado da doença que os acomete. Além desse sentido prático, “ficar bom” tem uma conotação simbólica. Em última análise, tal expressão implica em ficar livre da relação de sujeição de uma forma direta.

que não se trata de considerar o voto como resultado de uma “manipulação” das camadas dominantes, colocando-o como uma espécie de irracionalidade e nem de estabelecer um tipo de hierarquia nas suas motivações, mas de expor as evidências que apontem sua “inteligibilidade” (GOLDMAN; SANT’ANNA, *ibid.*).

Não nos preocupamos também em apresentar uma explicação densa distinguindo as correntes teóricas que se ocuparam em explicar os significados do voto, pois Villela (2005) o fez alhures. Basta lembrarmos que o voto, quando concebido como dom, funda relações sociais mais profundas; enquanto que aquele depositado com a mediação do dinheiro em sua forma “pura” e “imediata” (PALMEIRA, 1992) vincula menos.

No caso dos usuários da Oestana, os valores podem fugir a imperativos ideológicos (*id.*, *ibid.*), pois se “vota na pessoa e não no partido” (H.H, 21/9, 19/ 10/11), o que reforça a nossa concepção de que a escolha do voto segue mais um padrão constituído por uma dívida social e um pertencimento a uma rede de conhecidos do que uma identificação partidária, por exemplo.

De certa forma, esse trabalho revela uma realidade política que extrapola o estereótipo dominante, o qual descreve chefes políticos soberanos e eleitores dominados pelo sistema que aqueles comandam. Não queremos dizer com isso que não existam relações de subjugo e subordinação no nosso campo de investigação, mas que há outros fatores que permeiam essa relação (como os interesses afetivos) através dos quais podemos ampliar o significado do voto.

Optamos também por nos orientar pela proposta do M.A.U.S.S (*Mouvement Anti-Utilitarist das les Sciences Sociales*) e pensar as trocas clientelistas que apresentam, dentre outros elementos, a compra de votos como trocas que não devem ser reduzidas à lógica utilitarista cujo princípio considera o mercado como acepção fundamental. Não estamos argumentando que, em alguns casos, as pessoas vendem o seu voto sem esperar o dinheiro como contrapartida, mas que essa não é uma relação social isolada e que, portanto, aciona elementos complementares aos princípios de mercado como a dádiva, por exemplo.

Será demonstrado que nas circunstâncias encontradas no campo, o voto é menos uma “escolha individual” (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996) e mais uma “adesão a uma facção” (PALMEIRA, *op. cit.*) política e social, pois é o resultado de anseios particulares, mas também de sentimentos coletivos. Além disso, ele aparece como um bem de troca de caráter simbólico, englobando um valor moral específico que, por seu turno, está relacionado à “forma pura do materialismo eleitoral” (VILELLA; MARQUES, 2002, p. 83), afinal,

“candidato pobre não se elege” (H.H, 19/10/11) porque “em época de eleição ninguém dorme não. Eles deixam a luz acesa para esperar quem vai deixar o dinheiro. Mas isso é gente que não tem consciência” (M.J, 17/11/11).

Barreira (2006) entende o “voto mercadoria” como uma versão modificada do “voto de cabestro”, expressão que indica a preponderância dos coronéis sobre os votos que se encontravam nos limites de sua propriedade. Para o autor, o “voto mercadoria” apresenta um menor grau de mediação, pois é negociado distante dos “currais eleitorais”⁵⁵ e revela uma relação mais monetarizada.

A contração da dívida pode ocorrer durante o período eleitoral, mas também em um tempo irrestrito a essa ocasião, pois ela é concebida durante a doença como forma de crédito e, apesar de representar para os “pacientes” uma dívida social “não quitável” (BARREIRA, *ibid.*), do ponto de vista monetário das trocas eleitorais, ela pode ser paga “a prazo” (*id.*, *ibid.*), isto é, no dia em que, eventualmente, ocorra o pleito.

Ao contrário do pagamento “a prazo”, o voto como débito pago pelo dinheiro elimina ou inibe as possibilidades de uma relação de dívida continuada. Um exemplo disso é a expressão “perder o valor”, já citada nesse trabalho e comumente utilizada pelos seus intervenientes. Ela indica a desobrigação posterior à concessão daquele que “dá”, bem como a desvalorização de quem “se vende”.

Se a pessoa se vende, desvaloriza-se. Qual o compromisso que o prefeito vai ter? Quem recebe R\$1,00 que seja pelo voto já não pode cobrar do político depois, porque ele não deve mais. O político ganhou a campanha porque pagou e não pela vontade do povo. Você não já vendeu? É igual comprar uma roupa: você comprou, pagou, usou, depois não tem direito de ir lá na loja pedir outra nova não. Vendeu o voto, acabou (T.I, 17/4/12).

No caso dos usuários da Oestana, o voto movimenta outras esferas e categorias de relacionamento como a saúde e os amigos e se estende ao longo do tempo ou para além do “tempo da política” (PALMEIRA; HEREDIA, 1995), transformando-se possivelmente em capital eleitoral ou crédito.

Villela (2005) observou que não apenas os candidatos a cargos eletivos eram credores de dinheiro e favores, mas os eleitores também emitiam crédito em forma de lealdade ou de dinheiro e, até mesmo, aqueles mais abastados que financiam as campanhas aparecem como

⁵⁵ A expressão designa o controle exercido por determinado coronel em relação aos votos de pessoas que moravam em sua propriedade ou estavam de alguma forma sob sua proteção. Para o entendimento desse conceito ver especialmente Leal (1975) e Rolim (1979).

credores. No caso por nós estudado, a “adesão” a uma facção política pode significar o ingresso em uma rede que, em certo sentido, compõe uma facção política. Portanto,

[...] O que está em jogo não é uma escolha, mas uma adesão, o voto não suscita a elaboração de critérios prévios, como no voto-escolha, em que se espera do eleitor (sob pena de ser considerado indeciso) que seja capaz de listar os atributos do candidato ou do partido de sua preferência, ou suas próprias motivações pessoais para escolher a, e não b (PALMEIRA, 1992, p. 30).

O voto não é um ato cognitivo isolado que torna “irrelevantes e inoperantes mesmo as normas a que convencionalmente se adere” (CASTRO; REIS, 2001, v. 16, p. 41), mas depende também da normatização e valoração morais, e em última análise, das redes nas quais se atua. Dito de outro modo, seu sentido tem natureza prescritiva, permanecendo, vinculando e ultrapassando o período eleitoral.

Além da subjetividade, é preciso destacar uma “concepção ética da política” (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996 *apud* VEYNE, 1984), pois a mesma moral que condena a compra de votos elege o favor como meio para se obter apoio político: vender o voto é uma falta moral e elimina a possibilidade de transformá-lo em um dispositivo de garantia para a continuidade do vínculo ou, como coloca Villela (2005), de convertê-lo em “crédito”. Nesse sentido, a utilização do dinheiro em sua forma “pura” e “imediate”, isto é, “sem a mediação do compromisso” (PALMEIRA, 1996) parece ter uma aceitação menor ou menos privilegiada. Inversamente, o favor tece vínculos mais profundos e por esse motivo ganha um sentido maior que a troca mercantil fugaz:

Eu tenho muito amigo, mas nunca recebi dinheiro para votar em ninguém. Eu gosto de votar e quando precisar da pessoa, ela me ajudar. Tem gente que por qualquer coisinha em véspera de eleição esquece das ajudas que recebeu: eu não sou assim não. A pessoa tem que votar em quem conhece, quem trabalha pelo povo, ver os favores que fizeram para você e não em uma pessoa que esteja se aproximando só por interesse. Tem que saber quem é a pessoa: se é uma pessoa de bem, honesta e conhecer o trabalho prestado que ela tem na comunidade (H.H, 21/9/11).

Além de “prestação econômica” (LANNA, 1995) e “dom inalienável” (VILLELA, 2005), o voto corresponde ao modelo do “favor/ajuda” exprimido por Palmeira (1996). Nesse sentido, ele torna-se uma dívida de difícil restituição que produz laços mais profundos e não faz parte do campo da “política institucional” (KUSCHNIR, 2000) regido pelo imediatismo e pelo dinheiro. Ao contrário, ele funda um compromisso que não é fruto necessariamente de relações familiares instituídas, do pertencimento a um determinado partido ou “facção

política” (PALMEIRA, *op. cit.*, p. 46) ou de uma ordem tradicional, mas de um consenso que deve ser probado, mantido e dignificado não somente na “época da política” ou enquanto durar a doença, mas até quando existir o sentimento de gratidão.

Como se salda a dívida adquirida pela cura ou melhora de um quadro clínico crônico ou reversão de um diagnóstico terminal? Para aqueles que não têm escolha alguma de tratamento médico, o voto parece ser uma maneira de atenuar esse débito vital.

Nesse sentido, o dinheiro apresentaria uma ameaça para esta relação que se estabelece a partir de benefícios múltiplos, sobretudo, quando se é acometido por uma doença. É como se a instabilidade e insegurança física e emocional, provocada pelo quadro instável de saúde, fosse compensada pela garantia de continuidade e segurança do vínculo político.

Por outro lado, não nos cabe empregar divisões rígidas acerca da natureza do voto e nem de escolhermos qual dessas categorias vincula mais ou menos personalidade, pois, como aponta Villela (2005, v. 11, p. 272), “o dinheiro pode estar embutido no próprio favor e vice-versa. Se há mercantilização das relações eleitorais de votos, não se trata de mercantilização despersonalizada”. É nesse sentido, que Lanna (1995) é levado a afirmar que o mercado é englobado pela lógica patrimonial existente nas relações de compadrio, mantendo uma dinâmica própria e específica na qual o padrinho, ao conceder meios locais de subsistência e representar a ligação com polos comerciais maiores, é o elo com o mercado.

Assim, o dinheiro não exclui o favor como recurso de barganha, mas o perpassa sem implicar necessariamente em despersonalização das trocas eleitorais, pois, nesse caso, mesmo quando a sua transação envolve o dinheiro em sua forma inicial, ele pode ser reconhecido como tal. Villela (*ibid.*) demonstra como o fato de um eleitor ter recebido R\$ 10,00 (dez reais) de um candidato em um momento de dificuldade financeira fez disso um favor, e inversamente como o favor pode se findar quando o voto é posto na urna eleitoral. Desse modo, há “um intercurso constante entre os sistemas de dons e o de mercadoria, entrelaçados por circulações que sobrepõem os dois conjuntos e diluem as fronteiras entre eles” (VILLELA, *ibid.*, p. 276).

Existe também uma dimensão afetiva que constitui os sentidos do voto. Destarte, elementos como a amizade e o afeto e até o parentesco incidem sobre a escolha na hora de votar. Quando interrogamos uma de nossas interlocutoras de pesquisa a respeito do motivo que a fez votar do no Prefeito atual de sua cidade, ela nos respondeu: “eu acho que ele faz um

bom governo e também meu marido é doente ⁵⁶ porque ele ainda é da família dele e eu sou também, né?” (T.H 14/6/11).

Destarte, percebemos também a existência de “dons” concedidos através de laços de parentesco e não somente daqueles iniciados pelo dinheiro em sua forma direta ou indireta. Villela (2005, p. 12) percebeu que nas eleições do sertão pernambucano também “vota-se por consideração, por querer bem, pela amizade e pelas diversas modalidades de parentesco que diminuem a “distância social” (cf. SAHLINS 1976 [1965]), sem outro interesse declarado”. No entanto, não concordamos que esse tipo de voto provoque um decréscimo nas disparidades sociais, mas, assim como na falsa amizade (ou amizade política), produza uma ideia de igualdade que não existe efetivamente.

Assim como os “brindes” distribuídos entre os eleitores durante as eleições municipais no Rio de Janeiro, as quais Kuschinir (1996) estudou, a expressão “ajuda” utilizada pelos usuários da Oestana pode ser entendida como um eufemismo para o dinheiro ou para a mercadoria, pois transparece compromissos mais autênticos e duradouros.

Lá no sítio que eu moro é assim: tem gente que pede uma ajuda para fazer um serviço numa casa, uma consulta, qualquer coisa. Aí com isso eles já acham que tem direito de votar naquele candidato. Eu acho que de qualquer maneira se é de você votar num que nunca fez nada para você, você deve ajudar quem já lhe ajudou alguma vez. Tem deles que dizem assim aqui: “ah, eu vou votar em Fulano porque ele fez isso assim para mim” e tem outros que dizem: “eu vou votar em quem eu quiser, porque o que ele está fazendo é obrigação dele” (H.H, 18/1/12, grifos nossos).

A “ajuda” dada a um familiar e aquela concedida a um político provoca uma retribuição que, ao contrário das demais, funda relações distintas, como aponta Heredia (1996, p. 64):

No caso da ajuda de um político, ela [a dívida] tem um significado diferente. O voto — e aqui se encontra o paradoxo — embora permita a retribuição, não permite o estabelecimento de uma relação entre parceiros como relação entre iguais que trocam bens do mesmo tipo. Na medida em que os políticos são eleitos com esse voto, eles, quando eleitos aumentam o seu poder, o que significa aumentar a desigualdade entre o que podem dar e o que, de fato, podem receber.

Mas há casos também em que o voto aparece destituído de significado:

⁵⁶ Nesse caso, “ser doente” não diz respeito ao estado de saúde do sujeito, mas é o mesmo que dizer que ele apoia o bloco político do atual Prefeito de uma forma fervorosa e incondicional. Essa expressão distingue aqueles eleitores que são mais radicais em “tempo de política”, ou seja, profere pilhérias contra adversários, consegue votos, organiza e frequenta comícios e passeatas. O “doente” por determinado candidato é, na verdade, uma espécie de cabo eleitoral deste último.

Eu não gosto de política, num sei nem por que tem esse negócio de votar. Por mim, política era como na televisão. Eu só vou votar, mas comícios, passeatas, essas coisas eu não vou não: se quiserem acreditar no meu voto, é assim. Por mim não era obrigado a escolher político não, ganhava sem precisar escolher (X.X⁵⁷, 19/4/12).

De qualquer forma, não podemos classificar o voto dos “pacientes” da Oestana de uma forma unilateral, ou seja, apenas como “clientelista” (pelo menos não no seu sentido convencional), já que ele engloba outros domínios que vão além do político, não se restringindo à tradicional relação patrono-cliente, mas abrangendo também àquela resultante da sua compra e venda, do laço afetivo mais duradouro ou da proximidade cotidiana que permite compartilhar códigos morais. As significações dadas ao voto se inserem no contexto da dívida contraída com os “prefeitos” em função da doença e estão também, sugestivamente, relacionadas à moral, a qual pode ser ativada a partir de múltiplas referências sociais, tanto individuais quanto coletivas.

1.4.3 “Votar por dinheiro está errado”: a moral nas relações eleitorais

Eu nunca recebi um centavo de ninguém. Eu acho errado votar por dinheiro: eu voto em quem minha natureza mandar. Nunca votei contra a minha natureza. Na hora que eu chegar lá com quem eu achar que merece eu voto. Fazer que nem diz o outro: tem gente que diz que vota porque a pessoa deu dinheiro, deu isso e aquilo, mas eu não faço isso não: até hoje não votei, não teve nem uma eleição que eu votasse por dinheiro (H.H, 18/1/12).

Além do desenvolvimento de uma moral específica que regula o comportamento das pessoas em relação ao campo político, os discursos dos nossos interlocutores revelam também a existência de um constrangimento coletivo cuja função é garantir a retribuição do favor com consideração, isto é, com o voto. Contudo, o que é doado ou, até mesmo, cobrado vai além do plano material, pois “estar também pelo que não se pode arranjar” significa ter caráter, ser digno de tal préstimo e compartilhar de um espírito coletivo de benefícios mútuos.

Eu tenho trauma de prefeito. Quando eu me lembro dos nãoos que a gente levou quando erámos da oposição... Agora, quando são os nossos [candidatos], a gente tem medo. Sem contar o povo que ficava falando e até mesmo os próprios funcionários. Isso é funcionário que quer ser mais importante que o prefeito, porque eles pensam que você está ali só pelo dinheiro ou pelo que pode arranjar e depois não vai pagar o que eles estão fazendo por nós (T.H, 14/6/ 2011).

⁵⁷ O informante não autorizou o registro e a publicação das suas informações pessoais.

Entendemos que essa não é uma relação ordinária, tendo em vista que se inicia em duplo desequilíbrio: além de estarem numa posição subalterna nas redes de poder, dinheiro, benefícios, informação, etc., os usuários participam dela quando se encontram doentes. Sendo assim, a dimensão assistencialista do vínculo estabelecido entre eles e os “prefeitos” que os trazem até a Oestana não pode ser entendida apenas a partir de uma ótica política, pois ela envolve também uma dimensão afetiva subjacente. Tal dimensão se manifesta nas relações de “amizade”, mas esta não exclui, por exemplo, a mediação do dinheiro:

[...] Eu acho que o povo vota pela amizade, mas, às vezes, pelo dinheiro também. Tem deles que vota pelas duas coisas, mas, às vezes, tem deles que tem amizade e às vezes é pelo voto. Já tem outros que têm amizade com a pessoa fora mesmo do voto, mas sempre ajuda (H.H, 18/1/12).

Embora haja uma evidente assimetria nessa relação, pois os bens e serviços trocados não se “equivalem” (WOLF, 2003) ou não se “complementam” (FOSTER, 1961), a intimidade aproxima “prefeitos” e “pacientes”, os colocando num mesmo campo simbólico de atuação e gerando um quadro de referência moral comum. No contexto da Oestana, a “amizade” exprime o “valor simbólico de se ter proximidade e intimidade” (KUSCHNIR, 2000, p. 125) com o “prefeito”, distinguindo os usuários entre si. Assim, “ser gente do Prefeito Fulano” (uma expressão comum no atendimento diferenciado nas instituições e serviços públicos) significa estar ligado a ele de alguma forma, seja através das relações de “amizade” ou do compartilhamento de uma moral ou de um território comum.

Por conseguinte, em alguns casos, o voto é regido por códigos baseados em valores particulares, compartilhados por uma coletividade avessa à “cabra safado”. Assim, “safadeza” é o oposto de “ser homem”, isto é: titubear na hora de retribuir o “favor” do “prefeito” é uma desqualificação moral. Em contra partida, o “prefeito” também “assume o dever moral de auxiliar e defender quem lhe deu o voto” (QUEIROZ, p. 163, 1975).

Contudo, a participação em um mesmo universo moral não implica em uma manifestação de igualdade, pois, no caso da relação entre Prefeitos e usuários da Oestana, ele rege uma relação socialmente desigual. Nesse sentido, a moral subsidia uma rede de patronagem baseada na troca de favores tal qual Pitt- Rivers (1954) observa na Andalusia para as relações de vizinhança entre os *Pueblos*. Nessa comunidade, a instituição da amizade é baseada na noção de moral e constitui uma situação de desigualdade material, resultante de uma estrutura de patrocínio que liga os seus membros ao Estado através do poder econômico e político dos vizinhos poderosos.

Assim, através de algumas questões como a utilização da água dos vales, por exemplo, o líder político precisa mediar os direitos dos seus vizinhos a esse bem por meio de códigos morais de vizinhança e amizade sem, no entanto, privar-se de contrair vantagens econômicas e políticas, já que eles são também os donos das fontes.

Em termos de Oestana, a formação de uma moral específica nos é evidente, entretanto, ela não é “cambiante” (VILLELA, 2005), mas ao contrário, é constante, movida por relações político-eleitorais e reforçada por princípios tradicionais que fornecem subsídios para a construção de normas de conduta ou, como apontou Villela (*ibid.*), de uma “ética”. Do mesmo modo, ela não é submetida às relações de poder, mas as subsidia.

Portanto, os usuários da Oestana não produzem somente uma “moral para a política”, tal qual aquela ensejada pelos sertanejos de Carnaxide, PE, e observada por Villela, mas produzem também um modo confortável de viver, isto é, agem de acordo com os bons princípios do “homem de vergonha” ao mesmo tempo em que asseguram a continuidade do seu tratamento médico.

Isso é confirmado não apenas pelos usuários, mas por outras pessoas que frequentam a Oestana. Em uma conversa (4/6/09) com um dos “despachantes” que trabalham para as Prefeituras, foi revelado que, ao contrário daqueles que sempre “acompanham” o “prefeito”, os “pacientes” que não votam nele “não têm cara para pedir as coisas”. No entanto, essa “falta” pode ser suprida por outra pessoa, um eleitor do “prefeito”: “quando tem alguma coisa para falar lá na secretaria ou com o prefeito, eu falo com minha irmã e ela vai, porque é ela quem conhece o pessoal lá, o prefeito é o candidato dela” (M.U⁵⁸, 21/05/12).

Nesse sentido, “não ter cara” para impetrar algo a um político opositor significa ter a dignidade de não sucumbir a um “benefício” concedido por este último que, eventualmente, pudesse manchar seu “nome”.

Ajudar é diferente do que só dá aquele dinheiro ali naquela e hora e pronto, depois, nem se lembra mais. A política em todo canto está muito misturada e desmoralizada: é roubo, é mensalão, isso num é papel de um político não. Teve um dono de uma madeira que me disse que teve um cabra que ganhou material de 3 (três) candidatos diferentes para votar e ninguém sabe nem com quem ele votou (H.H, 17/4/12).

A comunhão de códigos e valores por “pacientes” e “prefeitos” soma-se à partilha do mesmo território e dos mesmos hábitos. Ter vergonha de receber dinheiro e não votar, assim

⁵⁸ M.U, 41 anos, residente em Venha Ver, RN, descobriu o câncer há pouco mais de 2 (dois) anos e desde então frequenta a Oestana.

como prometer e não cumprir, revela uma homogeneidade em certos aspectos intelectuais e nos induz a pensar numa “proximidade intelectual” (KUSCHNIR, 2000) que transmite esses saberes e na qual sua “reputação” (BAILEY, 1971 *apud id., ibid.*) é sabida por todos.

Apesar de não vislumbramos claramente uma relação comunitária em função da atuação de redes que transpõem as fronteiras das zonas locais, interligando-as à Oestana, há uma “proximidade intelectual” (KUSCHNIR, 2000) entre os seus usuários que nos fazem pensar no compartilhamento de ideias e valores. Assim, “o conceito de ‘comunidade moral’⁵⁹, por sua vez, incorpora as relações de conflito e diferença, definindo um grupo onde os indivíduos, a partir de um conjunto comum de valores e categorias, teriam sua reputação conhecida por todos” (*id., ibid.*, p. 113, grifo da autora).

Partilhar das mesmas referências simbólicas pode lhes fornecer ferramentas para atuarem a partir dos mesmos códigos morais, aproximando-se da “igualdade da honra” tal qual Bourdieu (1988) percebeu entre os cabílios e da “ordem moral” que Kuschnir (*op. cit.*) concluiu a partir das relações de vizinhança e do compadrio entre moradores e representantes políticos de uma comunidade carioca, afinal, o “prefeito” também luta para ser um “cabra de vergonha” e não faltar com suas promessas e obrigações.

Garcia Jr. (1988, v. 3, p. 16) também faz uso da expressão “cabra” quando escreve sobre o poder social que os patrões detinham sobre os moradores dos engenhos no Agreste e Brejo paraibanos e de como esse poder não estava apenas tacitamente na dominação política e dos corpos, mas nas próprias expressões de uma forma explícita. Segundo o autor,

[...] O valor simbólico da palavra cabra está ligado aos usos sociais deste animal: criadas por mulheres, as cabras não são difíceis de alimentar e vivem em lugares onde outros animais não se adaptam como nas regiões semiáridas (sertão; curimataú). São elas que fornecem a maior parte do leite às crianças dos engenhos, sobretudo aos filhos de moradores. Portanto, a oposição homens-cabras distingue aqueles que estão capacitados a participar plenamente da vida social e os que, relegados à vida doméstica e ao mundo feminino, dela estão excluídos.

O uso desse termo revela uma disposição social desigual marcada, paradoxalmente, pela intimidade e pela subordinação. Por conjugar valores morais, ela é utilizada indiscriminadamente, inclusive subsidiando as relações eleitorais.

A intimidade do cotidiano da Oestana revela a existência de um “ethos” (WEBER, 2004) cujo sentimento de dever é operado por um sentido prático que regula não somente a vida pessoal, mas se estende também ao domínio público. A transferência da moral, comum à

⁵⁹ Para o conceito de “comunidade moral” ver Bailey (1971 *apud* KUSCHNIR, 2000).

vida privada, para a esfera pública faz surgir a figura do político ideal, portador e defensor dos valores sociais. Nesse sentido, ser pai de família, homem cumpridor dos seus compromissos, marido fiel, etc. são prerrogativas para tal modelo.

Teixeira (1996, p. 229), ao afirmar que no, Brasil, o decoro parlamentar representa não somente uma “figura jurídica de conteúdo vago e impreciso, mas uma categoria social que se pauta por uma interação esfera privada/ esfera pública”, fornece subsídios para pensarmos que existe uma continuidade de práticas políticas tradicionais tanto na política informal e cotidiana quanto naquela oficial, constituída pelas instituições estatais, ainda que ambas possam ser repensadas a partir de novos problemas empíricos e teóricos.

O autor expõe tal exemplo corroborando sua afirmação anterior de que “a honra vigora entre indivíduos relacionais, e não entre indivíduos anônimos, livres e iguais perante a lei” (*id.*, *ibid.*, p. 208). De outro modo, os princípios morais distinguem a “pessoa”, pois eles criam um sistema de referências que é constantemente acionado seja para legitimar sua presença em um cargo público, seja para fornecer um status digno numa relação de troca.

Seja com ou sem a mediação moral do favor ou do dinheiro, o fato é que nas trocas eleitorais por nós observadas não existe uma diferença clara entre “coisas doadas” e “doadores” (MAUSS, 2003a): cada uma das partes guarda um pouco da outra. Sendo assim, no “voto adesão” (PALMEIRA, 1996), há um comprometimento do indivíduo e de outras “unidades sociais”, conferindo-lhe significado e garantindo a doação não somente de tratamentos de saúde e de votos, mas de sentimentos, da vida, da pessoa por inteiro, pois, para que haja “uma condição de dependência personalizada” (BEZERRA, 1999, p. 116) na instituição das relações sociais de domínio pessoal (BOURDIEU, 2002), é preciso que a pessoa e todas as instituições que ela agrega participem da troca.

Enfim, ainda que a “dívida da vida” apresentada tome uma proporção maior na Oestana, pois é lá que o favor concedido torna-se fundamental tanto pela fragilidade de saúde dos “pacientes” quanto por estarem em uma cidade com a qual não são familiarizados, ela engloba modalidades de poder mais abrangentes. Esse débito aciona algumas esferas da vida social para se constituir e apresenta, no advento das eleições, um terreno fértil para sua origem, reformulação e continuidade. Assim, ele viabiliza, por exemplo, o Clientelismo político que contribui para a compreensão da relação aqui tratada a partir da sua interface com Estado.

2 CLIENTELISMO: LIMITES E ALCANCES

2.1 QUANDO O ESTADO PATROCINA

Como vimos na Introdução, as Prefeituras “pagam” à Oestana as diárias usadas pelos “pacientes” e, assim, são os “prefeitos” que assumem o papel do Estado. Ao serem questionados a respeito do pagamento das despesas com as diárias, os usuários da Oestana respondem sempre: “é o prefeito quem paga”. Nesse sentido, os “prefeitos” não seriam detentores do poder ou “donos do poder”, para usar uma expressão de Faoro (2001), mas o próprio poder ou o “Estado”, como frisou Lanna (1997).

Por conseguinte, não teríamos uma invasão trivial do público pelo privado e vice-versa, mas um Estado cuja composição é de difícil definição, pois ao que parece, não há uma mera confusão dessas duas esferas, como a teoria weberiana propõe, mas uma indissociabilidade entre elas.

Na Oestana, os tratamentos médicos são acessados preferencialmente por aqueles que votam no “prefeito”, portanto, há o intermédio direto do gestor municipal naquilo que todos, de uma maneira geral, deveriam usufruir como bem comum. Desse modo, sendo o “prefeito” o provedor dos bens e serviços, ele é sempre “o prefeito que dá”, “que autoriza”, o que comprova a capacidade de prover recursos, bem como a “bondade” e a “generosidade” como prerrogativas para ser um “bom prefeito”.

Lanna (1995) aponta que essa troca de dádivas evidencia uma hierarquia resultante de uma lógica “não-capitalista” a qual, por sua vez, é atravessada por uma assimetria que dá origem a instituições como o compadrio, por exemplo. Nessa perspectiva, o Estado seria constituído pelas hierarquias pressentes no nível local e, ao mesmo tempo, contribuiria para sua disposição (LANNA, *ibid.*).

Dito de outro modo, a lógica da dádiva sugere assimetria (*id.*, *ibid.*) e orienta a noção que se tem dos domínios público e privado. O exemplo do “trator do prefeito” apresentado por Lanna justifica essa ideia e se assemelha aos exemplos observados na Oestana em relação ao acesso a saúde e a distribuição dos seus recursos.

Ainda segundo Lanna (*ibid.*), em São Bento do Norte, RN, a assimetria da lógica da dádiva caracteriza a distribuição de água em períodos não chuvosos, bem como o uso do trator, pois lá ele é tido como propriedade do Prefeito e é concebido como bem de troca. Na prática, o modo como o Prefeito governa não oferece subsídios para a distinção entre o que faz parte do seu patrimônio pessoal e aquilo que é da “prefeitura”, o que revela o “uso particular do bem público e um uso público — não sem recompensas — de bens particulares”

(*id.*, *ibid.*, p. 35). Nesse sentido, não apenas a esfera privada se apropria da esfera pública, imprimindo poder e autoridade, mas o contrário também ocorre.

Em resumo, as relações clientelistas comuns à Oestana se apresentam institucionalizadas, ou seja, o “prefeito” age travestido de Estado e, em alguns momentos, ele ou o “patrão” é o próprio Estado, haja vista que “as oligarquias são o Estado, já que ambos se constituem a partir das mesmas relações de troca” (*id.*, *ibid.*, p. 20). Para Lanna, o Estado brasileiro é, em certo sentido, continuação do poder local, uma vez que a figura do “chefe local” transborda a ideia de “pessoa” no seu sentido comum e passa a assumir o papel de “pessoa pública”, pois “como um chefe primitivo ou um rei divino, seus atos têm significado transcendental” (*id. ibid.* p. 19).

É isso que também concluímos a partir do discurso de um Deputado Estadual que “dá apoio” à Oestana, concedendo, principalmente, exames e consultas em troca de voto. Ao participar de um programa de uma rede local de televisão, o referido deputado afirmou que o seu gabinete era “o plano de saúde do povo”, o que reforça a ideia de que a lógica da dádiva não atravessa somente as relações interpessoais no contexto do qual temos nos ocupado, mas a própria relação que se tem com os bens e recursos públicos.

A discussão sobre o assistencialismo estatal, “intrapatronal” ou de redes que privilegiam uma minoria nos remete à discussão entre o que é de domínio público e o que é de domínio privado e os exemplos fornecidos justificam por que privilegiamos aqui o debate com as interpretações acerca das relações de poder na sua relação com a cultura como é o caso do Patrimonialismo (WEBER, 2000, 2009) e das teorias filiadas a ele.

Segundo Weber, o Patrimonialismo surge do Patriarcalismo, ou seja, como uma modalidade primitiva de dominação tradicional onde não se obedece a regulamentos pré-estabelecidos, mas a um senhor escolhido por normas imutáveis de sucessão. O Patrimonialismo se distinguiria, então, do Patriarcalismo por apresentar um “quadro administrativo (e militar) puramente pessoal do senhor” (WEBER, 2000, 2009, p. 151). Portanto, o Patrimonialismo existe quando o direito pessoal permeia a dominação.

A partir dessa perspectiva, é possível afirmar que o Patrimonialismo é a indistinção entre as esferas pública e privada e, como consequência, tem-se a própria gestão pública como algo de interesse particular ao funcionário patrimonial, pois todos os privilégios que surgem dela lhes soam como “direito pessoal” e não como um “direito objetivo” (*id.*, *ibid.*).

Desde o “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda (1995) existe a preocupação em compreender a singularidade da formação política do Brasil a partir do conceito de

Patrimonialismo weberiano. A recorrência à esfera privada como referência às formas de agir e pensar seriam aspectos da nossa “cordialidade” que marcariam a sociedade brasileira de forma peculiar.

Para Holanda (*ibid.*), o Estado não é uma extensão da organização familiar, portanto, ele não seria o resultado linear da família, mas contrário à sua lógica, tendo em vista que há uma transgressão dessa ordem na sua implantação. O “problema” do Brasil seria, então, o fato de não ter existido uma adaptação à ordem impessoal por parte daqueles que foram educados no meio “familiar-patriarcal”. Em resumo, as duas ordens existiriam em paralelo e se confundiriam, mas a primeira não seria extensão da segunda.

Ainda segundo Holanda (*ibid.*), a família é o nosso mais importante modelo de organização social, e seus princípios baseados em “laços de sangue e do coração” influenciam a maneira impessoal e geral de governo. Ora, esse modelo doméstico que incide sobre a esfera pública nos ajuda a pensar as relações políticas contemporâneas que constituem nossa realidade de pesquisa, como em algumas situações onde o Prefeito, homem público, assume o papel de provedor da cura ou da melhora no quadro de saúde dos doentes, pois é comum ouvirmos nossos interlocutores pronunciarem frases como “o prefeito me deu a consulta” ou “o prefeito me trouxe para cá”.

Contudo, em vez de seguirmos somente as abordagens clássicas que procuram dar conta da “questão do Estado” e das relações entre governantes e governados no Brasil, buscaremos, dentre outras coisas, entendê-la por meio de diferentes leituras a esse respeito e das relações cotidianas que envolvem tais personagens, portanto, a partir dos arranjos e categorias dos contextos que a comportam.

Simon Schwartzman (1988, p. 63) escreve que o Patrimonialismo não é resultado da variedade de “culturas políticas”, mas estaria relacionado ao “sucesso ou fracasso do líder político em manter seu poder absoluto, em contraste com a capacidade de arregimentar forças próprias por parte dos subordinados”.

Schwartzman se refere a um “Neopatrimonialismo” que não seria uma mera reconfiguração de estruturas passadas em sociedades hodiernas, mas uma configuração recente de dominação política. Para o autor, o Patrimonialismo contemporâneo:

Não é simplesmente um modo de sobrevivência de estruturas tradicionais em sociedades contemporâneas, mas uma forma bastante atual de dominação política por um estrato social sem propriedades e que não tem honra social por mérito próprio, ou seja, pela burocracia e a chamada “classe política” (SCHWARTZMAN, *ibid.*, p. 59).

Segundo Simon Schwartzman (*ibid.*), os Estados modernos que não se constituíram sob o manto da revolução burguesa apresentam particularidades históricas que os caracterizam como patrimonialistas, a esse fenômeno, o autor deu o nome de “Neopatrimonialismo”. No Brasil, esse Estado “neopatrimonial” provocou a organização da sociedade em bases corporativas tradicionais e, de acordo com Schwartzman (*ibid.* p. 67), produziu uma “estrutura legal de enquadramento e representação de classes” na medida em que o desenvolvimento e a complexidade do mercado propiciavam a produção de formas autônomas de organização e participação política.

O Estado forte, centralizado e patrimonial dificulta o estabelecimento de grupos políticos organizados e autônomos, não permitindo comunicação entre eles: ele apenas agrega determinados grupos sociais, mas não os incorpora, havendo como consequência uma dependência “patrimonial” e “simbólica” (MORSE, 1964 *apud* SCHWARTZMAN, *ibid.*).

É nesse sentido que Chaves (2003) afirma não haver uma ação mútua que envolva interação política de fato em contextos regidos pela forma institucional do personalismo, isto é, o Estado patrimonial, mas uma tímida associação. Assim, “a política não é uma forma de participação, mas de cooptação; ela é um significativo instrumento de inserção, não apenas político, mas também social e econômico” (CHAVES, *ibid.*, p. 43).

Ressaltamos que a ideia de Estado pela qual nos guiamos comporta tanto uma lógica moderna, marcada, no caso dessa pesquisa, por uma política de divulgação ⁶⁰ dos serviços públicos de saúde, quanto por uma lógica tradicional, pois para acessá-los as pessoas precisam submeter-se a um vínculo personalista com o Prefeito ou com uma rede de relações que o envolvam. Nesse sentido, vislumbramos, de uma forma geral, uma relação constituinte de um conjunto maior de relações pessoais, correspondente a um Estado patrimonial (WEBER, 2000, 2009; HOLANDA, 1995) que, por seu turno, contribui para uma “dependência social personificada” (CHAVES, 2003), convivendo ao mesmo tempo com instituições modernas que “disfarçam” (SCOTT, 1972) essa dependência.

Geertz (1963) percebe esse contraste no processo de independência pelo qual passou algumas sociedades africanas como a Nigéria onde, segundo o autor, a multietnicidade da população autóctone teve que passar a conviver com a ideia de Estado nação. Assim, a

⁶⁰ Existem sistemas de informações *online* desenvolvidos por órgãos ligados ao Ministério da Saúde onde o usuário do SUS pode entender o processo de marcação das consultas e tratamentos e como eles são regulamentados através das Secretarias Municipais de Saúde. Os principais deles são o Sistema de Regulação (SISREG) e a Autorização para Procedimentos de Alta Complexidade (APAC).

transferência de soberania de um regime colonial para um independente provocou uma mudança de poder: o que antes estava em controle estrangeiro passa para mãos nativas, provocando uma transformação de todo padrão da vida política, uma transformação de sujeitos em cidadãos e uma disputa entre os grupos culturais nacionais.

Nesse contexto, o Estado civil, desconhecido para os nigerianos, que brotou após o fim da colonização, na década de 1960, tem sua unidade ameaçada pelos conflitos étnicos resultantes de unidades políticas autônomas, desencadeando a Guerra Civil Nigeriana. Essa tensão, gerada pela contraposição entre lógica moderna e tradicional, agregou um sentido civil importante à vida social dos nigerianos, e, ao mesmo tempo, fez com que o Estado moderno fosse incorporado pela sociedade constituída de grupos sociais múltiplos, ganhando um sentido particular.

No caso brasileiro, Da Matta (1981) e Lanna (1995) já haviam atentado para a hibridez do Estado brasileiro. Lanna (*ibid.*) demonstra como a teoria da dádiva ensinada por Mauss abrange tanto as relações orientadas pela lei do mercado quanto aquelas que se firmam por um laço hierárquico e se distinguem da lógica individualista moderna, essas últimas englobando as primeiras. Por sua vez, Da Matta (*ibid.*) as pensa a partir de um dualismo que atravessaria todas as esferas da sociedade brasileira.

Contudo, o Estado (sendo este moderno ou tradicional) não é a única forma pela qual o poder e o político se constituem (LANNA, 2005), pois esses são domínios demasiado dinâmicos e complexos para serem clara e explicitamente definidos aqui. Mas se objetivamos compreender uma relação específica, resultante de um Clientelismo político que envolve Prefeitos e usuários de uma “casa de apoio” a qual encontra nos recursos públicos destinados à saúde um meio eficaz para se sustentar, temos que tomar o Estado como referência eminente de poder mesmo reconhecendo que há elementos como as redes sociais, por exemplo, que permeiam essa estrutura.

Para pensar o Estado a partir de uma lógica que seja complementar àquela que é orientada pelas leis de mercado, é preciso considerá-lo como um sistema de dádivas (MAUSS, 2003a), pois não é nossa intenção reduzirmos as trocas eleitorais a uma questão de “meios e fins” (SAHLINS, 1976). Limitar-se a esse tipo de lógica utilitarista seria desconsiderar a capacidade de significação simbólica dos nossos interlocutores e ir de encontro ao nosso interesse, tendo em vista que se trata aqui de entendermos os parâmetros subjetivos de atuação dos usuários da Casa num campo político que envolve estruturas de

poder (Estado e oligarquias locais), mas que é também composto por relações desenvolvidas no cotidiano da Oestana.

Geertz (1989, p. 15) nos alerta sobre a tolice de um “operacionismo dogmático” nas Ciências Sociais. Segundo ele, o social não deve ser construído de uma forma pragmática, porque a cultura não é uma razão para as coisas acontecerem, mas antes um contexto. Nesse sentido, a Antropologia para Geertz é, em última análise, interpretação, aliás, o próprio fato de escrever já seria, segundo ele, uma interpretação e por isso este autor a define não “[...] como ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”.

Como já foi exposto, a personalidade não é pressuposto exclusivo na relação entre “prefeitos” e “pacientes” ainda que as subsidie e as torne mais consistentes. Esse vínculo nos leva a pensar em um Clientelismo político que é resultado da centralização moderna do atendimento médico e dos seus tratamentos terapêuticos, mas é também, em certa medida, uma reedição da relação clientelista, cuja natureza não está baseada unilateralmente na personalidade, mas apresenta outras formas de circulação de bens e serviços através de redes de amizade e das trocas eleitorais mediadas pelo dinheiro, por exemplo.

Estamos lidando com uma versão de Estado “híbrido” no sentido weberiano, pois ele não é somente canalizado por uma lógica patrimonialista tradicional, baseada em poderes “senhoriais tradicionais”⁶¹ (WEBER, 2000, 2009, p. 148), mas por relações clientelistas produzidas também pela racionalização moderna dos serviços públicos de saúde (centralização e burocratização dos recursos e serviços da saúde) e, assim, a patronagem não seria obrigatoriamente um sistema que se opõe à burocracia (GELLNER, 1997 *apud* MARQUES, 1999), mas que a constitui e a modifica.

Ao tratar das relações pessoais nas sociedades mediterrâneas, Marques (*ibid.*, p. 140) argumenta que a patronagem se sustenta onde o acesso imediato a recursos é restrito e a presença de uma burocracia consolidada amenizaria tal problema. Para a autora, tanto a burocracia quanto a patronagem estariam, então, hierarquicamente relacionadas e “a racionalidade de um sistema não apenas estaria ausente no outro, como deveria ser atingida por este após um processo de modernização”.

Convertendo tal abordagem para a realidade da nossa pesquisa, vemos que nela o “prefeito” interfere no funcionamento da burocracia através dos vínculos que ele mantém com

⁶¹ Mesmo formada por profissionais liberais, a maioria dos Prefeitos das cidades atendidas pela Oestana é constituída por proprietários de terras que detêm certa hegemonia local e membros de famílias que tradicionalmente comandam o Poder Executivo do município há décadas.

órgãos, funcionários públicos e, em vez de ser uma alternativa para o acesso digno ao serviço público de saúde, ela se transforma em mais um denominador da relação de dominação exercida pelo gestor.

Tanto a patronagem que acontece a partir de uma relação diádica quanto àquela considerada uma “patronagem pública” (PALMEIRA, 2006), isto é, destinada a uma coletividade, aparecem como categorias específicas de transação, pois “o negociador tem o poder de dar ao respondente o benefício desejado; se o respondente cumprir a sua parte da transação, o benefício torna-se acessível” (MAYER, 1987, p. 146).

Entendemos que não podemos pensar o Clientelismo político somente a partir de sua dimensão política, pois ele comporta outras dimensões igualmente relevantes como a religiosa (compadrio), e a mística (santidade ⁶²), por hora nos deteremos à econômica.

Se a patronagem é, como coloca Lanna (1997), o traço econômico e o clientelismo o traço político de uma mesma relação de dominação, o “prefeito”, assim como o “patrão”, diz respeito aos dois aspectos. O autor afirma isso baseado na defesa de que, no Brasil, a economia não se constitui enquanto “esfera autônoma”, dependendo, assim, de outros domínios para ser entendida como “as diversas formas de dádivas, tais como, favores, proteções, concessões, distribuições de privilégios, etc.” (LANNA, *ibid.*, p. 2).

Por outro lado, para Mario Grynszpan (1990), apesar da patronagem fazer parte de uma mesma gramática que envolve o Clientelismo político, ambos não são constituídos de um mesmo princípio, ou pelo menos não de uma forma obrigatória. Segundo o autor, a patronagem pode ser “referida como uma relação através da qual se torna possível o acesso a bens, recursos, serviços e mesmo posições sociais que, de outra forma, não poderiam ser obtidos” (GRYNSZPAN, 1990, [s.p]). Sendo assim, o acesso a esses benefícios pode ocorrer por meio de um vínculo clientelista ou não.

Nessa perspectiva, as relações patronais ocorreriam, eventualmente, a partir do controle por um número reduzido de pessoas do “acesso a centros de poder, as agências de representação do Estado, a bens e serviços indispensáveis em sociedades com um forte componente agrário e um mercado fraco ou localizado” (*id.*, *ibid.*, *loc. cit.*), ou seja, há patronagem especialmente nos contextos rurais onde se observa o predomínio dos sistemas de *plantations* (WOLF, 2003; GARCIA, 1989; SCOTT, 1972). Mas como explicar a existência

⁶² Num estudo sobre a trajetória de Pe. Cícero, Antônio Braga (2007) demonstra como o sacerdote se transformou em líder político, religioso e jurídico no povoado de Juazeiro, CE, assumindo, assim, o posto de chefe político local.

da patronagem em sociedades que comportam Estados e economias modernas? Por meio de quais mecanismos ela ocorre e sob quais práticas é sustentada?

Na Oestana, o que observamos é uma relação política canalizada pela “amizade” ou por redes sociais para acessar bens e serviços, colorário da centralização dos serviços médicos e hospitalares especializados. Em ambos os casos, a adoção de uma política pública na qual o acesso às especialidades médicas e clínicas é restrito a polos estaduais tem contribuído para as relações de patronagem as quais não se apresentam estritamente como uma relação personificada, mas também de uma forma difusa, isto é, por meio de redes que detêm, sobretudo, conhecimento, informação e recursos.

Ainda que haja um esforço mais substancial por parte do governo em descentralizar nacionalmente o acesso aos bens e serviços públicos de saúde desde a Constituição de 1988 e da legislação infraconstitucional subsequente (lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990, normas e portarias regulamentadoras), como mostra Uga *et al.* (2003, v. 8, p. 418), ainda existe uma forte centralização nos centros regionais e, principalmente, nacionais do país.

Segundo Uga (*ibid.*), a iniquidade na alocação de recursos se dá pelo fato da distribuição ser realizada levando-se em consideração a expressividade da demanda regional e não de uma forma global, como reza a constituição e reforçam as NOBs (Normas Operacionais Básicas) que constituem a política de saúde do SUS. Tal regulação foi criada para estabelecer critérios e garantir o recebimento de recursos do FNS (Fundo Nacional de Saúde) pelos próprios municípios (BRASIL, 2003). Para a autora, a falta de uma política pública eficaz no âmbito federal é agravada pela inexistência de políticas estaduais nesse sentido e a consequência direta disso é a perpetuação das “desigualdades intermunicipais” (UGA *et al.*, *ibid.*, p. 436).

Assim, tanto o modo como a política local toma forma quanto aquele pelo qual as políticas públicas nacionais estão estruturadas, isto é, como estas comportam os organismos institucionais e as políticas que administram os recursos públicos incide diretamente na forma como as pessoas acessam bens e serviços públicos. Estando aquele também relacionado ao poder de aquisição de outros bens econômicos, sejam eles públicos ou privados, o fato é que há uma distribuição desigual. Portanto, assim como pensou Lanna (1997, p. 2), no Brasil, as relações econômicas são englobadas pelo político, e este fornece às outras esferas sociais subsídios para imprimir suas mais variadas formas, pois “o político tem a capacidade de englobar não só a religião, mas também, a economia e gerar um todo econômico”.

Temos então que o vínculo patrono-cliente, baseado numa relação diádica que ainda aparece fortemente na literatura referente ao clientelismo, não é uma regra da patronagem, mas um modo de manifestação desta. Tal constatação é importante para propormos não apenas uma alternativa à pessoalidade (posta como evidente nessas relações), mas, de uma forma mais abrangente, ao seu uso indistinto que contrapõe à lógica individualista moderna e a coloca como meio de superá-la ⁶³.

O fato é que não podemos enfatizar a lógica dual do Estado e da economia como algo evidente, relacionando indiscriminadamente as relações pessoais ao Clientelismo sem incluirmos e entendermos fatores como o contexto político e cultural no qual ele se desenvolve, além do sentido da dívida que ele comporta.

A patronagem é comumente relacionada ao Clientelismo porque nele as os laços se dão de uma forma hierárquica, porém, como sugerem as redes de clientela, eles não são sempre obrigatoriamente pessoais. De todo modo, concordamos com Lanna (*ibid.*) quando o autor coloca que não existe clientelismo sem patronagem e talvez decorra disso o fato de que, no Brasil, as relações de patronagem sejam sempre tratadas pela ótica do clientelismo (GRYNSZPAN, 1990).

Os Prefeitos que “compram” os serviços da Oestana o fazem em nome do Estado e patrocinam tanto econômica quanto emocionalmente aqueles que têm apenas esse mecanismo como possibilidade de acesso a um serviço de saúde. Se a Patronagem e a prática assistencialista são tidas como obrigação do Estado e, se o “patrão” ou, de uma forma mais ampla, as oligarquias são o próprio Estado, pode-se afirmar que o “prefeito”, no caso da Oestana, toma forma de Estado ou o “personifica” (LANNA, 1997), pois este último ocupa seu lugar, assumindo suas atribuições.

Essa personificação se dá, em grande medida, porque o “prefeito” não representa somente a esfera pública, mas o chefe de família provedor de dádivas e o “patrão” que possibilita o ingresso no mercado (*id.*, 1995). A etnografia realizada por Lanna (*ibid.*) em São Bento do Norte, RN, nos permite entender o Prefeito como o principal dono de barcos da cidade. Portanto, aquele que mais investe na economia municipal é a pessoa que mais emprega e a que mais concede favores. Sendo assim, o Prefeito não é apenas um chefe político, mas “o mais importante agente da economia” (*id.*, *ibid.*, p. 234), pois ele é responsável pelo ingresso no mercado, seja empregando pessoas, emprestando dinheiro ou permitindo o acesso aos serviços e recursos públicos.

⁶³ Essa ideia foi bastante difundida nos estudos culturais no Brasil, por hora basta citarmos Da Matta (1981) como um exemplo célebre dessa corrente.

O caso do “prefeito-patrão” exemplifica o argumento de Lanna (*ibid.*) de que o capitalismo não exclui estruturas hierárquicas, mas as redefine. De acordo com o autor, em São Bento do Norte, a instituição do compadrio está relacionada à lógica patronal e é “usada para fins políticos, implicando em uma sociabilidade não-capitalista” (*id., ibid.*, p.198). Ocorre que padrinho, assim como o “prefeito”, cliente da Oestana, é aquele que detêm os recursos (públicos e/ou particulares) para pagar, exercendo “controle sobre a possibilidade de ceder algo”, assim:

Vê-se que a figura do padrinho se associa não apenas à do patrão, mas ao dinheiro, ao mercado, à “força”, à cidade, ao chefe religioso e à cultura local. Em São Bento, os padinhos devem, necessariamente, pagar pelo batizado ou pela cerimônia de casamento (*id., ibid.*, p. 213, grifo do autor).

Outro aspecto significativo nas relações de patronagem é a “existência de estruturas sociais desequilibradas” apontadas por Márcio Caniello (1990). O autor atenta para sua predisposição em desenvolver-se onde haja relações sociais desiguais e isso reforça, de alguma forma, a nossa ideia de que o desequilíbrio entre “prefeitos” e “pacientes” é agravado pelo estado de saúde desses últimos.

Buscando entender um processo que levou a entrada da comunidade de São João Nepomuceno, MG, num sistema econômico moderno, implantado pelo capitalismo, Caniello (*ibid.*) toma a patronagem não apenas como fenômeno político evidente, mas tal qual um componente ético ordenador das relações sociais gerais.

Assim como Caniello (*ibid.*), Lanna (*op. cit.*) também apresenta o “patrão” como uma figura política cuja autoridade é alcançada por meio de suas qualidades pessoais e da capacidade de intermediar o ingresso no circuito de bens públicos e privados por aqueles que se encontram incapacitados de acessá-los.

Foi o que observou Norbert Rouland (1997) nos relacionamentos tecidos por pastores gregos, habitantes de uma região montanhosa no Norte da cidade de Janinna (na Grécia) e seus “patronos”. Rouland nota que a relação é estabelecida a partir da demanda de problemas com a burocracia jurídica, pois o acesso aos serviços oficiais do Judiciário, cujas unidades se concentram no centro urbano da cidade, depende dessa intermediação. Logo, o “patrono” geralmente é da urbe e conhece esse tipo de trâmite. Segundo Rouland, os profissionais liberais, os chamados “patronos urbanos”, são o elo entre os pastores e a cidade, assim como entre estes e o Estado. Diz Rouland (*ibid.*, p. 418):

O patrono, portanto, deve ser um urbano: médico, engenheiro, comerciante, o mais das vezes advogado, aliando as qualidades de jurista às vantagens de uma posição intermediária em relação ao Estado. Essa preferência explica a forte proporção de advogados no Parlamento: são eles que têm o maior número de clientes.

A compreensão dessa mediação é fundamental para entendermos como os “prefeitos” se tornam agentes do acesso aos serviços públicos oferecidos pelo Estado. Nesse sentido, as contribuições de Lanna (1995) acerca do Estado redistribuidor a partir da análise das relações de patronagem no Nordeste são elucidativas.

Como vimos, para Lanna (*ibid.*), devemos entender as relações de Patronagem associadas a uma análise do Estado, pois, segundo ele, ambos se fundam a partir do mesmo princípio de troca e se transformam mutuamente. Para fundamentar sua discussão, o autor contrapõe o conceito de “dádiva” explorado por Mauss ao de “mercadoria” desenvolvido por Marx e seus discípulos. É baseado na primeira ideia que Lanna analisa a relação entre poder local e Estado, empregando a noção de “prestações totais” que irão implicar sempre e simultaneamente em “reciprocidade” e “hierarquia”.

A partir do conceito de “reciprocidade hierárquica” que implica em uma forma de redistribuição desigual baseada na lógica da dádiva, Lanna (*ibid.*) traz uma visão pouco explorada do Estado brasileiro e alternativa àquela predominante no campo acadêmico a qual faz uma rigorosa distinção entre sociedades capitalistas e tradicionais. Indo de encontro a isso, Lanna apresenta um conjunto de práticas sociais que, apesar de estar inserido em um contexto marcado pelas relações de mercado, detém uma lógica particular, podendo ser entendido por uma ótica tradicional, movida pelas trocas recíprocas e pela hierarquia.

Essa leitura não é contrária, mas complementar àquela de um Estado operado pela lei impessoal do mercado e fundado no individualismo. Em suma, o Estado apresentado por Lanna é “híbrido” (WEBER, 2000, 2009), comportando dupla composição: a lógica da “redistribuição” e a do individualismo.

Tal combinação foi, precedentemente, apontada por Caniello (1990) que revelou a existência de uma “dupla ética” da patronagem como elemento colaborador das relações sociais que essa pressunha, pois ao analisar as mudanças institucionais de uma cidade do interior de Minas Gerais a partir do Carnaval, o autor assinala “o dilema ético de uma sociedade de tradição pessoalizante e sua inserção no mundo impessoal que o capitalismo parece supor” (CANIELLO, *ibid.*, v.5, [s.p]). Caniello demonstra que, ao ingressar num processo de modernização econômica, a cidade não passou por um previsível “declínio da pessoalização”, mas, inversamente, adaptou-se a essa transformação.

A partir do caso da Oestana, é possível afirmar que, apesar dos papéis de “patrão” e “empregado”, “patrono” e “cliente” ou “prefeito” e “paciente” corresponderem a uma relação social vertical, esta pode apresentar certa aproximação (como a afetividade fruto da doença) que a compõe de uma maneira distinta das demais relações sociais desiguais, como no compadrio apontado por Lanna (1995).

Mesmo que o laço com o “patrão” ou com o “prefeito” implique em uma inclusão na lógica de redistribuição estatal — que, no caso da Oestana, não ocorre de forma generalizada, pois ela depende de fatores como o voto—, tendo em vista que ele representa um vínculo direto com o Estado, o “patrão” ou o Estado tende “a minimizar arbitrariamente suas políticas redistributivas” (LANNA, *ibid.*, p. 228). Em síntese, a retribuição de dádivas ocorre mais fortemente no plano “intrapatronal”, ou seja, entre os membros da elite.

Ao tratar da “redistribuição” realizada pelo Estado, Lanna (*ibid.*) faz uma comparação entre este e o “patrão”, porque, segundo o autor, há uma relação entre a “retribuição mínima” para os que se encontram em uma situação periférica com as trocas “intrapatronais”, ou seja, entre “patrões”. Para Lanna, as trocas que movimentam um montante maior de dinheiro e benefícios estão centralizadas no vínculo entre os “patrões”. Em outras palavras, a distribuição de bens ocorreria apenas entre os “hierarquicamente superiores”, não havendo uma assistência real para aqueles desconectados de uma rede de relações.

Encaramos a noção de assistência não somente do ponto de vista do Estado, isto é, no sentido de “redistribuição” colocado por Lanna, mas também como um instrumento político de negociação e como um fato empírico que nos conduziu a um complexo campo específico de poder, intrinsecamente relacionado a sistemas políticos locais que remodelam as relações entre governantes e governados, o que não significa dizer que essa assistência (no caso dos usuário da Oestana, médica e hospitalar) se dê de uma forma geral e igualitária .

2.2 VELHAS HISTÓRIAS, NOVOS ATORES? REPESANDO AS MODALIDADES DE PODER LOCAL

O Estado é, em certa medida, extensão do poder local como escreve Lanna (1995) e sua prática redistributiva precisa ser apreendida a partir das práticas patronais tal qual aponta esse autor. Assim, a redistribuição dos bens e serviços públicos de saúde, no contexto da Oestana, obedece a uma lógica pela qual se atende a outras demandas municipais tanto públicas quanto particulares. Portanto o acesso a tais recursos depende da relação estabelecida

com o “prefeito”, “o chefe local”, ou com os contatos mantidos em uma rede de relações que o integra.

Nesse sentido, refletir sobre as relações políticas no Brasil tem sido ao longo dos anos pensar uma relação intransponível entre “dominados” e “dominantes”. Na maioria das vezes, analisá-las tem implicado em fazer alusão às relações pessoais e a toda sorte de práticas que colocam os seus partícipes como atores de um sistema político “personalista”.

A pessoalidade se tornou uma espécie de epifenômeno da sociedade e virou explicação imediata e única para toda sorte de fenômeno político no Brasil como a dominação o é para os mais variados contextos, inclusive o nosso. Mas isso não significa que devemos enterrar as análises construídas a partir de “sistemas políticos tradicionais” ou pelo menos não sem antes tirar delas algum substrato que nos ajude a pensar os domínios políticos contemporâneos e suas categorias.

É a partir dessa perspectiva que tratamos o Coronelismo, não enquanto princípio para nossa análise — e por isso mesmo não o incluiremos como possibilidade teórica desse trabalho —, mas como uma instituição política que influenciou a formação do imaginário social e político tanto do sertão quando da costa do Brasil. Além disso, o coronel, assim como os agentes políticos clientelistas, é uma espécie de mediador e não se enquadra necessariamente no posto do senhor de terras, como aponta Cintra (1974, p. 31, grifo do autor):

A discussão do coronelismo realça o papel do “mediador” entre o Estado ou, mais geralmente, as instituições políticas centrais e a população interiorana exercido pela eminência de aldeia, quase sempre o proprietário de terras, mas as vezes, também, o comerciante, o médico ou o farmacêutico da pequena localidade.

A figura do coronel “autossuficiente” (JANOTTI, 1981) é emblemática no sentido de o concebermos enquanto sujeito absoluto e imperante em uma relação política. Essa ideia quase sempre foi suficiente como fonte explicativa do poder nos contextos onde a pessoalidade se fazia presente nas diversas esferas da vida social.

No nosso campo de estudo, não distinguimos coronéis “autossuficientes”, mas Prefeitos que desenvolvem múltiplos mecanismos de persuasão política os quais não podem ser classificados somente pela capacidade de trocar favores, mas que fortalecem suas candidaturas de uma forma negociada e, ainda disputada, porém, mais elaborada, disfarçando assim a sujeição.

Na Oestana, encontramos Prefeitos portadores de artimanhas e articuladores de novos arranjos políticos cuja atuação se dá em um contexto que, mesmo apresentando elementos do mundo rural ⁶⁴, é urbano e contemporâneo.

Não vislumbramos o fenômeno do Coronelismo como continuidade histórica de um sistema político de dominação pertencente a um passado distante, pois ele se restringiu à República Velha: quando a decadência do poder exercido pelos fazendeiros precisou ser reforçado pelo Estado, resultando na aliança entre os coronéis e o governo a qual Victor Nunes Leal (1975) define como um acordo entre o poder público e o privado que caracterizou as relações coronelísticas.

Para Leal (*ibid.*), o Coronelismo seria um “compromisso” entre o poder público e o privado que na prática se traduziu em uma convivência necessária entre a democracia e a economia agrária frente aos sinais de falência apresentados pelos fazendeiros e, por outro lado, o governo precisava de apoio para se consolidar como poder soberano. Em razão disso, havia uma relação de “interdependência” (BRAGA, 2007) entre o poder local e o estadual que, segundo Carvalho (2000), foi mais um fortalecimento do poder do Estado do que a preponderância dos coronéis.

Contudo, mesmo apresentando diferenças e particularidades, o Coronelismo é um sistema político restrito ao poder de mando local, diferentemente do Clientelismo que, apesar de também ser um traço do mandonismo tradicional (CARVALHO, 1997), apresenta uma maior variabilidade, tendo em vista que “as relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois elas se dão entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo” (*id., ibid.* [s.p]).

No caso da Oestana, o Clientelismo aparece embebido em uma dimensão institucional que lhe camufla e lhe dá um status “oficial”, atuando não somente como unidade de poder local, mas a partir de uma escala regional e lançando mão de um mecanismo estatal, a saber, o serviço público.

Seguindo as orientações de Sahlins (1990), podemos nos perguntar se os “prefeitos” não seriam, em certa medida, “coronéis-modernos” já que alterações históricas e mudanças

⁶⁴ Alguns municípios da Mesorregião do Oeste Potiguar atendidos pela Oestana apresentam suas Zonas Rurais com significativa densidade demográfica e, em alguns casos, a população rural chega a ultrapassar a urbana segundo dados do Censo Demográfico 2010 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Este é o caso, por exemplo, dos municípios de Encanto com 3.101 residentes na Zona Rural de um total de 5.231 habitantes; Riacho de Santana com 2.446 de 4.156; Severiano Melo: 3.634 dos 5.752 munícipes e Venha Ver que apresenta 2.622 de um universo de 3.821. (Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 23 de abril de 2011).

culturais não implicam diretamente no fim de uma dada estrutura, mas na sua reinvenção (SAHLINS, *ibid.*; LANNA, 1995). Por conseguinte, diferentemente do que faz Villela (2004, p. 26), talvez não possamos “retirar os coronéis de cena para verificar o que restou”, já que eles não foram enterrados do ponto de vista das estruturas locais, mas devemos repensar esses papéis não apenas enquanto recurso histórico, mas como modelo transformado de liderança local.

Esses senhores da “vida” e da “morte” (LINS *et al.*, 1984) parecem sempre estar numa posição que é valorizada pela falta. Se na República Velha a miséria, esquecida pela tímida presença do poder público central, reforçava a existência dos “coronéis” protegidos pelas dificuldades de comunicação e pelo isolamento geográfico; no caso particular dessa pesquisa, é a centralização moderna dos polos de atendimento médico e hospitalar especializado que fornece espaço para os Prefeitos recuperarem as prerrogativas de “coronéis”.

A contribuição do Coronelismo para essa reflexão é no sentido de pensarmos a dimensão íntima da relação Prefeito-usuário, porque observamos que, quando levada para a esfera privada, ela ganha uma falsa ideia de igualdade. Portanto, trata-se de uma dependência vital já que o objeto de barganha é a própria vida, o que torna a equidade dessa relação ainda mais comprometida.

De todo modo, o Coronelismo enquanto modalidade de poder político local é limitado para pensar nosso problema, pois estamos preocupados com uma lógica política particular, mas não invariavelmente local. Além disso, ele vigorou enquanto sistema político relacionado ao universo agrário num contexto político pós-colonial e correntemente relacionado à pessoalidade, portanto, diferente do que temos nos ocupado.

Inversamente, consideramos o Clientelismo não apenas como instituição constituinte de realidades restritas aos sistemas políticos “arcaicos” ou exclusivos às sociedades “subdesenvolvidas”, mas, sobretudo, como instrumento de reflexão e índice comparado para pensar a manutenção da relação entre “prefeitos” e “pacientes”, porém, não de uma forma dogmática, asseverando inclusive que ele não pode ser pensado como um padrão formal de relações e restrito a contextos políticos “tradicionais”.

2.3 CLIENTELISMO: UM FENÔMENO CONTEMPORÂNEO

Apesar de o Clientelismo ser frequentemente relacionado à política tradicional e equiparado a outras modalidades de poder baseadas no mandonismo local, ele apresenta uma variabilidade que nos permite caracterizá-lo como um fenômeno moderno e urbano. Ao

contrário do Coronelismo, ele não se restringe a um determinado período histórico, mas é resignificado politicamente e, no caso da nossa pesquisa, envolve uma instituição formal, o Estado, utilizando-se de seus bens e serviços como subsídio para as relações que opera.

Tanto no contexto nacional quanto em outros países, o Clientelismo político tem sido basicamente discutido a partir do laço patrono-cliente que é geralmente colocado como uma relação alternativa àquelas estabelecidas no ceio das instituições formais (SCOTT, 1972; WOLF, 2003). No Brasil, essa discussão passa pela analogia às relações agrárias, expondo um vínculo de subordinação entre patrão e empregados e convergindo na ideia de um Estado patrimonial que atende a interesses dos amigos e parentes dos governantes.

Tal fato nos leva a pensar que as categorias burguesas de público e privado se definem mutuamente e, nesse sentido, a moral e valores como a lealdade interferem na razão do Estado. Assim, as relações clientelistas não dependem mais das ações do coronel, pois elas passaram a ocorrer entre “o governo, ou políticos, e setores pobres da população” (CARVALHO, 1997, [s.p]).

Ao escrever sobre a “razão clientelista”, Carvalho (2000) demonstra como Rui Barbosa teve que enfrentar os pedidos de pessoas, dentre elas amigos e familiares, através de cartas endereçadas a ele quando assumiu o Ministério da Fazenda durante a Primeira República. O Ministro atendia aos pedidos coagido pela obrigatoriedade moral a qual não ignorava o fato dos recursos públicos serem usados para fins particulares.

Carvalho (*ibid.*) faz referência a um Estado provedor direto de recursos e bem-estar que seria o reflexo de uma sociedade baseada na pessoalidade, pois “a troca desigual no campo político era uma extensão das trocas sociais no campo social e, assim, o patronato hierárquico era transferido para o campo político, o governante tornava-se o patrão, o protetor, o pai” (CARVALHO, *ibid.*, p. 20). Dessa forma, as cartas analisadas por Carvalho revelam que o discurso republicano sobre igualdade não passou do campo das ideias e, segundo o autor, ela era alheia a nossa cultura (*id.*, *ibid.*).

Restringir o Clientelismo à relação diádica de dependência econômica entre um chefe político local e seus subordinados seria negar a diversidade empírica desse fenômeno. Primeiro, porque a esfera política não é a única pela qual ele se manifesta; em segundo, essa proposição não explora o mercado simbólico de trocas que ele engendra e que, desde muito, tem sido debatido por autores como Mauss (2003a), Lévi-Strauss (1976) e Bourdieu (2007).

É importante ressaltar que esse não é um esforço de enquadrar as relações entre “prefeitos” e “pacientes” em um modelo estático de trocas cujas propriedades deem conta em

absoluto de uma dada relação política, trata-se de substituir o sistema pelo seu substrato, ou seja, o que nos interessa por hora não é o Clientelismo enquanto arquétipo histórico, ou seu modelo analítico geral, mas o que podemos avançar a partir das relações que ele envolve, passando pelo entendimento não somente dos seus aspectos mais evidentes, como o econômico e o político, mas das suas dimensões simbólica e afetiva também.

É importante perceber que a troca de favores é, por excelência, o que define as relações de clientela, independentemente, da abrangência e das funções assistencialistas que venha a assumir. Ocuparemos aqui da discussão do Clientelismo⁶⁵ enquanto um arranjo político constituído a partir de práticas cotidianas que se desdobram num universo cultural e político específico, o qual envolve a Oestana.

As relações clientelistas não são exclusivas às sociedades patriarcais e nem são reservadas às regiões com industrialização tardia. Ao escrever sobre o Clientelismo em países “desenvolvidos”, Rouland (1997) aponta de que modo fatores como a migração e a tecnocracia fazem surgir relações clientelistas. O autor demonstra como essas relações estão dispostas em contextos contemporâneos, referindo-se àquele instituído em Nova York no século XIX pela Máfia durante a onda de imigrantes italianos. Segundo Rouland, o clientelismo da Máfia era exercido de duas formas: “os chefes” eram os únicos que se dispunham a acolher os imigrantes italianos e a lhes oferecer o mínimo de segurança e, além disso, representavam um “modelo de relações sociais ao qual eles estavam acostumados em seu país de origem” (ROULAND, *ibid.*, p. 430).

Rouland (*ibid.*) tece considerações acerca das relações clientelistas que nos levam a pensar em um clientelismo desterritorializado. Segundo ele, as relações clientelistas não ficaram restritas a Roma e nem são exclusivas ao mundo agrário, mas se manifestam em contextos hodiernos, onde o débito comanda as relações sociais. Para o autor, há sempre um “endividamento” como sinal de entrada, ou seja, o ingresso no sistema clientelista se dá a partir da “contração de uma dívida”.

Aquele autor atentou também para as relações clientelistas que podem apresentar um caráter não-político, como acontece entre aquelas cuja “dimensão religiosa” opera o relacionamento paternal entre os Santos e seus fiéis nos países mediterrâneos. No Brasil, temos como exemplo modificado Cícero Romão Batista, o “Padrinho Cícero”, que ficou

⁶⁵ Quando citarmos Clientelismo estaremos nos referindo a instituição totalizante que comporta valores e representações comuns aos seus participantes; já clientelismo diz respeito ao conceito elaborado por diversas correntes teóricas em relação a esse fenômeno.

conhecido como o “pai dos pobres” e cuja trajetória (religiosa e política) o consagrou como um chefe local.

Braga (2007) analisou como Pe. Cícero transcendeu de líder religioso para líder social e político, bem como de padre a “padrinho” do povo miserável do sertão do Ceará por meio da difusão de uma figura carismática e de homem detentor de um patrimônio, chegando a ganhar fama de “Coronel do Cariri”.

De acordo com Braga (*ibid.*), a partir de um milagre protagonizado pela beata Maria Araújo no qual a hóstia decompôs-se em sangue em sua boca, ocorreu uma espécie de hierofania que transformou a pequena vila de Juazeiro, CE, em um território sagrado, liderado por um sacerdote que se tornaria um homem igualmente santo, o “Padrinho Cícero”.

Ao defender o milagre, Padre Cícero contrariou a posição do então segundo Bispo do Ceará, Dom Joaquim, e se aproximou de uma forma pessoal dos romeiros, os quais eram, em sua imensa maioria, pobres, desviando-se, assim, da hierarquia eclesiástica e assumindo um personagem extraordinário de dimensões “mítica” e “mística” como frisa Braga (*ibid.*, p. 204). O sacerdote passou, então, a desempenhar um papel que extrapolava o exercício religioso, pois a assistência física e material aos menos abastados começava a fazer parte dos seus atos.

As doações realizadas pelos romeiros levaram o sacerdote ao status de proprietário, concedendo-lhe importância econômica a nível local. Na mesma medida, a conjuntura política, caracterizada por uma sociedade clientelista, contribuiu para a sua participação no campo político, levando-o a manter relações de dependência movimentadas por barganha e interesses entre o poder local, representado por Pe. Cícero e outros coronéis e o poder Estadual, liderado por Franco Rabelo, bem como o federal que era constituído por Machado Pinheiro (*ibid.* p. 212). Além disso, a filiação ao extinto Partido Republicano Conservador (PRC), o fato de ter sido Prefeito de Juazeiro em 1911 e de ter participado da Guerra de 1914⁶⁶ marcaram a trajetória política do religioso.

Devido à aquisição de poder político e econômico, Pe. Cícero foi considerado como mais um coronel local, ganhou prestígio e passou a representar um homem santo para os seus afilhados e protegidos. De acordo com Braga (*ibid.*), era esse caráter religioso que caracterizava as relações clientelistas entre o padre e os romeiros.

⁶⁶ Pe. Cícero se envolveu na guerra alegando a necessidade de se garantir a ordem social e política (BRAGA, 2007, p. 216), pois o confronto que ocorreu entre as oligarquias cearenses e o Governo Federal tinha como intuito interferir na política estadual da qual o sacerdote já fazia parte.

Segundo algumas passagens do testamento escrito pelo sacerdote citadas por Braga (*ibid.*), Pe. Cícero reconhecia que, apesar de não almejar agir na política, fazia-o em nome das injustiças e desigualdades sociais. Para o autor, a involuntariedade para ingressar na política constituía a natureza da dominação exercida pelo padre:

O religioso surge como alguém que agiu voltado para um fim que se ligava não à questão do poder em si, mas em defesa do Juazeiro, cidade que era vista por ele tanto como um espaço de hierofania, quanto como *locus* no qual Deus havia lhe confiado a missão de acolher aqueles que lá chegavam, pedindo socorro material e espiritual (BRAGA, *ibid.* p. 220).

A imagem de Pe. Cícero era concebida por meio de um caráter religioso com o qual a violência não se coadunava e a partir do qual um “ethos religioso” operava as relações entre ele e os romeiros. Outros elementos como o parentesco espiritual (compadrio) distinguia essa relação dos demais vínculos clientelistas, provocando uma espécie de diluição do poder pela sacralidade, pois, embora Pe. Cícero tenha participado de conflitos armados, seu status de homem santo não foi descartado.

Portanto, ainda que compusesse a mesma estrutura de relações dos coronéis tradicionais, Pe. Cícero constituía também a esfera sagrada que o diferenciava dos outros coronéis, disfarçando, assim, o Clientelismo.

É como se a relação entre Pe. Cícero e seus romeiros tivesse sido marcada por uma espécie de clientelismo católico, no qual os aspectos morais e religiosos se encarregaram de dirimir aquilo que o poderia aproximar do coronelismo político, no seu lado mais perverso, notadamente a questão da violência (*id.*, *ibid.*, p. 234).

Braga (*ibid.*) conclui que o termo coronel não se aplicava indiscriminadamente ao sacerdote, mas este fazia parte de uma estrutura clientelista e estabelecia relações com os seus atores. O caso do santo do Juazeiro, CE, é elucidativo no sentido de revelar que existem muitas possibilidades de formação das relações clientelistas, pois elas envolvem outros elementos que diversificam a reação diádica entre dominantes e dominados.

Carvalho (1997) faz menção à alteração nos parâmetros tradicionais — pelos quais convencionalmente se definiu o mandonismo local — através da mudança de status social dos coronéis e da própria ideia de territorialidade que aqueles pressupunham:

Da imagem simplificada do coronel como grande latifundiário isolado em sua fazenda, senhor absoluto de gentes e coisas, emerge das novas pesquisas um quadro

mais complexo em que coexistem vários tipos de coronéis, desde latifundiários a comerciantes, médicos e até mesmo padres. O suposto isolamento dos potentados em seus domínios também é revisto (CARVALHO, *ibid.*, [s.p]).

Conquanto se observe realidades constituídas por redes de “interconhecimento” (MENDRAS, 1978), como é o caso das que envolvem a Oestana, ressaltamos que a pessoalidade não é uma obrigatoriedade das relações clientelistas. Em outras palavras, o vínculo pessoal não garante absolutamente a existência do clientelismo: o que antecipa e assegura sua existência é a obtenção de uma dívida seja ela material ou não-material, que tenha origem em sociedades de maior ou menor escala.

Independentemente da abrangência do clientelismo, ele apresenta uma lógica “particularista” (DINIZ, 1982) que diz respeito à forma segregacionista pela qual os recursos são distribuídos (sendo direcionados a uma parcela específica da população) e não necessariamente à presença da pessoalidade. Portanto, o aspecto particularista das relações clientelistas não implica obrigatoriamente em uma prática operada a partir de moldes políticos personalistas.

Apesar da pesquisa de Diniz (*ibid.*) se inserir em uma abordagem macrossociológica, distinguindo a formação de uma clientela mais complexa e diferenciada, há um ponto que a aproxima daquela desenvolvida por Lanna (1995), a saber, ambas apontam para uma lógica patronal que restringe o acesso a bens, recursos e serviços a um grupo selecionado de pessoas. Além disso, em ambos os autores, observa-se a ênfase no caráter de mediação que os políticos assumem perante o Estado, conduzindo-nos a pensar a prática política a partir de uma lógica clientelista particularizante.

Para Diniz (*ibid.* p. 42), quando essa “função clientelista é desempenhada através da complexa engrenagem da máquina, adquire uma dimensão maior, permitindo o desdobramento do seu raio de ação e o alargamento de suas bases de sustentação”. Ou seja, há várias modalidades de clientelismo e quando os vínculos de patronagem atingem um elevado grau de “organização” e “centralização” (DINIZ, *ibid.*), constituem-se em máquinas de clientela.

Diniz demonstra que o elemento definidor da ação da máquina, isto é, a concessão de benefícios de maneira individual não é mais identificada apenas pela existência de vantagens pessoais, pois essa “nova clientela” estaria formada por grupos vastos e heterogêneos, distinguindo-se do vínculo pessoal, convencionalmente, atribuído às relações clientelistas. Sendo assim, os favores não são mais direcionados a atores individuais (*id.*, *ibid.*), mas benesses que atendem a uma coletividade.

Contudo, no Clientelismo marcado por vínculos interpessoais, que envolve relações e instituições tradicionais, assim como naquele caracterizado por princípios republicanos tal qual o voto e pelo intercâmbio recíproco de favores (mantido entre grupos externos a máquina), a lógica clientelista particulariza as relações mantidas com a esfera pública, pois, segundo Diniz (*ibid.* p. 37), ela compreende demandas específicas e critérios particularistas, envolvendo:

Tanto o Clientelismo personalista, baseado na relação líder-seguidores, quanto o clientelismo partidário, reforçando a identificação dos eleitores com a sigla partidária, ou ainda o clientelismo de categoria, que se fundamenta do eleitor com as questões substantivas, ligadas aos interesses corporativos, profissionais ou religiosos, isto é, interesses de categorias específicas.

A máquina política-eleitoral liderada por Chagas Freitas, conhecida como o “grupo chaguista”, marcou a política no Estado do Rio de Janeiro de 1965 a 1979 e manteve uma hegemonia a nível estadual nesse período, deixando traços da lógica clientelista que operava na chamada “política de comunidade” fluminense (DINIZ, *ibid.*).

O chaguismo, termo pelo qual Diniz se refere a essa política, denomina a prática que consistia no uso do patrimônio público para obtenção de sucesso eleitoral por Chagas Freitas que governou os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara entre as décadas de 1970 e 1980. Segundo a autora, o “chaguismo” alicerçou as relações entre a máquina pública e os candidatos a cargos eletivos e grupos políticos de interesses particulares (as “máquinas de voto”) distribuídos por bairros e comunidades carentes do estado do Rio de Janeiro.

A política particularista desenvolvida não somente por Chagas Freitas, mas também pelos seus aliados apresentava uma clientela específica que se formava a partir do contato com grupos sociais organizados. A penetração dos políticos em setores urbanos de unidades territoriais específicas através de laços familiares, religiosos ou de categorias profissionais gerou um contingente exclusivo de eleitores.

Essas “clientelas grupais” eram constituídas a partir dessa aproximação com determinado bairro que, segundo Diniz (*ibid.* p. 124) era o resultado da prática política local, desenvolvida pelos Poderes Municipal e Estadual os quais inseriam esses grupos em uma rede clientelista:

O voto da máquina se constrói sobre clientelas específicas que se definem por áreas de residência, caracterizadas por toda uma estrutura de vínculos envolvendo as lideranças locais, os políticos aí influentes, as autoridades estrategicamente situadas nos órgãos locais, como nas administrações regionais, delegacias fiscais, inspetorias

de renda, divisões de edificações, distritos de obras de conservação, distritos educacionais, postos de saúde e hospitais e, num nível superior, o sistema administrativo estadual.

De acordo com Diniz (*ibid.*), a “política de comunidade” se caracteriza por redes de interconexões que articula a ação dos políticos a grupos de clientela como escolas de samba, associações de favelas e “banqueiros” ligados ao “jogo do bicho”. Esses segmentos sociais demandam, por seu turno, bens e serviços os quais beneficiam conjuntos mais amplos de pessoas, movimentando uma ampla clientela.

Nesse sentido, o político atua numa posição de mediação a qual “privatiza” o acesso a bens públicos (GRAZIANO, 1973 *apud* DINIZ, *ibid.*), uma vez que canaliza essa obtenção a partir da sua rede de relações, seja ela operada pela lógica de parentesco, de amizade ou estritamente eleitoral.

Assim, os projetos apresentados pelos políticos chaguistas (nesse caso, deputados e vereadores) iam além do legislativo, ou seja, eles tinham um significado político, pois suas ações clientelistas pontuais (como o pedido de iluminação ou pavimentação de uma determinada rua) beneficiavam um grupo de pessoas em particular, isto é, os projetos de lei defendidos pelos parlamentares tinham como alvo um grupo de eleitores em especial. Por conseguinte, Diniz (*ibid.* p. 22) coloca que os objetivos da máquina estavam voltados para um “perfil multidiferenciado e segmentado de representação de interesses”, o que reforça a ideia de uma política particularizante.

No contexto investigado por aquela autora, a natureza da relação clientelista não é mais definida pela barganha entre uma prótese dentária e o voto recíproco do beneficiado. A dívida é iniciada a partir de concessões, como posições na hierarquia das máquinas, iluminação pública, isenções fiscais, obtenção de licenças, empregos e cargos na administração local etc. em troca de apoio político de comunidades inteiras.

À semelhança desse clientelismo detectado por Diniz, aquele que sustenta e ao mesmo tempo se fortalece nos serviços da Oestana é múltiplo, ou seja, ele se manifesta de diferentes maneiras e apresenta diversos sentidos. Nossa investigação tem revelado que existe um arranjo clientelista mais formal, isto é, intrinsecamente ligado ao Estado, que envolve em geral os “prefeitos” e os seus “amigos” e cujos bens de troca são originários dos recursos públicos, definindo-se como consultas exames, cirurgias, remédios, etc.

Por outro lado, há também uma disposição clientelista mais sutil, cujo gênero não tem uma denotação necessariamente política, ocorrendo de uma maneira informal e que pode ser

observado, eventualmente, numa relação entre uma dona-de-casa e uma empregada doméstica, por exemplo, sendo, nesse sentido, patronal, mas não necessariamente política.

Portanto, a troca de favores se dá tanto na dimensão individual como entre os grupos sociais movidos por interesses comuns, envolvendo ou não um sentido político. Dito de outro modo, pensar o Clientelismo somente por meio do intercâmbio de favores entre um chefe local que detém poder e influencia a nível regional e um trabalhador rural, não corresponde às novas expectativas, resultantes da inserção de demandas atuais no campo político.

Desse modo, o Clientelismo presente nas relações que investigamos envolve Prefeitos e usuários, tendo como objetos principais de barganha votos e consultas, mas ele tem uma amplitude social maior, pois engloba uma coletividade composta por eleitores, doentes, “acompanhantes”, “despachantes”, cabos-eleitorais, políticos, “amigos”, redes, etc. Isso torna a direção e a composição das dádivas múltiplas: os “despachantes”, por exemplo, são beneficiados por indicações, informações, caronas, “confiança”⁶⁷, etc. que partem não somente de uma pessoa (um “prefeito”), mas são trocas que podem surgir de uma rede de confiança formada por conhecidos, ou por “amigos”.

Ao discorrer sobre a existência de uma “rede clientelista”, alimentada por uma “máquina político-partidária”, Diniz (*ibid.*) demonstra como ela afasta as pessoas de serem assistidas através de seu direito próprio como cidadãos e passam a ser auxiliadas por um sistema de concessão de benefícios, fundado numa lógica que particulariza e individualiza tal redistribuição.

Diniz chama atenção ainda para o fato de essa lógica definir o vínculo clientelista como uma relação que não tem uma denotação unilateral, ou seja, o político tem interesse em alargar esse laço, expandindo-o para outros setores sociais e, assim, aumentando sua votação. Por outro lado, o eleitor também se esforça para se manter agregado a uma rede de clientela, isto é, vincular-se à esfera pública, pois é nela que está a garantia de acesso a determinados serviços.

Segundo a autora, quando se faz parte de um sistema desigual de distribuição de recursos, o contato direto com um político ou com uma “máquina” que o apoie é fundamental para o acesso a determinados serviços. Assim, “os vínculos clientelistas diferenciam-se,

⁶⁷ A confiança é sempre colocada como algo central na Oestana. Os “funcionários são todos de confiança”, como me relatou Higor certa vez ao ser indagado sobre a contratação deles. A “confiança” está presente em diversas relações: na que envolve Prefeitos e usuários; Prefeitos e “despachantes”; “despachantes” e usuários; Oestana e Prefeituras; etc. A distinção é facilmente percebida quando analisamos o grupo dos motoristas das ambulâncias, por exemplo: aqueles tidos como “de confiança” geralmente estão há algum tempo transportando os “pacientes”; já aqueles que vêm com menos frequência à Casa ou são novatos constituem relações mais frouxas.

incluindo desde os laços interpessoais do clientelismo tradicional até a rede de articulações envolvendo grupos e mesmo organizações externas com as quais a máquina mantém relações de reciprocidade” (*id.*, *ibid.*, p 216).

É válido perceber que o Clientelismo detectado por Diniz na “política de comunidade” fluminense vai além da dimensão interpessoal, já que ele se caracteriza enquanto “clientelismo de máquina”, onde a lealdade e a reciprocidade não partem de uma pessoa em direção a outra, mas de grupos de interesses a patrocinadores políticos, e vice-versa.

A autora nota que os políticos desenvolviam uma relação próxima com os representantes das comunidades, e através desse vínculo estabeleciam uma relação de clientela com grupos sociais mais amplos. À semelhança de outros casos empíricos, temos um clientelismo pautado em relações cujos investimentos não se restringem apenas a uma relação diádica, mas se expressa a partir de relações multilaterais.

No caso da Oestana, observamos que as relações clientelistas ocorrem tanto de forma interpessoal quanto a partir de redes de relações. Contudo, no contexto da Casa, além de contribuir para sua constituição e funcionamento tal qual o caso da política de comunidade nos bairros cariocas, as redes servem para garantir a lealdade na relação clientelista.

Apesar de boa parte dos usuários da Oestana residirem na Zona Rural de suas cidades, assim como a pesquisa desenvolvida por Diniz (*ibid.*), nosso trabalho tem revelado um Clientelismo político revelador de uma especificidade médica e praticado, sobretudo, em um contexto urbano que, mesmo expondo um vínculo interpessoal em alguns momentos, também traduz a troca de favores entre grupos locais movidos por interesses comuns. Tal intercâmbio também pode ser observado no nosso campo de estudos, cuja pesquisa revelou, dentre outros arranjos, uma troca de favores que não é somente interpessoal, mas ocorre entre redes de “amigos”.

Contudo, endossamos a ideia de Diniz (*ibid.* p. 215) acerca das relações clientelistas quando ela afirma que o Clientelismo não corresponde obrigatoriamente a um modo personificado de se conceder favores, pois as novas clientelas, envolvidas com as máquinas políticas, definem-se por um caráter grupal, resultante do desenvolvimento de populações urbanas que movimentam trocas as quais envolvem uma coletividade.

A partir do trabalho de Diniz (*ibid.*), é possível afirmar que, mesmo abrangendo um contingente populacional maior, a existência de uma máquina política, operada por uma lógica clientelista não implica em uma generalização do atendimento a população, isto é, em um acesso a bens e serviços públicos, mas, ao contrário, sugere uma particularização desses

benefícios, geradora de uma desigualdade social que aumenta à medida que a rede política da máquina se alarga no contexto urbano.

Ainda que o Clientelismo mantenha traços que caracterizam as suas relações como laços onerosos os quais movimentam um intercâmbio de favores, ele se desenvolve de forma a se readaptar a novos sistemas e realidades sociais. Um exemplo disso é a sua presença nas instituições e nos valores republicanos como o voto e a representação política que tendem a convergir interesses de grupos sociais específicos (DINIZ, *ibid.*).

Se a relação clientelista tradicional era baseada no autoritarismo, nas relações clientelistas modernas, ele foi diluído, em certo sentido, mas não arrefeceu a sua natureza desigual das relações assimétricas. Scott (1972) se refere às mudanças sofridas pelas estruturas patrono-cliente no Sudeste da Ásia, ressaltando como a oferta de dinheiro e de empregos assumiu o papel distintivo que antes era ocupado pela proteção. Talvez isso ocorra pelo fato da autoridade do “patrão” resultar também das relações de classe (LANNA, 1995) e não somente da dimensão política das relações clientelistas tradicionais, o que tem respaldo no fato de termos, no Brasil, um “capitalismo patronal” ou “burocrático-patronal” (*id.*, *ibid.*).

Segundo Scott (*ibid.*), o clientelismo está associado às instituições liberais do século XIX e as redes penetram as instituições modernas como a burocracia e os partidos políticos, enfraquecendo a estrutura formal de autoridade. Ao se referir à dinâmica nas transformações das relações patrono-clientes, o autor demonstra como as mudanças nesses laços são o resultado da penetração do sistema nacional político e econômico a nível local. Isso teria afetado, por exemplo, a redistribuição e a nacionalização do acesso aos recursos estatais, gerando novas bases de patronagem.

Em outras palavras, as relações clientelistas não envolvem mais “agentes tradicionais”, mas “segmentos da burocracia estatal” (RIBEIRO *et al.*, 2010) que racionalizam de forma perversa tais práticas, alimentando-se da escassez de recursos e da desassistência a algumas parcelas da população, desprovidas não somente de bens e serviços de saúde, mas de informação, contatos, etc. Nesse sentido, em muitos casos, o acesso a esses recursos só pode ser garantido pela mediação do Poder Executivo Municipal e dos políticos locais que fazem a mediação entre o poder federal, principal repassador de recursos, e os setores pobres da população.

Câmara e Jesus (2007) atentam para isso quando, a partir da análise do Programa Bolsa Família do Governo Federal, percebem que o clientelismo estatal constitui novas

relações socioeconômicas, geradas por mecanismos burocráticos como a municipalização da saúde, da educação, do saneamento básico, da gestão do meio ambiente, etc.

O caráter “grupal” (DINIZ, 1982) e, por vezes, impessoal do clientelismo pode ser observado na sistematização de informações nos gabinetes parlamentares que se traduzem em uma racionalização das informações referentes ao eleitorado e à obtenção de meios de concessão de favores (BEZERRA, 2006). Nesse sentido, essa mediação acontece em função da “alocação de benefícios públicos, o que implica um mínimo de racionalidade administrativa” (KERBAUY, 1992, p. 166 *apud* FARIAS, 2000, p. 59).

É importante ressaltar que essa nova configuração das relações clientelistas dispensam uma analogia não apenas com as relações políticas tradicionais como visto até agora, mas com os próprios sistemas econômicos passados. Farias (*ibid.*) reforça um apontamento feito por Kuschinir (2000, p. 140) no qual a autora entende que a convivência entre o Clientelismo e os sistemas democráticos não é uma contradição, pois o “tipo de dominação no Brasil teria caracterizado o Estado como redistribuidor de recursos e bens públicos”.

Segundo Farias (*ibid.*), no Coronelismo, eram as relações de dependência pessoal, tais quais aquelas observadas na instituição da “morada” (GARCIA JR., 1989) que moviam o sistema político; já no Clientelismo moderno, são os laços de dependência impessoal, originados no âmbito do “assalariamento” e suas “garantias jurídicas”, que fundamentam essa lógica. De outro modo, o Clientelismo não se restringiu às sociedades agrárias, mas também se faz presente nas sociedades urbanas onde os fenômenos de massa como o populismo e os sistemas eleitorais amplos seriam subsidiados por uma lógica patronal a qual, por sua vez, encontraria subsídios para se desenvolver no próprio sistema capitalista e não em uma herança pré-capitalista.

Tais observações são importantes no sentido de desconstruirmos a ideia do Clientelismo como um fenômeno pré-moderno, comum às sociedades rurais e passarmos a considerá-lo também enquanto um sistema de relações condicionado por uma dependência impessoal e marcado por uma mediação burocrática que gera uma pobreza específica tanto quanto aquele corresponde às relações pessoais, circunscrito nos contextos rurais e “tradicionais”.

2.4 O CLIENTELISMO POLÍTICO COMO DESIGUALDADE SOCIAL

A relação entre “prefeitos” e “pacientes” não é específica nem tão pouco exclusiva ao interior do Rio Grande do Norte, assim como o Clientelismo não é um fenômeno restrito ao Brasil e ao Nordeste. Entretanto, seja qual for a natureza dessa relação assimétrica, ela é

atravessada pela desigualdade, pois o vínculo clientelista é, por definição, uma relação desigual, tendo em vista que, como aponta Landé (1977 *apud* BRAGA 2007), ele se constitui enquanto uma aliança entre duas pessoas de status, poder e recursos desiguais.

Sales (1994) defende que a desigualdade na sociedade brasileira tem raízes culturais. Para a autora, a dádiva, resultante das relações de troca na sociedade escravocrata, estava inserida em contexto marcado pelas relações de mando e subserviência as quais seriam o substrato de uma “cultura da dádiva” que substituía, de certo modo, os direitos do cidadão, o que Sales (*ibid.*) chama de “cidadania concedida”. A partir dessa ideia, os direitos cidadãos fundamentais estavam relacionadas às benesses do senhor de terras, sendo considerados como uma dádiva concedida por ele.

A lógica da dádiva teria, então, ultrapassado o âmbito privado dos domínios dos senhores de terra e se estendido ao poder público na República, podendo ser vislumbrado até hoje nas nossas relações políticas da sociedade brasileira.

Embora as considerações de Sales e Landé contribuam para o entendimento das relações clientelistas como relações sociais desiguais, o nosso campo de estudo, bem como as pesquisas realizadas por outros autores (DINIZ, 1982; FARIAS, 2000; BEZERRA, 2006; RIBEIRO *et al.*, 2010, dentre outros), nos conduz a pensar tais relações em contextos sociais cuja lógica clientelista aparece de forma mais dinâmica e complexa.

Diniz (1982, p. 43) assinala que a política de máquina, ou melhor, sua disposição complexa que centraliza e diversifica os recursos de poder, gera e solidifica as relações sociais desiguais. Um exemplo dado pela autora é a forma particularista pela qual se dá o acesso aos recursos públicos:

O que a cidadania define como direito é concedido como dádiva daqueles que se situam em posições de poder. O encaminhamento de uma demanda que, segundo as premissas universalistas, expressaria o direito do cidadão de exigir providências dos poderes públicos, transforma-se na expectativa de obtenção de um favor, reforçando-se a lógica da deferência e da influência pessoal, o que, por sua vez, acentua os princípios de desigualdade presentes nas principais dimensões da ordem institucional.

Diante dessas considerações, não podemos supor que toda sorte de relação assimétrica seja o resultado da ação do capitalismo, mas concordar com Lanna (1995, p. 226) que existe uma “articulação entre lógicas assimétricas diferentes, algumas produzidas pelo mercado, outras não”. Um exemplo são as relações hierárquicas que não somente consolidam, mas fundam relações desiguais.

De todo modo, Raymund Boudon (1981) chama atenção para o fato de que o desenvolvimento industrial não minorou a desigualdade de oportunidades, assim como as desigualdades escolares e as sócio-profissionais, o que reforça a ideia de que a desigualdade não é proveniente apenas de uma economia pouco desenvolvida, mas é recriada e alimentada por arranjos locais e pela desigualdade de distribuição dessas oportunidades.

Em outro trabalho, Lanna (2009a) defende que não é possível pensar em uma teoria geral da desigualdade, pois entender tal fenômeno implicaria em compreender um “feixe de relações muito particulares”. Para Lanna, é clara a impossibilidade de tratar a desigualdade em termos gerais sem considerar as peculiaridades das relações que a constituem, o que reforça a nossa ideia de que a desigualdade, fruto das relações de clientela que temos investigado, não é necessariamente a mesma que assola os habitantes de uma comunidade carioca ou de uma região rural da Grécia, por exemplo.

A dívida contraída entre usuários da Oestana e Prefeitos não é de ordem econômica e política somente, mas engloba outras esferas como a simbólica e a emocional, não sendo movida unicamente por trocas eleitorais, mas também por atenção e cuidado com o outro, sobretudo, porque é caracterizada pela fragilidade física e emocional dos eleitores-doentes. Isso torna a relação entre Prefeitos e usuários da Oestana profunda e perversamente desigual, pois além das condições prévias de desigualdade de dinheiro e informação (o que faz com que ela se inicie em descompasso), o vínculo com os “prefeitos” reforça tal desproporção a qual se acirra quanto mais se agrava o quadro de saúde do paciente.

Portanto, não há como pensarmos a desigualdade a partir do clientelismo como um fenômeno isolado, resultante de uma ação eleitoreira e individual de um Prefeito que só inclui na sua lista de benefícios aqueles que votam nele; ou tal qual uma diferença de classe que pode ser resolvida pela mediação do dinheiro, mas como resultado de processos históricos socialmente consolidados. Como pontua Lanna (*ibid.*, v.45, p. 7):

A desigualdade não é função de um objetivo, mas está presente, desde o início, na constituição mesma de qualquer laço social. Além de realidade psicológica, ela é constituída socialmente e, mais ainda, essa construção não se dá apenas a partir de domínios político-econômicos.

Nesse sentido, para o caso da Oestana é possível afirmar que a desigualdade é produzida principalmente a partir do vínculo de dependência tanto material quanto emocional, mantido entre Prefeitos e usuários da Oestana que, ao mesmo tempo, aproximam-nos (por meio da “amizade”) e os tornam distantes. Assim, o Clientelismo produz desigualdades no

cotidiano e a partir dele: é a falta de medicamento, de transporte, de exames, de atendimento médico-hospitalar, de atenção, de apoio, etc. que constitui as bases nas quais se erguem as relações desiguais. Nesse sentido, as relações clientelistas não apenas reforçam, mas geram desigualdades de diversas ordens.

O clientelismo se constitui pela falta de algo, seja de natureza material ou emocional. Isso não significa dizer que não há diferença entre negar um medicamento e se recusar a cumprimentar uma pessoa (o que é visto como sinal não apenas de educação e cordialidade, mas de “consideração” na Oestana), mas nos permite pensar que o Clientelismo, cuja lógica envolve as relações na Oestana, não teria a mesma eficácia se fosse protagonizado por pessoas que pertencessem apenas a classes sociais distintas ou que precisassem somente de um auxílio financeiro.

Essas relações de clientela são comuns, mas não específicas ou exclusivas à Oestana. Isso porque o Clientelismo se desenvolve a partir da assimetria de relações, sendo importante lembrar que ele não se institucionaliza apenas em realidades marcadas por desigualdades econômicas, mas existe onde houver desigualdades sociais, de posição, de acesso a informações, de recursos públicos e privados, enfim, ele pode estar em uma infinidade de situações, cujo entendimento pode ser propiciado pela experiência etnográfica.

Assim, o Clientelismo não é um modelo absoluto, mas um arranjo político resultante de um feixe de relações singulares e desiguais que se amplia, modifica-se e se compõe ao passo que outras unidades e categorias sociais também são resignificadas ou transformadas, como a concepção do campo político, por exemplo.

3 A POLÍTICA DO FAVOR

3.1 A “POLÍTICA” QUE OS OUTROS FAZEM

A dinâmica da relação entre Prefeitos e usuários da Oestana nos conduziu à problematização da noção de política compartilhada por estes últimos, convergindo numa espécie de sentido “nativo/etnográfico da política” (KUSCHINIR, 2002, p. 264). Trata-se de um feixe de relações informais estabelecidas no cotidiano que excluem os sujeitos dessa pesquisa de outra política oficial e principal: uma política que feita pelos “outros” ou uma política “dos outros” (CALDEIRA, 1984).

Tais expressões demonstram uma separação entre a “política” pensada e praticada pelos “pacientes” e que integra, portanto, a sociedade, bem como aquela exercida pelos representantes a qual compreende o Estado e suas ramificações. Essa autoexclusão da política

oficial, ou seja, que diz respeito a uma prática coletiva e cidadã, aponta, de certo modo, para uma particularização do político. Nesse sentido, “estar fora da política” significa não ter acesso aos bens e serviços do Estado, bem como estar alheio às questões políticas que o envolvem.

Desse modo, é possível, assim como o fez Palmeira (1996), desnaturalizar o fato de estarmos nos referindo ao campo político por meio de uma palavra feminina (“a política”) e concluir ainda que nos deparamos com duas lógicas para a ela: uma comum aos “pacientes”-eleitores que corresponde, dentre outras coisas, a um veículo através do qual é possível acessar serviços e bens de saúde, seja por meio do contato interpessoal com o “prefeito” ou pela rede de relações que os interliga a ele; e, por outro lado, a política pensada e concebida pelos “homens”, isto é, pelos políticos⁶⁸ e na qual os “pacientes” “não se metem”.

O uso dessa expressão (“os homens”) indica um distanciamento dos interlocutores dessa pesquisa daquilo que eles entendem como a “política de verdade”, ou seja, do conjunto de práticas correspondente ao poder de decisão do Executivo e do Legislativo. Dessa forma, “os homens” seriam os representantes do poder público e os mediadores entre este e aqueles que dele dependem. A fala que segue exemplifica como essa categoria é socialmente construída:

Eu gosto de política, mas assim: de ver quem está certo e quem está errado. Eu não sou de me meter, não gosto de me envolver, deixa as brigas com os grandes. A gente que é pequeno não pode ser muito afetado em política não, tem que deixar os homens resolverem (A.T, 29/05/12).

A identificação daqueles que fazem a “política” está relacionada a um tipo específico de hierarquia, a saber, aquela produzida na própria “política” enquanto comunidade interdependente, situada num grupo específico, distante e acima dos outros. Ingressando na “política”, a pessoa é destituída do poder que detinha antes e passa a exercer outro ainda mais eficaz: aquele que é inerente ao ato de “fazer política” e de reunir favores.

A partir disso, é possível até mesmo desconstruirmos as ideias de pessoalidade e impessoalidade tão enraizadas e reificadas nas nossas Ciências Sociais. Palmeira (1996, p. 140, grifos do autor) contribui para essa discussão, explicitando como a impessoalidade não está necessariamente ligada ao domínio público ou como ela não diz respeito exatamente ao oposto de uma personificação das relações políticas.

⁶⁸ Nessa categoria se encontram não apenas os “prefeitos”, mas os políticos de uma forma geral e, principalmente, os que estão mais próximos a ele: vereadores, deputados estaduais, etc.

A externalidade da pessoa não é o mesmo que impessoalidade. Se o mundo da política é visto como “pouco conhecido”, “de fora” e identificado a uma entidade de difícil definição, “o governo”, isso não quer dizer que ele seja pensado como impessoal, mas sim feitos de relacionamentos pessoais entre homens extraordinários, “pessoas de conhecimento”, o que significa simultaneamente terem instrução, saberem “onde estão as coisas”, conhecerem as leis, serem conhecidos e terem conhecidos em muitos lugares e, sobretudo, serem donos de um certo saber fazer, que os distingue das demais pessoas, que os capacita a gerirem conflitos de toda espécie.

Apesar de conceitual e empiricamente diferentes, ambos os sentidos expostos para a política detêm lógicas que são regidas pela instituição do “favor” e mediadas pela figura do “prefeito” cuja função, no caso em análise, é intervir no acesso a bens e serviços de saúde como foi explanado outrora. Nesse sentido, por deter essa distinção, as categorias de “prefeito” e “política” aparecem frequentemente durante as eleições e é nesse período específico que elas agregam determinados setores sociais segundo critérios diferentes daqueles existentes a priori (HEREDIA, 2006), são especialmente experimentadas e, eventualmente, ressignificadas.

Conquanto durante as eleições a “política” se torne uma “atividade” habitual à qual mesmo aqueles que não sejam “políticos” possam praticá-la (GOLDMAN, 2006), não é regra que ela não exista em outros momentos cuja temporalidade não se enquadre na “época das eleições”. Na verdade, ela é vivida mais intensamente nessa fase específica da vida política e, quando isso ocorre, ela se dá dentro das facções (*id.*, *ibid.*). O que é interrupto é o político como acontecimento público, fato externado e compartilhado por todos os setores da sociedade e não como representação social.

Nesse sentido, o voto “dado” não faz parte da ideia de representação política ponderada pela Filosofia e Ciência Política ou, como diria Neiburg (2006), por visões “normativas” do mundo social, mas de uma “concepção específica de representação política” (BEZERRA, 2006, p. 182), correspondente aos políticos cujos mecanismos de obtenção de benefícios refletem os anseios dos integrantes das suas redes pessoais. Assim, a “política” não está automaticamente presente nas atividades ordinárias, fazendo-se necessária a criação de um vínculo com a instituição detentora desses benefícios: “o governo” ou o “poder”, como se costuma dizer no nosso campo de investigação.

Na visão dos usuários da Oestana, o voto apareceu como um dispositivo para se conseguir bens e serviços de saúde e não propriamente como o exercício de um direito que tem a prerrogativa de eleger representantes, mas como uma prestação que estabelece reações

as quais possibilitam a obtenção de bens e serviços públicos. Assim, o voto praticado como dádiva, isto é, como pagamento de um favor oferecido e que tem efeito para além das eleições, nos forneceu subsídios para pensá-lo além da “política”, isto é, com base nas aspirações subjetivas presentes nessas escolhas que são externadas, por exemplo, nas relações de amizade e de afeto que o envolvem.

Essa capacidade de extensão social reforça a afirmação de Goldman e Sant’Anna (1996) de que existem diversos modos de “pensar” e “viver” o político e comprova a existência de uma dimensão subjetiva da “política”. Por outro lado, como assinala Palmeira (1996, p. 53), ela não significa uma dissociação da cidadania:

A adoção do voto universal não introduziu automaticamente valores ligados à ideia de democracia representativa. Não por uma qualquer ausência de conhecimento dos eleitores, mas pelo fato de que o voto, como qualquer outro utensílio institucional, não existe num vazio cultural ou social.

Admitir diferentes possibilidades de concepção do político não implica em uma “relativização da democracia” como expõe Goldman (2006), mas de pensar, tal qual este autor, como o processo de democratização está relacionado a uma “disciplinarização dos seus cidadãos” e, assim: “o ponto aqui, evidentemente, não é crer ou não crer na democracia, mas não ser ingênuo e reconhecer, com Michael Herzfeld (1996), que a ‘democracia (ou melhor, a democratização) não é necessariamente o equivalente de uma maior tolerância’, e que, como qualquer regime, ele também envolve uma política de exclusões” (HERZFELD, *ibid.*, p. 83 *apud* GOLDMAN, 2006, p. 221, grifo do autor).

Essa segregação social pode ser observada na relação de “amizade” entre Prefeitos e usuários da Oestana, por exemplo. Ao invés de tornar essa relação mais igualitária, a proximidade gerada pela intimidade comum ao cotidiano da Casa revela a consolidação de uma lógica hierárquica específica que não transforma esse vínculo numa “relação democrática” (LANNA, 1995), mas, ao contrário, reifica uma relação desigual.

A relação imediata entre voto e cidadania, no Brasil, talvez se dê pelo fato do voto não ser uma dentre tantas manifestações de cidadania, mas uma das poucas institucionalizações dela que conhecemos. Essa é uma possível explicação para o fato dos atos políticos serem exacerbados no período eleitoral e secundarizados ou, até mesmo, esquecidos fora dele.

É principalmente nessa “época” que os interlocutores dessa pesquisa se mostram mais envolvidos com as atividades políticas: a identificação partidária (a escolha de um “lado”⁶⁹), as “conversas” que surgem, as participações nos comícios, a comensalidade, etc. são evidências de que há de fato uma maior familiaridade com a política nesse “tempo”. As visitas sistemáticas por parte dos candidatos e a maior interação com o que está ocorrendo na vida das pessoas revelam que há um estreitamento das relações nesse intervalo.

Se o político não tiver as amizades dele, não se elege. Amizade e serviço prestado. Numa cidade grande, a política é mais difícil porque as pessoas votam sem nem saber em quem estão votando: não sabem se a pessoa presta ou se não presta. No interior, os políticos se elegem pelo trabalho que eles fazem e pelas amizades, porque o eleitor sabe quem é o candidato. Eles visitam sítio por sítio em época de eleição, falando com o povo, pedindo voto, e contando as mentiras deles também, não é? Quando não está em eleição, os políticos, aqui acolá, recebem convite para comer na casa do povo; quando uma pessoa morre, eles vão lá, dão assistência, mas visita de ir de casa em casa é só na época da eleição (H.H, 17/4/12).

Como a fala acima sugere, o campo político é pensado e concebido através da figura do “prefeito” o qual não apenas personifica o Estado (LANNA, 1997), mas o processo eleitoral como um todo, pois, além de interferir na aproximação entre votos e recursos (VILLELA; MARQUES, 2002), ele intervém no significado da própria “política”.

Quando chega a política que os candidatos só vão à casa do povo em tempo de eleição e quando tem uma festa assim, leilão, novena, eles aparecem. É o político copa do mundo: só aparece de quatro em quatro anos para fazer política. Quando é na eleição, vai à casa do povo, abre as portas do gabinete, mas depois passa por a gente e nem fala, se gente não sair do meio da estrada, é capaz deles passarem por cima (T.S, 19/4/12).

A distância vivida durante os quatro anos que separam um sufrágio do outro parece diminuir ou mesmo desaparecer com o advento das eleições. Caldeira (1984) conclui algo semelhante a partir da pesquisa realizada em São Miguel Paulista, periferia da Zona Leste de São Paulo. Segundo a autora, é na ocasião das eleições que a “política assume um significado na vida cotidiana” (CALDEIRA, *ibid.*, p. 81), pois, independentemente do modo como ocorre, trata-se de um acontecimento importante e mobilizador. Dessa forma, o processo eleitoral interliga a política à vida dos sujeitos através do cotidiano, o que foge à ideia hegemônica de participação política civil.

⁶⁹ Tal escolha não diz respeito apenas a uma escolha partidária, mas a integração em uma rede específica de relações que não são apenas políticas, como as de compadrio e amizade. Portanto, o pertencimento a um “lado” vai além dos limites do “tempo da política”.

O cotidiano da Oestana nos revelou não somente um sentido específico para a política, mas também uma temporalidade característica, pois ela aparece de forma circunstanciada e circunscrita, aproximando-se da noção de “tempo da política” apresentada por Palmeira e Heredia (1995). Retomando o conceito em outro trabalho, Palmeira (1996, p. 42, grifos do autor) escreve que, para determinadas populações, o exercício político não é “uma atividade permanente e nem se constitui em um domínio delimitado de atividades. Política é identificada a eleições e, sintomaticamente, o período eleitoral é chamado de ‘tempo da política’, ‘época da política’ ou simplesmente ‘política’.

Nesse sentido, a “política” apresenta certa sazonalidade e faz parte de um “recorte social do tempo” (*id.*, *ibid.*) correlato ao tempo das festas ou ao tempo da colheita (HEREDIA, 1996), por exemplo. Para o caso específico da Oestana, o “tempo da política” pode ser o tempo de duração de um mandato (designado como o “tempo do Prefeito Fulano”): “no tempo de [ex-prefeito de Pau dos Ferros, RN] a gente não sabia nem o que era SUS” (T.W.⁷⁰, 18/1/12). Assim, a fala exprime não apenas uma configuração política local, mas um contexto social particular no qual se percebe um “englobamento” entre partes opostas (DUMONT, 2008), bem como o “prefeito” como uma entidade totalizante.

Além de acontecer em um contexto temporal específico, a “política” não é tradutora somente de uma opção partidária, isto é, de uma tendência a pertencer a um campo ou a um “lado”, mas ela contribui para a própria reconfiguração social, já que a formação de redes de amigos cuja função é decidir quem é “da gente” e “quem não é” influencia não somente na identificação de quem vota ou não em determinado “lado” político, mas também naqueles em quem se pode ou não “confiar” e “contar” como um dos seus. Tais critérios podem sofrer mudanças ao longo do processo eleitoral, pois o “tempo da política” se define também como um tempo no qual ocorrem mudanças.

Lanna (1995) atenta para esse aspecto quando assinala que o voto tal qual um milagre realizado pelos santos, inicia uma relação que tem um potencial transformador. Segundo Lanna (*ibid.*, p. 236, grifos do autor), “se é o santo que faz a dádiva inicial na promessa religiosa, ela é feita pelo povo na ‘promessa eleitoral’ ou ‘promessa política’ quando a pessoa ‘dá o seu voto’ ou ‘vota com’ um determinado candidato”. Nesse sentido, a política aparece como o “tempo das inversões simbólicas” porque quem faz o pedido são os políticos para o povo como o povo faz aos santos.

⁷⁰ T.W, 53 anos, faz tratamento contra câncer de mama desde 2003 começou a frequentar a Oestana em 2004, ano do primeiro mandato do atual Prefeito de Pau dos Ferros, RN.

Somado a isso, a “política” pode ser entendida também como as próprias estratégias e mecanismos usados para se vencer as eleições. De uma maneira geral, no nosso campo de estudo, a expressão “fazer política” aparece como a capacidade de obtenção de sucesso eleitoral pelos candidatos nas eleições, incluindo mais especificamente aquilo que Goldman (2006, p. 209, grifo do autor) percebeu a partir da pesquisa em Ilhéus, BA, como “o que os ‘políticos’ fazem: acordos arranjos, favores, pedidos promessas, articulações, manipulações, acusações, barganhas, etc.”

Para os usuários da Oestana, as eleições ou a “política” representa um momento no qual eles conseguem bens e serviços de saúde ou de outras ordens mais facilmente, e retribuem os favores recebidos, mas é também quando repensam o próprio significado do voto e os modelos políticos tradicionais:

Quanto mais se ajuda, mais se tem liderança: eu sei que eles [o bloco político da situação] já me ajudaram muito, fizeram muita coisa por mim, mas eu já contribuí muito também, não tenho mais obrigação de votar não. A pessoa é livre para votar em quem quiser, porque o voto é o direito mesmo da pessoa e outra que se a gente for ver muito o lado de política, perde as amizades que a gente tem (H.H, 17/4/12).

Política é um negócio complicado porque depende muito da cabeça das pessoas. Eu voto no político que eu vejo que está fazendo alguma coisa por todo mundo. Não é porque ele me fez um favor que eu vou votar, eu não posso ver só o meu lado, tem que ver o de todo mundo, se ele é bom para todos, é bom para mim também (T.I, 17/4/12).

O “tempo da política” (PALMEIRA; HEREDIA, 1995) ou o tempo em que as “facções são identificadas” (PALMEIRA, 1992) é descrito ainda como “tempo das brigas”, ou seja, o período que antecede as eleições é marcado por disputas não somente eleitorais, mas verbais e, por vezes, físicas. Como nos conta H.H, “é uma guerra. Tem gente besta que toma partido, por isso que é tudo muito agitado nesse tempo, eu acho parecido com torcida de jogo de futebol” (H.H, 19/10/11).

Embora a violência possa ser ativada em certos períodos da política local, não percebemos uma “indissociabilidade” entre esta e as atividades políticas, da mesma forma que Villela (2004) constatou em suas pesquisas no sertão de Pernambuco, mas como um dispositivo ativado num período específico assim como o é em outros domínios e eventos. Portanto, a violência não constitui de forma decisiva a política local da qual nossos interlocutores fazem parte, mas a compõe em certo sentido.

Assim como Caldeira (1980) acompanhou entre os seus pesquisados, para os usuários da Oestana, a política enquanto assunto geral e coisa coletiva é um tema incomum. Em outras

palavras, a política tal qual uma noção coletiva, correspondente a um sentido mais amplo, dificilmente é mencionada no seu cotidiano, exceto no “tempo da política” quando ela é associada à figura do “prefeito” e pontuada no período eleitoral. Esse “tempo” inclui tanto o dia em que ocorrem as eleições quanto aqueles dias de preparação e congregação, marcados por um caráter excepcional no qual se festeja a política por meio de comícios oferecidos pelos candidatos ao Executivo Municipal.

Quando se aproxima a política, tem muita inauguração aí tem muita festa: quase toda semana tem festa na rua [na cidade] e o movimento é maior: é carro de som no meio da rua e tudo mais. Depois que os candidatos falam, as bandas começam a tocar, é animado que só em tempo de eleição, porque lá onde eu moro [São Miguel, RN] só tem festa assim no padroeiro e no final do ano, mas na política eles formam aquelas passeatas de 2, 3 km e passam levando gente dos sítios para a rua aí quando tem conjunto tocando, fica aquele clima de festa (H.H, 17/4/12).

A abrangência social da “política”, isto é, a capacidade que ela tem de significar as relações a partir da promoção de eventos, da identificação de facções que corroboram a lideranças dos políticos municipais (LANNA, 1995), do acesso a bens e serviços fundamentais, dos afetos que são arrolados nesse processo e do “empreendimento familiar de localização social” (PALMEIRA, 2006, p. 137) a torna “equivalente à sociedade” (CHAVES, 1996). Mas as eleições têm uma ação especialmente reordenadora do ponto de vista social: elas incorporam e, em última análise, ocupam o lugar da política, aproximando sujeitos antes contrapostos por uma lógica política vertical, criando uma “espécie de metáfora de suspensão temporal das hierarquias de poder” (HEREDIA, *et al.*, 2002, p. 8), pois “política é carnaval” (T.S.⁷¹, 17/4/12).

No entanto, a ligação com a política não ocorre somente quando se festeja, ou seja, através do lúdico, mas principalmente pela doença, pois ela aproxima “prefeitos” e “pacientes” numa situação de desconforto emocional, de tristeza, e é nesse sentido que se constrói a especificidade da dívida tratada nesse trabalho. Desse modo, o sentido da política obedece às trocas de favores as quais assumem o lugar da representação política (*id.*, *ibid.*), sendo exprimido pelo ganho de benefícios por ambas as partes: “prefeitos” e “pacientes”.

Nessa perspectiva, embora o voto faça parte da retribuição às “ajudas” direcionadas a todos, ele é mais um veículo de lucro individual do que um ato constituinte de uma ação conjunta voltada para eleger um corpo representativo ou, como explica Cintra (1974, p. 50):

⁷¹ T.S, 66 anos, mora em São Francisco do Oeste, RN, e utiliza os serviços da Oestana desde a criação da casa tanto como “paciente” quanto como “acompanhante”.

ele não significa participação política no sentido de “manifestação de caráter público”, mas algo que se tem “por algum motivo fortuito e que é dado a uma pessoa que vai uma vez eleita, subir na vida, ter nome, ganhar dinheiro. Nada pode garantir que essa pessoa retribua o favor, e por isso pesa muito a ficha de favores já prestados e a acessibilidade” (CALDEIRA, 1980, p. 102).

O voto não é fruto de uma decisão puramente individual, tendo em vista que envolve um corpo social maior de ações e significações, seja este composto pela vizinhança ou pelos membros das redes da Oestana. Procurar entender a política a partir de categorias nativas fez com que a sua percepção ocorresse como uma representação dos modos de vida cotidianos e não propriamente enquanto uma “forma de atuação” (*id.*, 1984).

Sendo assim, a troca de favores significa mais para os usuários da Oestana do que a via da representação, tendo em vista que o favor recebido de uma forma personalizada é mais rápido e eficiente do que a aprovação de um projeto, por exemplo, que o beneficia de uma maneira indireta, mas inclui diversos outros indivíduos, tornando esse direito mais demorado e menos “proveitoso”. Em outras palavras, a via do “favor” auxilia o sujeito de um modo particularizante, pois o princípio de equidade pelo qual as políticas públicas deveriam funcionar é permeado por decisões políticas arbitrárias as quais priorizam alguns indivíduos ou setores da população em detrimento de outros.

É nesse sentido que Lanna (1995), ao se escrever sobre a “circulação intrapatronal”, usa a expressão “hierarquicamente inferiores” e não “cidadãos” para se referir àqueles socialmente excluídos. Para autor, há um englobamento da ideia de indivíduo pela de pessoa, tornando as relações patronais, aparentemente, mais inclusivas do que aquelas correspondentes à cidadania.

É importante perceber que essa lógica do “favor” não corresponde necessariamente a um sistema personalista de relações, mas pode estar relacionada à capacidade do gestor de administrar os recursos públicos, por exemplo. Isso pode ser observado nas falas que seguem:

O povo se acostuma quando o prefeito é bom porque a gente sabe que vêm os recursos para todos fazerem, mas nem todos fazem. O prefeito mesmo lá de São Miguel, RN, melhorou muito a saúde desde quando entrou na prefeitura. O outro [ex-Prefeito] não fazia nada: a gente ia pegar um remédio na prefeitura, se a receita fosse de outro médico [do candidato opositor], eles não recebiam. Aí o povo deve pensar que é um favor dele porque o outro podia fazer e não fazia (A.T, 29/05/12).

Aqui é tudo bom, o pessoal é maravilhoso, só é ruim porque, às vezes, dá tanta gente que é difícil até para a gente se levantar e ir ao banheiro. Agora bom mesmo era se cada uma prefeitura tivesse um local para acumular esse povo. Mas é muito difícil porque, às vezes, tem prefeitura que bota a casa, mas não tem o carro ou dá o carro,

mas não dá a feira. Isso é uma coisa que a gente sabe que vem o recurso e tudo, mas o Prefeito é quem tem que querer fazer (H.H, 17/4/12).

Essa lógica do favor, mediada por laços personificados, acontece de forma mais frequente no “tempo da política” (PALMEIRA; HEREDIA, 1995), no entanto ela se faz presente também fora desse período, pois, ao manipular emendas e verbas orçamentarias para aquelas localidades municipais onde as chances de retorno através do voto são maiores⁷², os parlamentares movimentam práticas igualmente engenhosas durante os mandatos.

Mesmo quando a “política” aparece fora dos limites das eleições, ela não aparece diretamente ligada às instituições formais, pois essa articulação é feita indiretamente através do “prefeito” ou de sua rede de contatos. É o “prefeito” quem estabelece essa ponte, sendo o representante imediato do Estado e de toda sorte de acessos e benefícios que ele pode viabilizar.

Já vimos que o voto como prestação “desobrigada” vincula mais que aquele tido como “comprado”: este deteria um sentido mais utilitarista em relação ao primeiro e, assim, “o voto pode ser visto como uma espécie de valor de troca: é algo negociável, ou seja, dado para quem o eleitor acredita que ofereceu ou possa vir a oferecer alguma coisa em troca” (CALDEIRA, 1980, p. 102).

A distância com que se vive a política é fruto da temporalidade segmentada que ela comporta, mas também é decorrente do fato da intimidade, no Brasil, fazer parte da esfera política, pois ela constitui o político de uma forma sutil e, ao mesmo tempo, profunda e inconsciente. Desse modo, conhecer quem exerce a atividade política é um modo de estar inserido nela através de uma relação social extraoficial que detém um sentido político próprio.

Não-conhecer é não pertencer, uma vez que a intimidade constitui o político, o qual é praticado a partir das relações sociais, mas constituído também por meio da articulação institucional. Não compartilhar de uma política oficial e hegemônica não implica ser desprovido da capacidade de participação, mas, ao contrário, significa dispor de outra forma de imaginá-la, vivê-la e até mesmo recriá-la.

Esse não-pertencimento à política não diz respeito à apatia ou ao analfabetismo político, mas a um modo particular de manifestação dessa experiência. Ao contrário daquilo exposto por muitas análises, os relatos dos nossos interlocutores revelaram participação e

⁷² Para uma discussão mais detalhada sobre como esse tipo de articulação acontece ver Bezerra (2006).

interesse na “política”, demonstrando um forte envolvimento nos seus eventos, sobretudo, no decorrer do processo eleitoral e a partir da identificação em “lados” políticos.

Essa afirmação nos alerta para dois enganos: em primeiro lugar, não existe uma separação universal e intransponível entre o público e o privado ou entre regimes tradicionais e democráticos, o que há são múltiplas maneiras de constituição do político; em segundo, e o que mais interessa para essa discussão: não existe uma distância clara e delimitada entre dominantes e dominados, mas uma sujeição de diferentes níveis e ordens, originada na dinâmica das relações tecidas no cotidiano.

Portanto, em vez de apontarmos modelos acabados de dominação, entendemos que essas categorias devem ser repensadas levando-se em consideração os novos e diferentes elementos fornecidos pela experiência social os quais, mesmo aparentando certa igualdade como no caso da “amizade” entre Prefeitos e usuários da Oestana, são resultantes de uma política de exclusão.

Queremos, por fim, ressaltar que a dimensão política da relação aqui tratada deve ser considerada a partir do modo pelo qual ela acontece no cotidiano, isto é, como as pessoas a concebem e como se identificam com ela a partir das relações que constroem e não exclusivamente como um “estatuto formal da democracia” (HEREDIA *et al.*, 2002, p. 7). Trata-se de um esforço de não enquadrá-la em um universalismo e de não classificá-la enquanto um domínio exclusivo ao Estado, mas como um conjunto de relações e ações circunscritas em um contexto social particular que, apesar de manter vínculos com uma estrutura estatal, é constituído também para além de seus limites.

3.2 A POLÍTICA DE REDES

Como vimos no primeiro capítulo, a amizade é utilizada para definir relações diferentes: ela pode caracterizar uma relação de afeto construída a partir de uma situação de doença, um laço tecido por meio de práticas simbólicas comuns, um vínculo de sujeição entre o político e o eleitor ou a inserção em uma rede clientelista que distribui bens e serviços.

Vimos também que as redes que produzem um interconhecimento (MENDRAS, 1978) subsidiam as redes políticas locais, pois estas fornecem um conhecimento tácito ou explícito sobre os seus integrantes, configurando-se, portanto, no principal meio para os usuários da Oestana terem acesso aos préstimos relacionados à saúde.

Nesse sentido, além dos fins eleitorais, assim como Kuschnir (2000) assinala para o caso dos Silveira, o que une as redes da Oestana é a proximidade, mas também um sentimento

de solidariedade, mesmo que esta seja uma “solidariedade vertical” (CHAVES, 1996) na qual as partes que a compõem guardam interesses não equivalentes, mas complementares, a saber, votos, bens e serviços de saúde. No cotidiano da Casa, essa solidariedade recebe o nome de “amizade” e são, portanto, as amizades mais cultivadas, consideradas e valoradas que levam à integração em redes de privilégios.

Kuschnir (*op. cit.*, p. 105) conclui para a rede de relações dos Silveira, uma família de políticos do Rio de Janeiro, RJ, os quais se utilizavam de redes comunitárias locais para permanecerem nos seus postos, que “o acesso é a categoria chave para entender a natureza das relações dessa rede”. Entretanto, no caso da rede formada, dentre outros, por usuários e Prefeitos da Oestana não existe somente relações de natureza pessoal, como pensou aquela autora, mas um feixe de relações indiretas que acontecem pela intermediação de uma terceira pessoa que pode ser um funcionário, um “despachante” ou mesmo uma instituição como a Oestana.

O acesso discriminado e personalizado transforma os serviços da Casa e outras “ajudas” em favores que tomam uma proporção e uma importância maiores em função da especificidade médica da dívida operada pelo Clientelismo político. Como foi dito por um dos interlocutores desse trabalho, vota-se em “quem conhece”. Logo, vota-se com quem se tem intimidade e pode facilmente incluir alguém na rede de acessos, tornando o favor capital pelo qual os votos são angariados.

Se não tivesse essa casa aqui [Oestana], era muito dispendioso, ia ter gente aqui que ia morrer à míngua. Eu mesmo ia ficar numa situação muito difícil porque é tudo muito caro: só a passagem é R\$ 60,00, eu tenho que vir 4 [quatro] vezes no mês, só de passagem já vai em mais de R\$ 200,00 e tem o canto para ficar aqui, a alimentação, as outras coisas, é muito gasto (H.H, 17/4/12).

Como já foi exposto, as trocas não são igualmente motivadas: amizade, afeto e interesse eleitoral são as razões mais comuns, sendo a sua “obrigação [de retribuir] decorrente da noção de que a política é um meio para os acessos” (KUSCHNIR, 2000, p. 99), pois quem “ajuda” a eleger o político precisa ser recompensado, estejam esses acessos relacionados à saúde ou a outras ordens.

Lá na casa do meu cunhado com certeza [ex-prefeito de Riacho de Santana, RN] vai na campanha lá alegar, porque teve uma vez que ele trabalhava numa propriedade, que era num sítio antes do Riacho, aí um dia um homem que era bem ruim lá que já matou gente e tudo, desceu do carro com a arma na mão e barrou um bocado de reis que meu cunhado estava tangendo; aí nessa hora chegou Wellington que era o prefeito na época e não deixou ele matar meu cunhado. É tanto que ele o chama de

Juvenal de 7 (sete) vidas. Ele vota nele só por causa disso e agora vai votar no sobrinho dele que é o candidato (M.J, 1/3/12).

Como podemos deduzir com base na fala acima, a troca eleitoral abrange diversos setores da vida social e vice-versa, não se restringindo apenas às demandas políticas ou de saúde. Na verdade, o sentimento de gratidão gerado pelo “favor” torna-se ainda mais profundo e justificado quando ele ocorre fora do período eleitoral:

[Deputado Estadual] é o plano de saúde do povo. Com ele não tem essa história de dar as coisas só em tempo de eleição não. Eu estou lhe dizendo porque eu sei. Você é pobre, ele dá o telefone dele a você, não é só com os ricos isso não: eu tenho os dois números dele. Tinha gente no tempo de [ex-Prefeito de Pau dos Ferros, RN] que fazia tratamento aqui e voltava no mesmo dia. Você sabe o que é fazer quimioterapia e ficar rodando dentro de um carro oito horas sentindo cheiro de perfume, tudo? [ex-Prefeito] acabou com a prefeitura: nem pneu as ambulâncias tinham. Depois de [atual Prefeito], Pau dos Ferros é outra coisa (T.W, 18/1/12).

A troca de favores pressupõe desigualdade, mas, por outro lado, indica também certa interdependência, pois a persuasão eleitoral dos “prefeitos” para se reelegerem ou elegerem seus sucessores depende não apenas da oferta de benefícios públicos aos “pacientes”, mas também do quão próximos eles podem ser desses últimos e isso se dá a partir do compartilhamento de códigos numa realidade social comum. Kuschinir (2000, p. 8) fez uma constatação similar:

O êxito do político é proporcional a sua capacidade de articular esse vínculo (de mediador-representante junto à população) com o eleitor de modo a fazê-lo sentir que compartilha seus valores, projetos e dramas e, ao mesmo tempo, é alguém diferente de sua realidade.

Os personagens envolvidos nessa relação não fazem parte de mundos completamente opostos. A dimensão simbólica os aproxima, pois embora não disponham das mesmas condições materiais, eles dividem um quadro de práticas e representações cujos códigos estão em consonância por ambos serem “do interior” ou por se conhecerem de uma forma interpessoal, por exemplo. Por outro lado, isso pode ocorrer também porque esse “apaniguado nem sempre é um pau mandado, podendo deter alguma possibilidade de manobra” (QUEIROZ, 1975, p. 158) e essa camaradagem, originada de uma “amizade” como vimos em muitos casos, transmite uma ideia de horizontalidade que pode ser observada a partir de diferentes eventos empíricos.

Foi o que percebeu Chianca (2010) no apadrinhamento político que envolve vereadores e quadrilhas juninas em Natal, RN. Segundo a autora, os políticos mais bem sucedidos eleitoralmente e respeitados entre os integrantes dos grupos de quadrilha junina são aqueles que se dispõem a ajudá-los sem esperar um retorno obrigatório. Assim, quando eles se apresentam como um “personagem que tem também suas ‘limitações’ de certa forma se avizinham da realidade dos grupos e, desse modo, ao invés de ser visto como um ‘chefe’ o político passa a ser tratado como um ‘amigo’ (CHIANCA, 2010, p. 15, grifos da autora).

Quando praticado com um aparente caráter desobrigado, o favor gera uma dívida mais “pura”, pois o receptor a entende como um ato independente da “política”, portanto, isenta de interesses secundários. Assim, o sentido de “ajuda” cede lugar para o de caridade e o “prefeito” passa a exercer um papel que tem um significado social mais amplo e receptivo do que o “político” negociador de favores.

Essa articulação acontece não somente pelo fato de o “prefeito” ser um “amigo” ou pelas afinidades morais que ele mantém com os “pacientes”, mas por estes últimos se encontrarem numa situação de doença. Um exemplo disso é o caso do Prefeito que ajudou uma “paciente” residente em uma cidade vizinha e para a qual se autodesignava um “anjo”: “eu estava sentada sozinha num canto e ele se aproximou do nada, sem me conhecer nem nada e disse: ‘você quer ajuda moça?’ Quem é você? [perguntou M.J] ‘Faça de conta que eu sou um anjo, não quero nada de você’ (M.J, 29/4/11, grifo nosso).

No dia que ele morreu [ex-Prefeito de José da Penha, RN], eu estava chegando daqui de Natal em Riacho e fiquei sabendo... eu queria muito ter ido, mas não posso levar sol e nem me emocionar muito porque minha doença [Lúpus] atinge o sistema nervoso... eu queria ter ido, eu devia esse obrigado a ele. Eu devo minha vida, primeiramente, a Deus e, em segundo, a ele. Ele era doente também e a gente via que ele fazia as coisas de coração, não era por interesse não. É tanto que quando eu fui transferir meu título para José da Penha, ele não quis (*id.*, 16/9/11).

Sendo uma maneira de referir a ação política a um contexto coletivo (CHAVES, 1996, p. 149), o “uso político da identidade” qualifica a dívida entre “prefeitos” e “pacientes” e demonstra que as identidades são tecidas tanto no plano político quanto a partir de “experiências e orientações coletivas dentro de um dado contexto que criam o potencial para formas diferenciadas de reconhecimento” (MISCHE, 1997, p. 139).

Para Mische (*ibid.*, p. 140) as identidades são utilizadas para dar “estrutura” e “sentido” às redes sociais, e a mudança de interesses causaria uma dispersão das redes como no exemplo da participação política dos jovens brasileiros a partir dos anos 1990 no qual o

surgimento de um projeto de vida individual e o lazer ligado à indústria cultural contribuíram para a dissolução das redes de participação política.

Ao contrário das redes de jovens militantes mencionadas por Mische, nas redes da Oestana não há uma extensão da identidade para uma parcela maior da sociedade (*id.*, *ibid.*), mas um afunilamento. No caso do “anjo”, criou-se uma proximidade social, pois o fato do “prefeito” também “ser doente” gera um situação comum que pôde, em última análise, pressupor certa “horizontalidade”, colaboradora da dívida entre “prefeitos” e “pacientes”.

Essa maior proximidade não corresponde à igualdade ou, como afirmaria Lanna (1995, p. 45), gera um modo específico de hierarquia, mas não necessariamente “relações democráticas”. Ela diz respeito, sobretudo, a um modo comum de ver o mundo o qual distingue e forma uma teia de relações que não é permanente, mas é identificável, distinguindo-se nesse sentido das observações de Mayer (1987) sobre as redes. Observa-se, assim, uma segmentação de grupos políticos locais que, em última análise, são uma extensão da divisão política dual do Estado a qual, por seu turno, envolve elementos como a distinção pelas cores dos partidos ⁷³.

Eu sei que eles [o candidato da oposição municipal e a comitiva do governador do Estado] vão à minha casa pedir voto, mas eu vou botar logo a bandeira e encher de foto de [atual Prefeito de Pau dos Ferros, RN] na parede da frente mesmo que ele não seja mais prefeito, que é para não ter perigo deles se enganarem com o meu voto (T.I, 17/4/12).

Por outro lado, essas facções se aproximam dos “quase-grupos” ou “facções” que são definidas por esse autor como “unidades de conflito que se ativam em ocasiões concretas ao invés de se manterem através de uma organização institucional” (MAYER, *ibid.*, p. 149).

No caso das redes que constituem a Oestana, elas atuam de forma complementar ao domínio do Estado. Como a dinâmica das relações políticas obedece tanto à lógica da Casa, localizada em um contexto citadino, quanto aos parâmetros locais de relacionamento, ou seja, aqueles comuns às localidades dos usuários, as redes “permitem mudanças de fronteiras capazes de readequar a sociedade à imagem que faz de si própria” (PALMEIRA, 1996, p. 50) e convive com um espírito local de comunidade (BAILEY, 1971 *apud* KUSCHNIR, 2000) que redimensiona as relações políticas através da redefinição do pertencimento.

⁷³ Lanna (1995) nota que, no Rio Grande do Norte, o costume de ornamentar as fachadas das casas com bandeiras e cartazes teve início nas eleições estaduais de 1955 quando a família Alves passou a usar a cor verde e Dinarte Mariz, que deixou seu legado político para os Maias, a vermelha.

A esse respeito, convém recuperar Palmeira (*op. cit.*) que, inspirado na ideia de pertencimento de Bailey (*ibid.*), lembra não haver limites pré-estabelecidos entre a política pensada por atores sociais de uma comunidade rural e aquela comum aos partidos e sistemas políticos explorados pela macrossociologia e cientistas políticos. Para o autor, tanto a “grande política” quanto a “política de reputação” fazem parte de um mesmo processo eletivo que abrange ordens culturais diversas: a primeira está presente nas localidades de menor porte por meio da “imposição legal do voto para a eleição dos dirigentes locais, na existência de certos cumprimentos legais para a efetivação dessa escolha”; já a segunda não apenas se “circunscribe a pequenas localidades, mas atravessa a sociedade” (BAILEY, 1971 *apud* PALMEIRA, 1996, p. 138).

Apesar de essa análise comportar definições distintas para a política (uma concebida por meio de laços interpessoais e outra “modeladora” (PALMEIRA, 2006) de vínculos mais gerais), elas não são autônomas, mas se interpenetram, mantendo uma relação mútua.

Leach (1989) pensou essas relações por meio da “troca generalizada”, ponderando que “a reciprocidade é assimétrica e, em consequência, tem tendência para se estender para o exterior formando uma rede” (LEACH, *ibid.*, p. 148). As considerações deste autor se aplicam às relações vislumbradas na Oestana onde o sistema de acesso aos serviços é desigual e sua disposição depende das redes formadas pelos frequentadores da Casa. Sendo assim, o “prefeito” promete um exame a um doente confiando na sua “amizade” com o Deputado que apoia ou pelo qual “trabalha”, esse político, por sua vez, contata uma pessoa de sua rede que pode ser um amigo, um parente, um diretor de hospital, um conhecido que trabalha em um departamento estatal, outro político ou um dono de uma dada unidade de saúde, por exemplo, com o qual ele troca favores.

A associação da troca de favores com a política local pode equivocadamente indicar que essa instituição é peculiar a contextos de menor escala ou restrita a relacionamentos diádicos. Vemos, no entanto, que esse princípio social pode se constituir em redes, interligando as unidades municipais às organizações formais da política oficial (BEZERRA, 1999), pois a lógica do favor atravessa e une ambos os domínios. Quando não dispõem dessa ferramenta, as redes passam a desempenhar uma função importante de divulgação, pois elas comportam uma capilaridade que alcança vários segmentos sociais.

Ocorre que, a nível local, o poder público passa a ser vinculado à pessoa do “prefeito”, havendo uma associação entre as suas ações e o poder municipal de governo. O exercício de governo se transforma então nas virtudes e capacidades do “prefeito”, pois é a ele que as

peças se reportam quando se referem aos bens públicos: expressões como “o prefeito deu”, “o prefeito autorizou”, “o prefeito negou” são frequentemente ouvidas no nosso campo de investigação.

Apesar de nos determos às redes que perpassam a Oestana, ou seja, as que abrangem uma demanda local e regional, existem aquelas estabelecidas em outros níveis da organização política. Bezerra (1999) se ocupou dessa questão e a elucidou com o estudo das redes de trocas de favores entre Prefeitos e Deputados, bem como entre Deputados e Senadores, demonstrando como eles atuam em prol da transferência de verba para as suas redes locais, representadas pelos Prefeitos que aguardam os favores parlamentares para cumprir suas promessas de campanha e investir no município.

As lideranças locais têm um papel decisivo nas campanhas dos parlamentares, pois estão em contato direto e constante com os problemas cotidianos enfrentados pela população. Essa proximidade é fruto não apenas da interação com o povo, mas também da concessão de “auxílios em momentos socialmente significativos como nascimento e morte” (BEZERRA, *ibid.*, p. 133).

A mediação direta na vida das pessoas em detrimento de uma prática política voltada para um público maior gera demanda política e, assim, o parlamentar pode “mostrar serviço”, ampliando e mantendo a rede de contatos que mesmo quando reduzida, é leal a ele. No caso dos membros das redes da Oestana, a doença ou a “quase morte” torna esse laço mais consistente e sagrado, em casos extremos, como vimos.

Segundo Bezerra (*ibid.*), além de terem a função de “bases eleitorais”, as redes locais auxiliam na divulgação do trabalho dos parlamentares. Nas localidades onde o acesso a grande mídia é limitado, elas assumem o papel de divulgação pessoa-a-pessoa do nome do parlamentar. Nesse sentido, a figura do Prefeito é uma via para difusão e arregimentação de “pleito” (os eleitores e seus pedidos), tendo em vista que sua vida social e pessoal incluem suas escolhas, adesões, atitudes, relacionamentos, mantendo, assim, caráter público.

Tal realidade não é estranha à Oestana, pois não são raros os comentários sobre as atitudes do “prefeito”⁷⁴, incluindo-se detalhes pessoais. Os “boatos”, suas viagens, mas também, os seus projetos, programas e obras realizadas, além dos pronunciamentos na rádio local e alianças realizadas ou quebradas são assunto recorrente.

⁷⁴ É famosa na Oestana a história de um Prefeito que apoiou a empregada doméstica de sua residência como sua sucessora política, e que o fato dela ser sua amante pesou nessa decisão.

Tendo as Prefeituras Municipais prerrogativas de distribuir bens e serviços, são elas, portanto, a base para a formação das redes de poder. Segundo Palmeira (1996), a retirada das pessoas rumo à cidade durante a migração dos trabalhadores rurais para as periferias das cidades do interior significou também a renúncia dos antigos empregos, surgindo, como consequência, uma demanda para assistência das Prefeituras e políticos municipais, em detrimento da influência que, até então, determinados grupos rurais exerciam sobre eles. Para Palmeira (*ibid.* p. 51),

Se, em certas áreas, mesmo fora da terra, esses trabalhadores permaneceram na atividade agrícola e mantiveram seus postos de trabalho, outras vezes, ocorreu uma diversificação de atividades e uma grande mobilidade em busca de emprego ou terra para arrendar. Neste último caso, a referência oferecida pelas facções deixou de operar nos termos em que operava antes.

Se as condições materiais se renovaram, não se pode afirmar o mesmo para as relações políticas construídas a partir de um vínculo de subordinação. Nesse sentido, as referências simbólicas da proteção e assistencialismo associadas a um particular foram transferidas para uma entidade pública e republicana que guardou de certo modo o estilo de vida praticado pela cultura política clientelista (BANCK, 1998) ou uma política do favor (LUCAS, 2011).

Analisando os dados obtidos no CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) da Cidade de Caxias do Sul, RS, Lucas (*ibid.*) observa como essa herança da política tradicional culmina em uma cultura política fundamentada na prática do favor e de como ela representa um desafio para a assistência social atualmente. De acordo com a pesquisa realizada, o trabalho do Centro representava para as pessoas assistidas mais um favor e menos um direito ou a oportunidade de obtê-lo.

Segundo Lucas (*ibid.*), esses mecanismos políticos tradicionais contribuem para uma “cultura política do favor”, impedindo que as políticas sociais no Brasil consigam articular um empoderamento da população menos privilegiada através da sua capacitação cidadã. Para o autor, tais políticas se resumem, na grande maioria dos casos, à assistência material a esses setores sociais, remontando o modelo de assistência social clientelista e dificultando, assim, o rompimento com uma política tradicional.

Essas transformações não se deram somente no plano material e social, mas no político também. Banck (*op. cit.*) lembra-nos de como o Brasil passou de uma sociedade estritamente rural para uma sociedade urbana, complexa e de massa, relacionando esse processo ao fato dos projetos urbanos das elites políticas capixabas do período republicano

(como os nomes das ruas que privilegiavam membros de oligarquias locais) corresponderem, na verdade, à busca por uma identidade local e de sua difusão a partir de disputas de facções clientelistas.

A divulgação do nome do político através das ruas era considerada um “dom”, como ainda o fazem os Prefeitos dos municípios para promoverem os políticos de atuação nacional (BEZERRA, 2006). Tal exemplo evidencia que determinadas práticas não se restringem à política local ou se aproximam mais daquela que abrange a esfera nacional, mas integram essas duas esferas tanto formal quanto informalmente, sem necessariamente distinguir as que mobilizam mais ou menos pessoas, que detenham pouco ou muito poder.

Segundo Neiburg (2006) essa disposição de ordenar intimidade e publicidade em um mesmo plano faz parte de algo maior, a saber, do modo como os pesquisados “constroem e relacionam espaços sociais de natureza e escalas diferentes, tais como o nacional e o local, a família e a política” (NEIBURG, *ibid.*, p. 333). A partir dessa perspectiva, as formas como os atores sociais dessa pesquisa classificam os processos políticos que os envolvem, ou seja, segundo práticas e representações do seu próprio cotidiano, permitem-nos escrever sobre o “tempo da política”, o “fazer política”, a “perda de valor”, etc.

Para o contexto da nossa análise, entender o poder de uma maneira verticalizada, sem conexão com essas categorias torna-se um exercício vão e no mínimo duvidoso, pois a intimidade embaraça as relações de poder e ofusca os limites entre o público e o privado, sobretudo, em razão do compartilhamento de uma “moralidade” (NEIBURG, *ibid.*), como pudemos acompanhar nas cartas destinada ao Ministro Rui Barbosa durante a Primeira República. A isso Herzfeld (1997 *apud* NEIBURG, 2006), dá o nome de “intimidade cultural”, cuja função seria descrever linguagens culturais constituintes de um quadro de referência cultural — mas não necessariamente geográfico e econômico — comum.

3.3 AS REDES E O (SEU) PODER

Procuramos demonstrar nesse trabalho que a política e as relações que ela comporta são demasiadas complexas para serem compiladas em análises binárias, tendo em vista que elas vão além de uma relação dual. A plurivocalidade do nosso problema nos fez encarar o poder não como uma “substância” (PALMEIRA, 1996), mas como um conjunto de relações comum a todos os segmentos sociais.

Enquanto categoria relacional, o poder pode ser percebido, sobretudo, a partir de valores e verdades empíricas, cujas dimensões de significação são contingentes (GOLDMAN,

2006), como no caso da dominação beatificada exercida por Pe. Cícero em Juazeiro, CE, e demonstrada por Braga (2007). Além disso, mesmo aquele poder associado diretamente ao Estado pode ser redefinido tal qual o exemplo da sua personificação pela “pessoa do prefeito” fornecido por Lanna (1997) e referenciado nesse trabalho.

Como conclui Marques (2000), por exercer um cargo do executivo, o “prefeito” representa o “poder institucional” cujo acesso é obtido por meio das redes. Por outro lado, estas redes permitem uma permeabilidade reveladora não somente de uma superposição entre estruturas modernas e tradicionais, regidas concomitantemente pela hierarquia e pela impessoalidade (LANNA, 1995; MARQUES, *ibid.*), mas de uma interpenetração dessas categorias de análise.

A fluidez entre o público e privado a qual Marques (*ibid.*) chamou de “espaço de sombra” é resultado da própria variedade da ideia nativa de política (CHAVES, 1996), permitindo redefinições constantes as quais são canalizadas pelas redes de interlocução entre Estado e sociedade. Nesse sentido, a forma como as duas esferas se relacionam causa efeitos diretos na dinâmica das políticas públicas, contribuindo, no caso da Oestana, para uma distribuição segregadora dos serviços de saúde.

A grande maioria dos usuários da Oestana são eleitores do Prefeito de suas cidades. Dificilmente as pessoas que apoiam o bloco da oposição dispõem dos serviços da Casa, mas quando isso acontece, elas são excluídas de alguns privilégios como a concessão de um exame particular ou um tratamento mais cuidadoso na pousada. Outro exemplo de como as “ajudas” são endereçadas àqueles que fazem escolhas políticas condizentes à vontade do Prefeito, é a oferta de caronas nos carros oficiais da Prefeitura ou mesmo no carro particular dos Prefeitos.

Desse modo, o “favor”, assim como todas as relações, negociações, e expectativas que ele agrega às categorias nativas, fornece as pistas para entendermos como o poder aparece e opera a política cotidiana e, assim: “se fazer favores gera poder, fazer política (e na concepção corrente quem faz política tem poder) significa fazer favores numa escala que extrapola o grupo de ‘iguais’, que foge, portanto, ao controle da comunidade, que gera redes de desiguais” (PALMEIRA 2006, p. 139, grifo do autor).

Na Oestana, os laços de “amizade” são um meio de acesso a bens e serviços de saúde e corroboram a formação de redes políticas. Essa ideia coaduna-se à afirmação de Barnes (1987, p. 160), segundo a qual, o autor expõe que “as relações estabelecidas num contexto são utilizadas noutro” e revela o quanto a prerrogativa para ser incluído em um benefício dessa natureza movimenta diferentes segmentos sociais e não depende somente do poder público.

Como afirmou Leach (1989, p. 150), “as estruturas das relações sociais são, não só estruturas de dívida, mas também estruturas de poder” e, para além do caso da Oestana, onde foi possível vislumbrar relações que produzem uma dívida vital, é preciso analisá-la também com base em unidades, relações e categorias sociais externas ao seu território de atuação.

Embora tenhamos nos ocupado de uma relação inserida em um contexto marcado por uma estrutura formal e consolidada como o Estado, sendo este caracterizado por relações políticas que mediam a distribuição de bens e serviços tal qual foi visto no segundo capítulo, as redes de amizade cortam essa estrutura e nos fazem pensar em um domínio complementar a ela. Valla (2000, v. 4, p. 38, grifo do autor) vai além e afirma que as “redes sociais” e o ‘poder’ se relacionam com as formas com que as classes populares se defendem e como buscam sua sobrevivência diante de quem as domina”.

Segundo o autor, a crise do Estado provedor incidiria fortemente sobre a relação das camadas populares com os serviços de saúde no Brasil (*id.*, *ibid.*, p. 53) e a solidariedade seria, então, uma forma de compensar essa falta em uma conjuntura neoliberal regida pela concentração de renda e pela desigualdade social. As redes assumiriam, então, um caráter viabilizador do acesso a bens e serviços de primeira ordem, como a saúde.

Mesmo estando inseridas em um contexto constituído por uma lógica moderna, caracterizado pela centralidade de uma estrutura formal como o Estado, as redes que envolvem a Oestana permitem certa maleabilidade dessa estrutura, pois elas são reveladoras de práticas que remontam a modos tradicionais das relações políticas. Um exemplo disso são as relações clientelistas que assumem caráter de amizade e marcam posições nas redes de uma forma relacional ou mesmo personalizada, dando “acesso diferenciado a bens e instrumentos de poder” (MARQUES, 2006, v. 21, p. 19).

Segundo Marques (*ibid.*), no Brasil, o político é centrado nas nossas instituições e, em consequência disso, as redes não apenas complementam, mas estruturam o Estado e as relações informais, fornecendo-lhe “permeabilidade” e “coesão”, pois elas seriam o elo entre o público e o privado, em última análise, entre o poder e a população. Desse modo, os sujeitos que, de um modo mais geral, comporiam o Estado, são inseridos em situações relacionais específicas e passíveis às ações das redes as quais influenciam “estratégias”, “conflitos” e “alianças”, tornando certos resultados mais prováveis que os demais. Escreve Marques (*ibid.*, p. 19):

As relações e as posições nas redes constituem estruturas relacionais que constroem escolhas, dão acesso diferenciado a bens e instrumentos de poder,

tornam certas alianças ou conflitos mais ou menos prováveis e influenciam os resultados da política.

Estar inserido em uma rede de privilégios, a qual é constituída por uma individualização das políticas públicas sociais e viabilizada por vínculos de conhecimento e amizade, implica garantir e reproduzir de algum modo o acesso aos bens, informações, serviços, enfim, aos recursos estatais e não apenas ter benefícios que melhorem as condições de saúde. Por outro lado, no caso das redes da Oestana, a resiliência e o empoderamento destacados por Marques dificilmente podem ser observados, pois os laços que movem as redes remontam a práticas clientelistas e são construídos a partir de uma situação social extrema, a doença.

O modo pelo qual as redes são tecidas no contexto da Oestana não nos permite analisá-las como estruturas alternativas, mas como um conjunto organizado de relações que se formam em torno de uma estrutura mais consistente em termos organizacionais e cuja durabilidade, composição, abrangência e funcionamento dependem das condições objetivas circunstancialmente encontradas em torno delas, isto é, os elos (*ties*) que, no caso aqui tratado, geralmente são os “prefeitos”.

O nosso argumento é de que as redes, responsáveis pela distribuição de bens e serviços de saúde, são arranjos interdependentes do Estado, pois neste elas encontram a fonte de tais benesses e fornecem, ao mesmo tempo, subsídios para a manutenção de tal estrutura. Adotando a perspectiva de Duarte e Frey (2008, p. 157), na qual os autores definem as redes como “um modo de pensar, ler e agir no mundo”, afirmamos que o Estado, apesar de deter instrumentos e dispositivos de poder, não os detêm monopolicamente, pois esta noção se apresenta, empiricamente, de forma mais ampla, complexa, penetrante e não pode ser apreendida apenas por meio de uma única instituição, mas por um conjunto heterogêneo de unidades, categorias, arranjos e formações sociais.

Para Duarte e Frey (*ibid.*), as redes não são apenas uma “outra forma de estrutura, mas quase uma não estrutura, no sentido de que parte de sua força está na habilidade de se fazer e desfazer rapidamente” (*id., ibid., loc. cit.*). Essa flexibilidade se contrapõe à rigidez da estrutura pensada por Marques (2006) para as redes formadas em torno do Estado e se aproxima da nossa ideia de rede, aplicando-se ao caso daquelas observadas na Oestana.

Ocorre que elas podem, eventualmente, desfazerem-se quando o Prefeito ou determinado grupo político local perde a eleição. Sendo assim, os nós são desfeitos, pois o novo administrador, movido por renovações políticas, provavelmente, romperá o acordo

comercial com a Oestana e firmará novo contrato com outra “casa de apoio”. Como consequência disso, outros “despachantes” serão contratados, novos “carros de linha” passarão a fazer o transporte dos passageiros, outros políticos e “amigos” serão contatados, enfim, uma rede distinta e específica se formará.

Nesse sentido, as redes são um instrumento informal de poder, pois elas atravessam e alteram a lógica de funcionamento de estruturas. Elas não somente explicam a relação entre o público e o privado, como aponta Marques (*ibid.*), mas também sua própria natureza, pois são constituídas por essas duas lógicas. Na Oestana, por exemplo, participar das redes implica estar incluído no atendimento de um serviço público ou particular de saúde, sem que se perceba um limite claro entre as duas esferas.

Mais eficazes do ponto de vista político, as redes abrangem um campo amplo de atuação, incorporando informações que a relação diádica ou comunitária, por exemplo, não abrangeria. Desse modo, elas produzem uma teia de relações que mesmo alcançando as fronteiras regionais, mantém pontos a nível local, ou seja, na “cidade dos doentes”: “por isso esta nova forma organizacional, embora possa ter raízes territoriais, transpõe os territórios contíguos sem destruir as conexões” (MESQUITA; BAUER, 2004, p.185). Assim, as redes que interceptam o cotidiano da Oestana nos fazem pensá-las como “uma abstração de primeiro grau da realidade, contendo a maior parte possível da informação sobre a realidade da vida social na comunidade à qual corresponde” (BARNES, 1987, p. 166).

Essas redes são produto de uma sociabilidade entre os partícipes da política cotidiana que envolve elementos como a vizinhança e o parentesco e estão também associadas a uma estrutura formal, apresentando “conexões que transpassam os limites de grupos e categorias” (*id., ibid.*, p. 163) e fornecendo um conhecimento abrangente a respeito dos seus participantes. Nesse sentido, temos aqui um exemplo de “rede social total” sugerido por Barnes (*ibid.*), que revela como as redes “contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde” (*id., ibid.*, p. 166) e de quanto o poder é um preceito potencial nas relações cotidianas.

Tais redes são marcadas pela interpessoalidade ou pela “proximidade” (CHIANCA, 2010) que é firmada nas relações cotidianas, sejam aquelas iniciadas nas cidades de origem dos “pacientes” sejam as iniciadas ou reforçadas na própria Casa ⁷⁵. A partir disso, é possível

⁷⁵ Os Prefeitos visitam com frequência os “pacientes” hospedados na Oestana. Sempre que vêm a Natal, eles passam na Casa “para tomar um café” e fazem uma espécie de inspeção eleitoral. Essa prática reforça ainda mais o vínculo entre eles e os “pacientes”, pois “atenção” e “consideração” são qualidades que caracterizam um “bom prefeito”.

asseverar que o poder se constitui em redes e mantém sua hegemonia por meio de uma negociação íntima no sentido das partes envolvidas se conhecerem de uma maneira pessoal. Isso não significa dizer que estamos diante de uma relação de poder horizontal, mas que a verticalização dessa relação é diluída pela proximidade com que ela ocorre, tornando-se ainda mais perspicaz.

Tal fato nos permite pensar que, em algumas situações, “estar localizado em um ponto estratégico da rede é, muitas vezes, mais importante que estar localizado em um determinado nível hierárquico, mesmo que superior” (QUANDT; SOUZA, 2008, p. 35). No caso da Oestana, o Prefeito, por exemplo, está numa posição privilegiada porque sua posição na rede é estratégica — e isso é confirmado pelo seu enorme círculo de “amizades” — e não somente porque ele é detentor de uma superioridade hierárquica. Nesse sentido, a dinâmica das redes pode reafirmar a posição daqueles hierarquicamente superiores e os papéis podem, de acordo com os interesses a serem negociados, recolocarem-se sem, no entanto, inverterem-se no campo político.

Considerar as relações de poder a partir de uma concepção relacional de redes sociais nos permite pensar o poder como algo “amorfo” tal qual o pensou Weber (2000, 2009). Em outras palavras, o poder não é uma noção geral que possa ser universalizada e localizada num pacto superior da hierarquia política (DUMONT, 2008), mas conectado a categorias distintas, correspondentes a contextos políticos específicos.

Isso não invalida as estruturas e instituições de poder, ao contrário, eles fazem parte do nosso universo de estudo de uma maneira redimensionada, modelada pelas redes que não excluem o Estado e os grupos remanescentes das oligarquias locais como exemplos dessas estruturas, mas que atuam também a partir de outros mecanismos políticos assimétricos.

São diversas as possibilidades de se cogitar o político, bem como são múltiplas as manifestações da relação entre “prefeitos” e “pacientes”. O que aparece como plausível de conclusão nesse momento é que o político, assim como as outras dimensões da vida social, não podem ser univocamente definidas, mas consideradas também com base nas suas extensões e na pluralidade de conceitos, ideias, formas, modos, práticas e sentimentos que pressupõem.

Por fim, o significado da relação que os “pacientes” da Oestana mantêm com os “prefeitos” depende do sentido que eles atribuem também a outras relações, bens, unidades, categorias sociais, etc., como o campo político. A pesquisa nessa “casa de apoio” evidenciou que, além de desigualdade e sujeição, tal relação também revela um modo particular de pensar

e conceber o político, associando-o a outros domínios da vida social tal qual o espiritual e o afetivo, bem como a vínculos sociais distintos como os de vizinhança e aqueles tecidos pela “amizade”.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, B.S.K.J. **Oestana**: um pedaço do sertão potiguar na capital do RN. 70 f. 2009. Monografia (Curso de Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

BANCK, G. Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política no Espírito Santo. **Cadernos de História**, Vitória, n 13, p. 213-227, 1998.

BARNES, J.A. Redes Sociais e Processo Político. In: FELDMAN BIANCO (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 159-194.

BARREIRA, C. Fraudes e corrupções eleitorais: entre dádivas e contravenções. In: _____; PALMEIRA, M. (Orgs.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006. p.- 141-164.

BEZERRA, Marcos Otavio. **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

_____. O “caminho das pedras”: representação política e acesso ao governo federal segundo o ponto de vista de políticos municipais. In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (Orgs.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006. p.- 177-201.

BOISSEVAIN, Jeremy. Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões. In: FELDMAN BIANCO (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 127 195.

BORDIEU, P. A construção do objeto. In: _____; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, Jean-Claude. (Orgs.). **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. - Petrópolis: Vozes, 2007. p. 45-86.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. Vários tradutores. SP: Perspectiva, 2007.

_____. **A produção da crença**: Modos de dominação. Tradução de Maria da Graça Jacintho Setton. São Paulo: Zouk, 2002.

_____. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**, RJ, v. 2, n. 2, nov. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em 23 de outubro de 2011.

_____. O sentimento de honra na sociedade cabília. In: PERISTIANI, J.G. (Ed.). **Honra e Vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1988. p. 159-195.

BOUDON, Raymond. **Desigualdade das oportunidades**: a mobilidade social nas sociedades industriais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

BRAGA, Antônio Mendes da Costa. **Padre Cícero**: Sociologia de um Padre, Antropologia de um Santo. 2007. 419 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Biblioteca Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/10795>>. Acesso em: 7 de agosto de 2011.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. **Para entender a gestão do SUS**. Brasília: CONASS, 2003.

CAILLÉ, A. Introdução. In: MARTINS, Paulo, H. (Org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 17-37.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros**: O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Para que serve o voto? As eleições e o cotidiano na periferia de São Paulo. In: LAMOUNIER, Bolivar. **Voto de desconfiança**: eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979. Rio de Janeiro: Vozes Ltda., Cebrap, 1980. p. 81-112.

CÂMARA, A. S.; JESUS, A. R. A persistência contemporânea: mandonismo e coronelismo. **Revista Sociologia**, n. 14, 2007 Disponível em: <<http://ebooksgratis.com.br/category/revistas-mensais-e-mensais/revista-sociologia>>. Acesso em 22 de abril de 2012.

CANIELLO, M. Patronagem e Rivalidade: Observações Iniciais sobre Processos de Modulação Ética numa Cidade do Interior. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.5, 1990. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/>>. Acesso em: 26 de maio de 2011. Não Paginado.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 de abril de 2012. Não Paginado.

_____. Rui Barbosa e a Razão Clientelista. **Dados**, Rio de Janeiro, v 43, n 1, p. 1- 26, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582000000100003&script=sci_arttext>. Acesso em 5 de maio de 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Sociologia do Açúcar**: pesquisa e dedução. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, Serviço de Documentação, 1971.

CASTRO, M. M; REIS. F.W. Democracia, civismo e cinismo: um estudo empírico sobre normas e racionalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro**, v. 16, n. 45, p. 25-46, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n45/4329.pdf>> Acesso em: 7 de maio de 2012.

CHAVES, Christine de Alencar. Eleições em Buritis: a pessoa política. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p. 127-164.

_____. Raízes, a política como contexto. In: **Festas da Política: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG)**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003. p. 31-81.

CHIANCA, L. Quando o campo está na cidade: migração, identidade e festa. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, 2007, n. 1, v. 10, p. 45-60. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/>>. Acesso em: 2 de outubro de 2011.

_____. Relações de compadrio nas festas juninas: reciprocidade, hierarquia e redes sociais. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 27, 2010, Belém, PA. **Anais eletrônicos...** Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_27_RBA/arquivos/grupos_trabalho/gt43/lci.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2011.

CINTRA, A.C. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre centro e a periferia. In: BALÁN, J. (Org). **Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro**. São Paulo: DIFEL, 1974. p. 31-77.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: GONÇALVES, J.R.S. (Org.). **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre pessoa e indivíduo no Brasil. In: **Carnavais, malandros e heróis: uma sociologia do dilema brasileiro**. - 3.ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 139- 193.

_____. O ofício do etnólogo ou como Ter Anthropological Blues. In: NUNES, E. de Oliveira (Org.). **Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-44.

DINIZ, Eli. **Voto e Máquina Política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DUARTE, F.; FREY, K. Redes urbanas. In: DUART, F; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (Orgs.). **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008. p.155- 177.

DUMONT, L. **Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações**. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____ O valor nos modernos e nos outros. In: **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985. p. 237-278.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e Democracia Capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n 15, p. 49- 65, nov. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782000000200004&script=sci_arttext. Acesso em 11 de maio de 2012.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. Tradução de Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**, 2005. n. 13, p. 155- 161. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/da/cadcampo/ed_ant/13.html. Acesso em: 11 de novembro de 2011.

FICHTE, Johann Gottlieb. Die Tatsachen des Bewusstseins. (resumo em Xavier Leon, Fichte et son temps, V.II, p. 161-169), 1810.

FOSTER, G. M.. The Dyadic Contract: A Model for the Social Structure of a Mexican Peasant Village. **American Anthropologist**, 1961. 65(6): 1173-1192. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com>. Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

GARCIA JR., Afrânio Raul. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**. 2003. n° 10, jul/dez, p. 154-189, Porto Alegre. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/sociologias>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2012.

_____ Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v 3, n.7, p. 5-41, 1988. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_07/rbcs07_01.htm. Acesso em: 7 de janeiro de 2012.

_____ **O sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UNB, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____ **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____ The integrative revolution: primordial sentiments and the politics in the new states. In: CLIFFORD, Geertz. (Ed.). **Old Societies and new states: the quest for modernity in Asia and Africa**. New York, 1963. The Free Press of Glencoe & London, 1963: Collier-Macmillan. p. 105-157.

GOLDMAN, M. Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do Movimento Negro de Ilhéus, Bahia, Brasil. In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (Orgs.).

Política no Brasil: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006. p. 203-228.

GOLDMAN, M; SANT'ANNA, R.S. Elementos para uma análise política do voto. In: PALMEIRA, M.; _____. (Orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p. 13- 40.

GOULDNER, Alvin. The norm of reciprocity: a preliminary statement. **American Sociological Review**, v. 25, n. 2, p. 161-178, apr., 1960. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em 10 de outubro de 2011.

GRYNSZPAN, M. Os Idiomas da Patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 14, p. 73-90, 1990. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_07.htm> Acesso em: 12 de outubro de 2011. Não Paginado.

HAESLER, Aldo. A demonstração pela dádiva: abordagens filosóficas e sociológicas. In: MARTINS, Paulo, H. (Org.). **A dádiva entre os modernos:** discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 137- 160.

HEREDIA, Beatriz M.A. Lutas entre iguais: as disputas no interior de uma facção política. In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (Orgs.). **Política no Brasil:** visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006. p. 165- 178.

_____ Política, Família, Comunidade. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p. 57- 71.

HEREDIA, Beatriz M.A. *et al.* Introdução. In: _____.; BARREIRA, A.F. (Orgs.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 7- 15.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O homem cordial. In: **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 139-151.

HOCART, A.M. **The life-giving myth**. New York: Grove Press, 1973.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo:** uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KANT, Immanuel [1788]. Critique of Practical Reason [reedição]. Cambridge: Cambridge University Press, 1997

KUSCHNIR, Karina. Cultura e representação política no Rio de Janeiro. PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p. 183-201.

_____ **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. Rituais de comensalidade na política. In: HEREDIA, B.M. A.; BARREIRA, A.F. (Orgs.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 243-270.

LANNA, Marcos. **A dívida divina: troca e patronagem no nordeste brasileiro**. Campinas, SP: Unicamp, 1995.

_____. A Estrutura sacrificial do compadrio: uma ontologia da desigualdade? **Ciências Sociais Unisinos**, v. 45, n 1, jan./abril. 2009a. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/>>. Acesso em: 9 de novembro de 2011.

_____. As sociedades contra o Estado existem? Reciprocidade e poder em Pierre Clastres. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, Oct. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em 14 de agosto de 2011.

_____. Compadrio, sacrifício, chefia: desigualdades e a constituição do social. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR, 8., 2009, Buenos Aires. **Anais eletrônicos...** Buenos Aires, 2009b. Disponível em: <<http://www.ram2009.unsam.edu.ar/paginas/GT35.html>>. Acesso em: 26 de outubro de 2011.

_____. Relações de poder no Nordeste Brasileiro. In: SEMANA DE HUMANIDADES, 6, 1997, **Conferência**, Natal: Edufrn, 1997.

_____. Repensando a troca trobriandesa. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v. 35, p. 129-148, 1992.

LEACH, Edmund Ronald. Dívida, relações e poder. In: **A diversidade da antropologia**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989. p. 143-167.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Alfa- Omega, 1975.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MARCEL, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo, EPU/Ed. USP, 1974. p. 1-36.

_____. O princípio de reciprocidade. In: **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. Reciprocity and hierarchy. **American Anthropologist**, 1944. 46(2):266-268. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com>>. Acesso em: 15 de setembro de 2011.

LINS, Wilson *et al.* **Coronéis e Oligarquias**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Inamá, 1988.

LUCAS, J. I. P. A cultura do favor e assistência social no Brasil: um estudo em Caxias do Sul, RS. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2011.

Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/vjornada.html>>. Acesso em: 24 de abril de 2012.

MAGNANI, J.G.C. Quando o campo está na cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: _____; TORRES, L. (Orgs.). **Na metrópole: textos de Antropologia Urbana**. 2 ed. SP: Edusp-FAPESP, v. 1, p. 15-53, 2002.

MALDONADO, Simone Carneiro. A ética igualitária. In: **Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1993. p. 43-54.

MARQUES, E.C. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

_____. Redes Sociais e Poder no Estado Brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. v. 21, n 60, Fev. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 de março de 2012.

MARTINS, Henrique Paulo. Prefácio. In: _____. (Org.). **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 7-16.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003a. p. 183-294.

_____. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu. In: **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003b. p. 367-397.

MAYER, Adrian C.A Importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN BIANCO (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 127-158.

MENDRAS, Henri. Coletividades locais. In: **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.85-105.

MESQUITA, Z; BAUER, M. Associativismo em rede: uma construção indenitária em territórios de agricultura familiar. **Revista Antropolítica**. 2004, n. 17, Niterói, p. 167-190. ISSN 1414-7378. Disponível em: <<http://www.uff.br/antropolitica/antropoliticanumeros.html>>. Acesso em 23 de março de 2012.

MILLS, C. Wright. Do Artesanato Intelectual. In: **A imaginação sociológica**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 211-243.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, n 5-6, dez. 1997. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?>>. Acesso em: 5 de maio de 2012.

NEIBURG, Federico. Intimidade e esfera pública: política e cultura no espaço nacional argentino. In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (Orgs.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006. p.- 333-352.

NEVES, Angela Vieira. Espaços públicos, participação e clientelismo: um estudo de caso sobre o orçamento participativo em Barra Mansa, Rio de Janeiro. **Revista katálysis**. 2007, vol.10, n.2, p. 215-221. ISSN 1414-4980. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 12 de janeiro de 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. 3. ed. Brasília: UNESP, 2006. p 17-35.

PALMEIRA, M. Eleição municipal, política e cidadania. In: _____; BARREIRA, C. (Orgs.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. RJ: Relume Dumará, 2006. p.137-150.

_____ Política, facções e voto. In: _____; GOLDMAN, M. (Orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p. 41-56.

_____ Voto: Racionalidade ou significado? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n 7, p. 26-30, 1992. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_04.htm>. Acesso em: 20 de outubro de 2011.

PALMEIRA, M; HEREDIA, Beatriz, M.A. Os comícios e a política de facções. In: **Anuário Antropológico**, v 94, p. 31-94, 1995.

PEIRANO, Mariza . When Anthropology is at Home. The Different Contexts of a Single Discipline. **Annual Review of Anthropology**, Estados Unidos, v. 27, oct., p. 105-128, 1998. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.anthro.27.1.105>>. Acesso em 14 de novembro de 2011.

PITT-RIVERS, J. A. **The people of the Sierra**. New York: Criterion Books, 1954.

QUANDT, C.; SOUZA, Q. Metodologia de análises de redes sociais. In: _____; _____; DUART, F. (Orgs.). **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 31-63.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (Org). **História geral da civilização brasileira**, São Paulo: DIFEL, 1975. p. 153-187.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 62. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

REINA, Ruben. Two Patterns of friendship in a Guatemalan Community. **American Anthropologist**, 1959. 61(1): 44-50. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2012.

RIBEIRO, L. C. Q. *et al.* Cidadania na Metrópole Desigual: a cultura política na metrópole fluminense. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 34, 2010, Caxambu, MG, **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2010.

ROLIM, F. S. C. **Política nos currais**. João Pessoa: Acauã, 1979.

ROULAND, Norbert. **Roma, Democracia Impossível?** Os Agentes do Poder na Urbe Romana. Tradução de Ivo Martinazzo. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Tradução de Sérgio Tadeu Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **Esperando Foucault, ainda**. Tradução de Marcela Coelho de Souza e Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

_____. Homem pobre, homem rico, grande-homem, chefe: tipos políticos na Melanésia e na Polinésia [1963]. In: **Cultura na prática**. Tradução de Vera Ribeiro Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.

_____. **Ilhas de História**. Tradução de Bárbara Sette. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

_____. On the Sociology Primitive Exchange. In: **Stone Age Economics**. New York: Aldine, 1972, p. 185- 230. Disponível em: <<http://www.slgardiner.com>>. Acesso em: 15 de setembro de 2011.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. In: ANPOCS, n 25, p. 26-37, jun. 1994. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 1996. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/117/54/>>. Acesso em: 23 de maio de 2012.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Tradução de Álvaro L. M. Valls. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

SCHWARTZ, Roberto. **Ao vencedor, as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. SP: Duas Cidades: Ed. 34, 2000.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SCOTT, James. Patron-Client Politics and Political Change in Southeast Ásia. In: **The American Political Science Review**, v. 66, n 1, p. 91-113, mar. 1972. Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/1959280>>. Acesso em: 28 de agosto de 2011.

SIMMEL, Georg [1902]. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Octávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. p. 13- 28.

_____. **The Philosophy of the Money**. Translated by Tom Bottomore and David Frisby. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2004.

SOUZA, I. **O compadrio**: da política ao sexo. Petrópolis, Natal: Vozes Fundação José Augusto, 1981.

TAROT, Camille. Pistas para uma história de nascimento da graça. In: MARTINS, P. H. (Org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 161- 19.

TEIXEIRA, C. Decoro Parlamentar: esfera privada e domínio público. In: PALMEIRA, M; GOLDMAN, M. (Orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p. 203- 230.

UGA, Maria Alicia *et al.* Descentralização e alocação de recursos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000200008&lng=en&nrm=isso>. Acesso em 21 de outubro de 2011.

VALLA, V. Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.4, n.7, p.37-56, 2000.

VILLELA, M. J. O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 267- 269, abr. 2005. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132005000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 9 de outubro de 2011.

_____. **O povo em armas**: violência e política no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, NUAP, 2004.

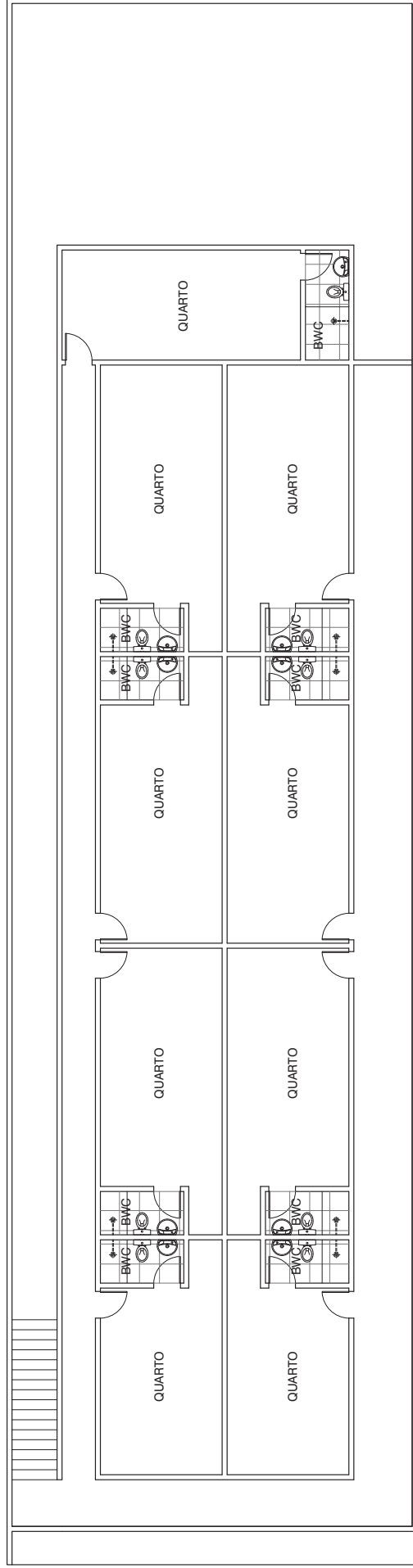
_____. ; MARQUES, A. C. Sobre a circulação de bens e recursos nas eleições municipais no sertão de Pernambuco. In: HEREDIA, Beatriz M. A.; BARREIRA, A.F. (Orgs.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 63- 101.

WEBER, Max. **A ética protestante e espírito do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

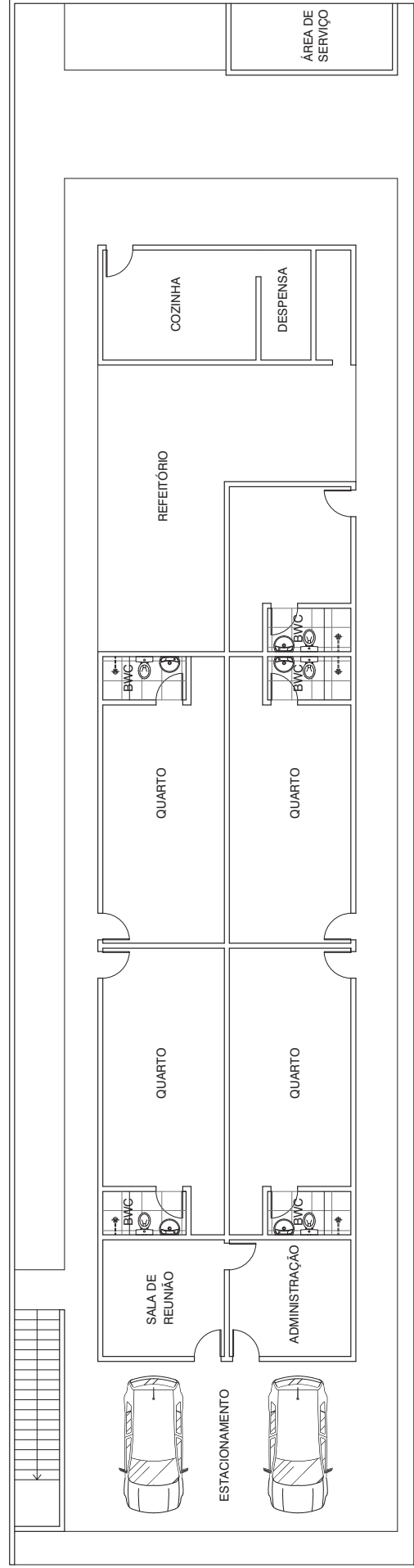
_____. A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além-Elba [1892]. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, V. (Orgs.). **A questão agrária**. Tradução de Edgar De Afonso Malagodi, Sandra Brizola e José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009 (reimpressão).

WOLF, E. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G.L. (Orgs.). **Antropologia e poder**: contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Ed.da Unicamp, 2003. p. 92-114.



PAV. SUPERIOR



TÉRREO

ANEXO B — Fotos da “Casa de Apoio Oestana”



Antigo endereço da Oestana (Avenida Hermes da Fonseca, nº 1329, Tirol, Natal, RN)



Atual endereço da Oestana (Rua Dr. César Cabral, nº 103, Cidade Nova, Natal, RN)



Recepção (Térreo)



Quarto das crianças (1º andar)

Fonte: Juliana Azevedo



Quarto dos idosos (Térreo)



Quarto dos motoristas (1º andar)



Dois dos quartos masculino e feminino (ambos no 1º andar)



Refeitório (Térreo)



Cozinha (Térreo)